

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL - PPGMS
LINHA DE PESQUISA: MEMÓRIA E ESPAÇO

ELADIR FÁTIMA NASCIMENTO DOS SANTOS

**DISPUTAS DE MEMÓRIAS
MEMÓRIA E IDENTIDADE DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO
OITO DE OUTUBRO
(1975-1985)**

Rio de Janeiro

2014

Eladir Fátima Nascimento dos Santos

**DISPUTAS DE MEMÓRIAS
MEMÓRIA E IDENTIDADE DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO
OITO DE OUTUBRO
(1975-1985)**

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de Doutora em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO.

Bolsista CAPES em 2012 Foundation, Ministry of Education of Brazil, Brasília – DF 70040-020, Brazil.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luiz Pereira da Silva

Rio de Janeiro
2014

Catálogo na fonte
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCHS
Biblioteca Central da UNIRIO

S237 Santos, Eladir Fátima Nascimento dos.
Disputas de memórias : memória e identidade do Movimento
Revolucionário Oito de Outubro (1975-1985) / Eladir Fátima
Nascimento dos Santos, 2014.
192 f. ; 30 cm

Orientador: Sérgio Luiz Pereira da Silva.
Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

1. Movimento Revolucionário Oito de Outubro, 1975-1985.
2. Movimentos sociais - Brasil - Aspectos políticos. 3. Identidade
social. 4. História oral. 5. Memória - Aspectos sociais. I. Silva, Sérgio
Luiz Pereira da. II. Universidade Federal do Estado do de Janeiro.
Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação
em Memória Social. III. Título.

CDD – 303.484

Eladir Fátima Nascimento dos Santos

DISPUTAS DE MEMÓRIA
MEMÓRIA E IDENTIDADE DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO OITO DE
OUTUBRO
(1975-1985)

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Memória
Social da Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro

Aprovada em 29/04/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Breno Marques Bringel
(Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - IESP-UERJ)

Prof^a. Dr^a Denise Maurano Mello
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO)

Prof^a. Dr^a. Maria da Conceição Francisca Pires
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO)

Prof. Dr. Marcelo Ayres Camurça
(Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF)

Prof. Dr. Ricardo Medeiros Pimenta
(Universidade Federal do Rio de Janeiro – (PPGCI- IBICT/UFRJ)

Orientador
Prof. Dr. Sérgio Luiz Pereira da Silva
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO)

Dedico a Alexandre, a Caio e a Débora

À memória de Doutor Arnaldo José dos Santos, meu companheiro e militante do MR8.

À memória de Antonio Carlos de Carvalho, meu amigo Tônico, dirigente do MR8, Doutorado na experiência da “Universidade dos Movimentos Sociais”

À memória de Edmundo e Eunice, meus pais e mestres. Doutores na arte de educar.

AGRADECIMENTOS

Aos filhos, José Luiz Nascimento dos Santos e Pedro Henrique Nascimento dos Santos, que sempre me incentivaram no prosseguimento dos estudos e pesquisas.

À minha irmã, Professora Eliete Cássia Nascimento Fonseca, que entusiasticamente acompanhou os estudos realizados para a conclusão dessa pesquisa.

Ao companheiro Doutor Mauro Chaves Reis, pelo incentivo, pelo carinho, pelas longas discussões e pelas leituras sugeridas no campo da Filosofia e incorporadas a esta tese.

Aos companheiros militantes do MR8 das décadas de 1970 e 1980, que me cederam documentos e se dispuseram a nos contar suas memórias para que pudéssemos ouvi-las, analisá-las e, depois recontá-las.

À amiga Professora Anita Handfas, companheira de militância política, nos idos anos 1980, e que muito auxiliou desde os primeiros momentos de organização do anteprojeto desta pesquisa.

Aos colegas professores do CIEP 386 Guilherme da Silveira Filho, com os quais trabalhamos durante no período de elaboração da tese, pelo incentivo que sempre deram, em especial à diretora geral Professora Elizabeth e às diretoras-adjuntas Professora Vânia Almeida e Professora Lílian, que com suas compreensão e interesse removeram obstáculos que poderiam prejudicar meus estudos e pesquisas.

À amiga Professora Silvia Cruz da SEEDUC do Rio de Janeiro que em 2011 tudo fez para agilizar o processo de licença para estudo que possibilitou a minha ida para o CES-Coimbra no ano de 2012.

Aos colegas do PPGMS, em especial André Monteiro, Lorena Best, Sandra Arenas, Gyl Giffony, pelas observações e sugestões que fizeram e, dessa forma, colaboraram para a construção dessa tese.

À amiga de vários anos, Professora Rosângela de Sena Almeida, também do PPGMS, que ouviu falar, incansavelmente, das questões relativas ao MR8 sem

aborrecer-se e que pacientemente, muitas vezes, leu, corrigiu e sugeriu alterações na redação dos textos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, em especial os professores da linha de pesquisa Memória e Espaço que, com suas aulas me possibilitaram construir conhecimentos fundamentais para que fossem atendidos os objetivos centrais da pesquisa.

Aos técnicos, pesquisadores e professores do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, CES-Coimbra, pela acolhida carinhosa durante a minha estadia como Doutoranda Visitante na instituição.

Ao meu coorientador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Dr. Miguel Cardina, que me conduziu, de forma atenta e carinhosa, na parte da pesquisa realizada no CES-Coimbra.

Aos funcionários do Centro de Documentação 25 de Abril da cidade de Coimbra pela paciência com que me auxiliaram na busca dos arquivos da União Democrática Popular sob a guarda da instituição.

E por fim agradecer, de forma bastante especial, ao Prof. Dr. Sérgio Luiz Pereira da Silva, meu competente orientador que se tornou grande amigo. Obrigada pela oportunidade de convívio durante esses anos de Doutorado, pela defesa de meus pleitos diante da Coordenação do PPGMS, pelo incentivo para que eu realizasse o PDSE e, sobretudo pela forma como conduziu a orientação e sugeriu as mudanças necessárias no curso do processo de construção desta tese.

Até que ponto um partido pode ser funcionalmente revolucionário em um país em que a revolução clássica simplesmente não está na ordem do dia e que nem sequer possui uma tradição viva de revolução no passado?

Eric Hobsbawm

Por uma Frente Popular, Nacional e Democrática.

MR8

RESUMO

Este estudo apresenta análises das memórias relativas à organização política Movimento Revolucionário Oito de Outubro, no período da última década da ditadura militar instalada no Brasil, 1975-1985. Com auxílio de uma teoria que não estabelece hierarquias entre o econômico, o social, o político ou o cultural, mas que reconhece a história e a memória dos partidos políticos como a história e a memória de embates contra estruturas de poder, se buscou compreender as experiências vividas e a identidade do MR8 através das memórias hoje construídas por seus antigos militantes. São memórias relativas às lutas políticas travadas pela organização, à sua cultura política e às táticas e estratégias por ela formuladas. Algumas apresentam o MR8 como uma organização conservadora outras, apresentam-no como uma organização de práticas emancipatórias. Umas apresentam o MR8 como uma organização que lutava por permanências, outras apresentam-no como uma organização que lutava por mudanças. As memórias, obtidas através do emprego da metodologia da História Oral, apresentam-se, hoje, em constante disputa. Diferenciam-se, divergem, concordam, disputam espaço e procuram enquadrar o ponto de vista daquele que rememora. Procurou-se demonstrar, com a análise dessas memórias em disputa, que a história e a identidade do Movimento Revolucionário Oito de Outubro não podem ser compreendidas como acabadas ou isoladas sob um único ponto de vista de alguém que rememora. Isso porque buscar memórias é buscar visões de mundo, buscar entendimentos diversos sobre uma realidade que sempre assume novas formas. Uma realidade multifacetada, vivida e sentida de múltiplas formas, com múltiplos valores, múltiplas experiências. O estudo pretendeu comprovar que as memórias em disputa relativas ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro compõem a história e a identidade da organização política assim como possuem intrínseca relação com os conflitos então vivenciados e com os conflitos ainda hoje presentes no campo político das esquerdas brasileiras.

Palavras-chave:

disputas de memória, MR8, identidade, luta política, História Oral

ABSTRACT

This study presents analyzes of memories concerning political organization Revolutionary Movement Eight October, during the last decade of military dictatorship installed in Brazil, 1975-1985. With the aid of a theory that does not establish hierarchies between economic, social, political or cultural, but which recognizes the history and memory of political parties as the history and memory of struggles against power structures, we sought to understand the experiences MR8 and identity through memories today built by their former militants. Memories are related to political struggles waged by the organization, its political culture and the tactics and strategies formulated by it. Some feature the MR8 as a conservative organization, others present it as an organization of emancipatory practices. A feature the MR8 as an organization that fought for stays, others show it as an organization that fought for change. The memory, obtained by employing the methodology of oral history , are presented today, in constant dispute . Differ, disagree, agree, jostle for space and seek to frame the view of one who remembers. Have sought to demonstrate , with the analysis of these memories in dispute, that the history and identity of the Revolutionary Movement Eight October can not be understood as unfinished or isolated as a single point of view of someone who remembers. That's because search memories is to seek views of the world, many seek understandings about a reality that always takes on new forms. A multifaceted reality, lived and experienced in multiple ways with multiple values, multiple experiences . The study intended to demonstrate that memories in dispute concerning the Revolutionary Movement Eight October compose the history and identity of political organization as well as possess intrinsic relationship with then experienced conflicts and conflicts still present in the political arena of Brazilian left.

Keywords :

disputes memory , MR8 , identity, political struggle , Oral History

ABREVISTURAS

ALN – Ação Libertadora Nacional

APML – Ação Popular Marxista Leninista

AP – Ação Popular

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CAs – Centros Acadêmicos

CBA – Comitê Brasileiro

CECAC – Centro de Estudos Antonio Carlos de Carvalho

CEPAM – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal de São Paulo de Anistia

CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores

CMB – Confederação de Mulheres do Brasil

CONAM – Confederação Nacional dos Moradores

COLINA – Comando de Libertação Nacional

CONCLAT – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras

CONSABS – Conselho Estadual de Sociedade e Amigos de Bairro

DCEs – Diretórios Acadêmicos

DI-GB – Dissidência da Guanabara

FAFEG – Federação de Favelas do Estado da Guanabara

FAFERJ – Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro

FAMERJ – Federação das Associações de Moradores do Estado do RJ

FMF – Federação de Mulheres Fluminense

GRT – Governo Revolucionário dos Trabalhadores

HP – Jornal Hora do Povo

MDB – Movimento democrático Brasileiro

PMDB – Partido do Movimento democrático do Rio de Janeiro

MR8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro

OPP – Organização Parapartidária

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

POLOP – Organização Revolucionária Marxista Política Operária

PO – Política Operária

UNE – União Nacional dos Estudantes

UP – Jornal Unidade Proletária

SUMÁRIO

RESUMO	ix
ABSTRACT	x
ABREVIATURAS	xi
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	
Movimento Revolucionário Oito de Outubro	21
Memórias de uma Cultura Política: Singularidades, práticas, linguagem, comportamentos	40
CAPÍTULO II	
Bloco Revolucionário: uma narrativa de Memória	57
Participação no Parlamento burguês	66
Disputas dentro do PMDB	74
Identidade em Conflito: identidade política e a questão partidária	82
CAPÍTULO III	
Memórias Apresentadas: atores em disputa nos movimentos sociais	88
Ressurge o Movimento Estudantil	98
As novas lutas sindicais	106
Movimento de Moradores:	114
Memória do movimento de mulheres	125
Movimento no norte do país	132
CAPÍTULO IV	
Estudo de caso - MR8 no Brasil, UDP em Portugal	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERENCIAS	166
APÊNDICE	174
ANEXOS	177

A experiência é uma das mais sólidas raízes da teoria e uma das mais sólidas bases da orientação e atuação corretas de um partido.

Alvaro Cunhal

INTRODUÇÃO

As memórias divergem e disputam espaço no processo de construção da memória coletiva, da história e da identidade do Movimento Revolucionário Oito de Outubro – o MR8. Ainda hoje, quando já são passados quase quarenta anos das principais atuações do MR8 nos movimentos sociais dos últimos dez anos da ditadura militar instalada no Brasil, surgem duas formas diferentes de classificação da organização no contexto da luta antiditatorial.

Uma primeira classifica as atuações do MR8 como reformistas, pelegas, adesistas, oportunistas e não colaboradoras para a emancipação do povo brasileiro. Uma outra identifica a organização como corajosa, efetiva e contundente na luta pelo isolamento do governo ditatorial, principalmente, por ter sido capaz de “quebrar o pau”, “ir prá luta de peito aberto” e de forma aguerrida e, por vezes truculenta, vender seu jornal Hora do Povo e brigar pela construção de uma Frente política que botava em *check* a ditadura.

Quando buscamos as memórias dos antigos militantes, tais divergências configuram-se como verdadeiras disputas de memórias. Há uma memória dos que permaneceram na organização, após as várias lutas internas e que, por isso, possuem, até hoje, um intenso sentimento de pertença ao MR8. Esses querem enquadrar uma memória coletiva favorável ao grupo político.

Há, por outro lado, uma memória daqueles que pertenceram à organização mas que, em algum momento, divergiram da linha política traçada pelo Comitê Central e tornaram-se dissidentes. Esses apresentam memórias divergentes das dos que permaneceram. Apresentam uma memória, a partir do momento em que deixaram a organização, desfavorável ao grupo em termos de sua posição no campo político das esquerdas.

O objetivo da pesquisa para elaboração desta tese não foi saber qual das memórias corresponde à realidade vivida ou qual é a mais favorável para a construção de conhecimentos históricos relativos à atuação do MR8, no período da

luta antiditatorial. Entende-se que todas as memórias encontradas correspondem às realidades vividas. Foi, justamente, nestas disputas de memórias que se construíram os conhecimentos, aqui apresentados, relativos ao MR8. Todas essas memórias em disputa formam a história, a identidade e, sobretudo, a memória coletiva do Movimento Revolucionário Oito de Outubro. Entendendo-se como memória coletiva do Movimento Revolucionário Oito de Outubro tudo aquilo que é lembrado como característica própria da organização e que a diferencia dos demais grupos políticos da esquerda revolucionária da década 1975-1985.

Utilizamos, preferencialmente, a História Oral para observar a construção da memória coletiva do MR8. Nos depoimentos obtidos há uma construção que é sempre feita a partir do presente e reflete as dinâmicas políticas e sociais e os posicionamentos dos entrevistados no momento em que falam. São depoimentos que apresentam as relações vividas no interior do partido ou grupo político MR8 do qual fizeram parte os entrevistados.

O sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945) em sua obra *A Memória Coletiva*, afirma que as memórias apresentadas nos depoimentos são algo que não têm sentido senão em relação ao grupo do qual se faz parte. O depoimento supõe um acontecimento real outrora vivido em comum (HALBWACHS,2006:p.33). O autor, dessa forma, inaugurou, em 1925, um conceito de memória como fenômeno eminentemente coletivo. Mostrou que memória individual existe, mas que ela está enraizada dentro dos quadros sociais. Halbwachs considerou que a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e que este ponto de vista muda conforme o lugar que o indivíduo ocupou no passado e ocupa no presente. E este lugar, por sua vez, muda de acordo com as relações que o indivíduo mantém com o grupo social (2006:p.69). Buscamos, por isso, depoimentos de militantes do MR8 de diversos tipos e espaços. Militantes pertencentes à diferentes posições hierárquicas dentro do partido; militantes que atuaram em diferentes cidades brasileiras; militantes que se mantiveram na organização até a desintegração do MR8 em 2009; militantes que se tornaram dissidentes em momentos diversos; militantes que mantêm até hoje intensa militância política; militantes que hoje não têm mais interesses político-partidários.

Nos depoimentos obtidos que constituíram as principais fontes analisadas, os antigos militantes procuraram acentuar determinados pontos da vida partidária e das atuações da militância. São visões e ansiedades que a memória presentificava e

que, numa disputa, tentam combater essa ou aquela interpretação do passado com vistas ao enquadramento de uma memória para alguns, satisfatória para a organização, para outros, que deponha contra algumas posições da organização.

Para as análises aqui realizadas, foi eleito o período 1975-1985, segunda década da ditadura instalada no Brasil. A finalidade foi observar as principais atuações do MR8 nos movimentos sociais daquele período. Isto porque era com essas atuações que a organização partidária procurava colocar em prática a sua principal palavra de ordem: “Pela Construção de uma Frente Popular, Nacional e Democrática”. Observamos que a maioria das disputas internas do MR8, neste período, tinham a questão da formulação e construção dessa frente como ponto principal.

Também se fez necessária a apresentação de algumas considerações acerca das atuações da organização em conjunturas políticas da década anterior – 1964 - 1974. Foi preciso observar os passos iniciais do MR8 no quadro da resistência à ditadura; como surgiu a organização; quais as suas primeiras táticas e estratégia; qual a sua posição inicial no campo das esquerdas e quais as lutas travadas, internamente, por sua militância.

Verificamos que o Movimento Revolucionário Oito de Outubro tem suas origens, ainda, nos primeiros momentos da luta antiditatorial, nos anos que se seguiram ao golpe civil-militar de 1964. Vários dissidentes do Partido Comunista Brasileiro, no campo universitário, criavam novas organizações revolucionárias que tomavam armas para resistir à ditadura. Naquele período, a luta armada e a guerra revolucionária se apresentavam para a militância dessas novas organizações como a única capaz de, verdadeiramente, abrir espaços numa conjuntura de repressão política extrema e ausência de quaisquer resquícios de democracia.

Os organismos da repressão investiram de forma truculenta contra as organizações de esquerda. Perseguiram, prenderam, torturaram, mataram e exilaram os que se opunham ao governo ditatorial, entre eles os jovens que, mais tarde, passaram a se auto denominar como militantes do MR8.

Porém, a partir de meados dos anos 1970, inaugurou-se uma nova forma de resistência. As organizações da esquerda revolucionária mudavam suas táticas. Passaram a organizar uma luta efetiva, na qual, vários segmentos da sociedade deveriam estar envolvidos. Uma luta antiditatorial travada pelos movimentos sociais.

Os estudantes foram os primeiros a se movimentarem e, desta vez, diferentemente do que acontecera em 1968, de forma bem organizada, reabriam suas entidades, centros e diretórios acadêmicos. Os trabalhadores voltaram a se organizar em seus sindicatos; os moradores iniciaram um processo de criação ou reabertura de suas associações; o movimento de mulheres se organizava nas associações de mulheres e nos departamentos femininos de sindicatos e de organizações classistas.

Eram muitos os que queriam o fim da ditadura e por isso lutavam pelas liberdades democráticas. Estudantes, sindicalistas, moradores, homens e mulheres resistiam, de forma organizada, contra a ditadura militar. Estavam engajados e motivados por uma conjuntura de crescente insatisfação popular. Insatisfação diante da crise econômica e da falta de liberdade para se expressar. Atos públicos eram realizados, manifestos eram publicados num ambiente resultante da interação de diversos setores da sociedade, desde os mais liberais até os mais radicais.

Esse movimento apresentava-se organizado, em grande parte, pela ação de setores de esquerda, que antes, estiveram na clandestinidade. Alguns deles haviam, inclusive, participado da luta armada. Mas, naqueles meados dos anos 1970, passavam a participar de outra forma, na luta pelo fim do autoritarismo e restabelecimento da ordem democrática. Participavam na reorganização das forças populares que se manifestavam através de greves contra o arrocho salarial, na criação de associações de moradores e na reabertura das entidades estudantis. Militavam em organizações que apresentavam novas táticas, novas estratégias, novos programas partidários e novos projetos revolucionários. Dessa forma, essas organizações retomavam o espaço público.

O Movimento Revolucionário Oito de Outubro era uma dessas organizações. Ele se destacara na luta armada e na guerra revolucionária contra a ditadura e, naquela nova conjuntura de meados dos anos 1970, passava a ter como principal estratégia, organizar os movimentos sociais e criar uma frente política contra a ditadura.

Inserir-se e intervir na vida política brasileira. colocando em prática as propostas relacionadas, de imediato, ao fim do regime ditatorial e, a longo prazo, à construção de uma sociedade socialista era objetivo central da organização. E as atuações da militância nas entidades dos movimentos sociais desempenhavam o principal meio para a obtenção desse objetivo. Por isso as participações da

militância do MR8 nos movimentos sociais se caracterizavam por um pragmatismo que era capaz de transpor, inverter e, muitas vezes subverter, aos olhos de muitos, os interesses imediatos das classes trabalhadoras. Assim, a sua militância atuava, principalmente na formalização de alianças, com o objetivo de apresentar-se como força apta para as disputas de poder.

Os movimentos sociais ressurgidos no país na década de 1970 tinham como principal característica a presença de organizações políticas que estavam sendo reabertas ou criadas após a reconquista do direito de reunião que havia sido suspenso pela ditadura militar na década anterior. A militância do MR8 passou a dedicar-se às disputas políticas ocorridas na estruturação dessas organizações. Queria estar presente nas diretorias de entidades estudantis, sindicatos, associações de moradores e em associações diversas para poder melhor conduzir e dirigir o conjunto dos movimentos sociais. As memórias dessa participação nos movimentos sociais evidenciam muitas disputas, posto que, tratam de um passado bastante dinâmico e conflitual. Havia disputas internas no MR8 e externas com outras organizações, todas relacionadas à atuação nos movimentos sociais. Logicamente, as memórias hoje construídas relativas aos fatos vividos são seletivas e refletem também as disputas políticas que ainda permanecem nos dias atuais.

Neste trabalho, atentamos para as categorias cultura política e ideologia. A década 1975-1985, no Brasil, se constituiu num quadro de disputas políticas acirradas entre as esquerdas. Vários eram os grupos políticos partidários ou organizações que travavam a luta antiditatorial no campo das esquerdas. Cada um deles apresentava suas posições, seus métodos e seus projetos de país. Não havia consenso entre as esquerdas e, tampouco, entre todos aqueles que travavam a luta antiditatorial. Nem todos comungavam de uma mesma ideologia. Havia os nacionalistas, os liberais, os socialistas, os comunistas, os católicos e até os conservadores.

Entre os comunistas, auto-intitulando-se como uma organização marxista-leninista, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro, ao longo de sua formação e no decorrer de suas atuações, foi se tornando um vetor social responsável pela reprodução de uma cultura política que lhe era peculiar. Os relatos obtidos são unânimes em apresentar a organização, no período estudado, como algo peculiar, que reproduzia um certo tipo específico de fazer política. Neste aspecto particular, as memórias não estão em disputa já que todas mostram os sentimentos, as

paixões e a fidelidade que a militância do MR8 dispensava em todas as suas atuações políticas.

No entanto, divergem e disputam espaço, na construção dessa memória coletiva da organização, as definições dessas atitudes políticas do Movimento Revolucionário Oito de Outubro. Para uns, os militantes que permaneceram na organização, elas sempre foram ideologicamente pertencentes ao campo comunista, como declaravam os documentos da organização. Para outros, os dissidentes da organização, elas, inicialmente, ou seja na primeira década de existência da organização, eram pertencentes ao campo comunista, posteriormente, a partir do final da década 1970, passaram a pertencer ao campo liberal ou conservador.

Para estruturar nossa pesquisa, nos serviu a verificação de que, em cada um dos três Congressos do MR8, que ocorreram, respectivamente, em 1976, 1978 e 1982 foram apresentadas, nos informes do Comitê Central e nas resoluções políticas, as táticas e estratégias formuladas pela direção partidária, com vistas à construção de uma frente política. Nossas inferências iniciais já sugeriam tal fato e, no decorrer da pesquisa obtivemos a confirmação de que, em cada Congresso, era apresentada uma proposta diferenciada de composição da frente ou aliança de forças que o MR8 considerava necessária para a superação do governo ditatorial. O que permaneceu, independente do tipo de frente proposta, foi o principal e mesmo ponto tático: a participação ativa da militância nos movimentos sociais com vistas à construção dessa frente. Os militantes do MR8 foram atores sociais que estiveram em ativa disputa por espaço, nos movimentos sociais, visando a participação nas estruturas do poder e a direção da frente política..

Essa estruturação, com atenta observação sobre o programa partidário, sobre as decisões de cada congresso e sobre a memória dos militantes que atuaram naqueles momentos, nos auxiliou na compreensão dos conflitos, disputas, construções identitárias e discursos presentes no campo político. Isto porque esses três eventos da vida da organização, os Congressos de 1976, de 1979 e de 1982, foram definidores da linha política e das formas de atuação que hoje estão presentes no que chamamos de disputas de memórias.

A pesquisa em torno do I Congresso de 1976 procurou responder questões relativas à aposta do MR8 nas lutas dos movimentos sociais e pelas liberdades democráticas. Observou e analisou os primeiros movimentos da organização, que, ao abandonar a luta armada, passou a atuar no sentido de valorizar a democracia

associativa como acúmulo de forças para a instalação de um Estado socialista. Esses movimentos antecedem a realização do I Congresso de 1976 e permanecem até o ano de 1978. A militância do MR8 passou a preocupar-se com as eleições de parlamentares pertencentes à “ala autêntica” do partido de oposição à ditadura, o Movimento Democrático Brasileiro, e com a participação nas renascentes lutas sindicais e estudantis. O MR8 propõe a organização de um Bloco Revolucionário com setores da pequena burguesia.

Em torno da realização do II Congresso de 1979, foram buscadas as memórias relativas às atuações da organização nas entidades dos movimentos sociais em momentos em que os quadros do MR8 procuravam realizar alianças com setores liberais. Essa prática, no entanto, observamos que, naquele momento, não motivou grandes lutas internas ou saídas dos dissidentes. A proposta, embora alargasse a composição da frente popular, orientava no sentido da busca de atuação junto aos liberais mais combativos.

Quanto ao III Congresso de 1982, encontramos à sua volta memórias da luta decidida da militância do MR8 nos movimentos sociais num momento em que, segundo a organização, estava em jogo, no país, a luta para que o movimento democrático assumisse a questão nacional como tema central e decisivo. A organização esteve presente nos principais tipos de movimentos sociais com o objetivo de investir de forma ativa na transformação do PMDB em uma amplíssima frente nacional e democrática. Nessas ocasiões, a militância do MR8 era reconhecida por empunhar o Jornal Hora do Povo, veículo de agitação e propaganda da organização.

Por último, apresentamos um estudo de caso: o caso do Movimento revolucionário Oito de Outubro (MR8) e o caso da União Democrática Popular (UDP), organização da esquerda radical de Portugal, na década 1975-1985.

Realizei entrevistas com militantes da União Democrática Popular, partido que se destacou, em Portugal, na luta dos anos 1970. De posse dessas entrevistas, não nos ativemos nas analogias ou nas diferenças entre o MR8 do Brasil e a UDP de Portugal. Nos ativemos, em especial, no que se relacionava à construção de uma frente política. As duas organizações apresentavam como necessárias para lutar por liberdades e construir uma nova sociedade a construção de uma frente. O MR8, uma frente amplíssima com a participação de uma burguesia nacional, a UDP, uma frente bem mais restrita, já que esta considerava inexistir uma burguesia nacional

em Portugal. Realizamos uma análise que trata o caso MR8 e o caso UDP como entidades globais, cujas atuações tiveram causas múltiplas, distintas e específicas das conjunturas em que estas organizações estiveram inseridas. O estudo dessas organizações políticas nos permitiu estabelecer conexões entre os processos políticos vividos na década 1975-1985 no Brasil e em Portugal. Procuramos não forçar ou fixar características comuns, mas, sim identificar os processos de memória presentes simultaneamente em cada um dos casos. Identificar como hoje, são construídas e disputadas pelos atores sociais as memórias das atuações das organizações partidárias que resistiram e lutaram por liberdades democráticas e pela construção de uma sociedade mais justa, em conjunturas, do final da década 1970 e início de 1980, no Brasil e em Portugal.

Este estudo de caso que acompanha a tese deu-se devido à compreensão de que o conhecimento sobre as lutas da esquerda, em diversas partes do mundo, deve ser incorporado como patrimônio de memória comum de todos aqueles que estão comprometidos com a busca das memórias das lutas dos povos e de suas organizações políticas. Deveu-se também à ideia de que as sociedades têm sempre extensões umas nas outras na construção das lutas coletivas.

Um partido é antes de tudo uma reunião de homens em torno de um objetivo comum e é, em primeiro lugar, sobre aqueles que reúne que ele é capaz de nos esclarecer.

Serge Berstein

CAPÍTULO I

Movimento Revolucionário Oito de Outubro

Halbwachs concebe que a identidade coletiva precede a memória, já que a identidade coletiva, para o autor, é que determina o conteúdo da memória. (2006: p.72) Isso, certamente se deveu ao fato de que Halbwachs considerava a identidade como algo estável e coerente que servia de base para a memória. Dessa forma, o autor negligenciava, a natureza dialógica, negocial, conflituosa tanto das identidades quanto das memórias.

No entanto, a premissa, apresentada por Halbwachs, de que todos os grupos sociais desenvolvem uma memória de seu próprio passado coletivo e que essa memória é indissociável da manutenção de um sentimento de identidade que permite identificar o grupo e distingui-lo dos demais (2006: p.110) tem sido ponto de partida de todos os estudos sobre a memória

Devido a isso, a análise do conteúdo dos depoimentos, obtidos com a metodologia da História Oral, nos possibilitam o conhecimento e o entendimento de aspectos do passado coletivo dos grupos aos quais pertenceram aqueles que narram suas memórias. Nos depoimentos são apresentados as disputas vivenciadas, os conflitos vividos, os interesses e objetivos do grupo e, especialmente, como o grupo se percebia e era percebido pelos setores externos a ele.

A análise dos depoimentos de antigos militantes do Movimento Revolucionário Oito de Outubro, desta forma, nos possibilitou a verificação de pontos fundamentais da vida da organização. Foi possível perceber toda a dinâmica

dos processos de disputas ocorridos no interior da organização, os conflitos vividos por sua militância, enfim, os vários aspectos que fazem parte da formação identitária da organização. Havia disputas de poder, lutas pela imposição de determinada proposta política, conflitos de interesses que forneciam marcas identitárias à organização. Hoje, quando apresentam suas memórias, antigos militantes do MR8, preocupados com uma construção social do passado, negociam entre aspectos de sua memória individual e a memória coletiva que desejam enquadrar. Neste processo, reatualizam os conflitos vividos no passado e impregnam suas memórias com as marcas do presente.

Daí podermos afirmar junto com autores como Fentress e Wickham (1992:p.8) a existência de caráter dialógico do processo de construção de memórias. Um processo que envolve tensões entre o individual e o coletivo, diálogos e negociações. Negociações e seletividades que se dão também na construção da memória individual já que a mente humana apresenta, a cada momento, diferentes formas possíveis para interpretar, analisar e avaliar os fatos vividos. Devido à tais características do processo de construção da memória, compreende-se que não será possível, buscar, puramente, a objetividade dos fatos quando se lida com a memória, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas pelos atores em disputa.

Mesmo não buscando puramente a objetividade dos fatos, elegemos para aqui apresentar, à guisa de oferecimento de uma breve história do MR8, alguns fatos da vida partidária que certamente colaboraram, ao longo dos tempos, para a construção da identidade e da memória da organização política.

O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8), na década 1975-1985, se auto-intitulava, de acordo com seus documentos e com a afirmação de militantes entrevistados, como um partido marxista-leninista que vivia na clandestinidade.

Originou-se de uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no meio universitário do Estado da Guanabara – a DI-GB – que se formou a partir de 1964. Em novembro de 1966, a DI-GB foi a primeira, entre as várias dissidências que se organizaram no interior do PCB e que abandonam as estruturas do partido. A principal causa para a ruptura definitiva era a postura do PCB diante das eleições gerais propostas pelo governo ditatorial.

Nos meses que antecederam as eleições, os militantes da DI-GB, que ainda desenvolviam uma luta interna no interior do PCB, preconizavam o voto nulo na eleição. Consideravam que essa era a forma de denunciar o ambiente de arbítrio em que ocorriam as eleições com as quais o governo desejava legitimar-se no poder. O PCB manteve-se irredutível com relação à participação nas eleições, dedicando seu apoio aos candidatos do antigo PTB, Partido Trabalhista Brasileiro e do antigo PSD, Partido Social Democrático, que ainda estavam na legalidade. Vencidos na luta interna, os dissidentes da Guanabara abandonaram o PCB.

Alguns meses depois, em fevereiro de 1967, a DI-GB realizou sua I Conferência, na qual se constituiu como uma organização. Pelo seu dinamismo, no meio universitário, a DI-GB atraiu o apoio e a adesão de jornalistas, bancários, publicitários e figuras no meio intelectual (GORENDER, 1987: p.147).

Embora tivesse formulado e declarado, na sua I Conferência de 1967, a estratégia da luta armada como a única capaz de reagir à ditadura militar, continuava resistente à prática do foquismo¹, optando por continuar na organização de protestos contra a ditadura. Isso lhe deveu a perda de militantes que, atraídos pelas ideias e práticas da guerrilha, alguns se somaram aos dissidentes do 4º Congresso da POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária) e outros criaram o Comando de Libertação Nacional (COLINA), organização adepta da luta armada.

Após a saída dos dissidentes, em dezembro de 1967, a DI-GB realizou a sua II Conferência, na qual reafirmava a estratégia da luta armada e também a necessidade de ampliar a participação da militância no movimento estudantil. Com essa determinação o MR8, no decorrer de 1968, se destacou nas mobilizações estudantis. Com lideranças importantes do movimento, a militância da DI-GB participa e sai vencedora das eleições para os Diretórios Acadêmicos das três principais universidades do Estado da Guanabara, a UFRJ, a UEG (atual UERJ) e PUC. Também será a organização que elegerá a maioria dos delegados para o XXX

¹ Foquismo é o nome dado à prática inspirada na teoria revolucionária proposta por Che Guevara no texto *La guerra de guerrillas*. Foi adotada, nos anos 1960, pelos grupos armados de esquerda e consistia, basicamente, em criar *focos de* revolução no mundo, como forma de enfraquecer o imperialismo. A premissa era de que a criação de múltiplos focos de guerrilha rural dificultava a ação repressora por parte das forças armadas governamentais. O foquismo recebeu numerosas e fortes críticas nos círculos marxistas.

Congresso da UNE que iria se realizar em outubro de 1968, em Ibiúna, São Paulo. Nesse Congresso foram presos, entre outros, dois importantes líderes estudantis da DI-GB, Vladimir Palmeira e Franklin Martins.

Embora se auto-intitulando uma organização adepta da guerra revolucionária, a Dissidência da Guanabara, efetivamente, desde o seu desligamento do PCB, não se estruturou para a realização de tais práticas. Enquanto outras organizações da esquerda revolucionária, saídas do PCB já há muito se estruturaram para a prática do militarismo, a DI-GB, demorava a aderir efetivamente às ações armadas. Para Jean Rodrigues Sales, isso se deveu, em grande parte, à origem de sua militância que tinha suas raízes no movimento estudantil (SALES, 2007: p, 83). Tendemos a partilhar dessa avaliação já que a militância do movimento estudantil que compunha a direção da DI-GB entendia-se como uma como força auxiliar do movimento operário. A organização não tinha entre seus quadros, especialmente nos órgãos da direção partidária, representantes do operariado. Em seus documentos a DI-GB apresentava a compreensão de que o principal protagonista das lutas contra o capitalismo e pela construção da sociedade capitalista deveria ser a classe operária. A contradição entre a prática do foquismo e a composição da DI-GB era, portanto, elemento inibidor para a pronta dedicação da organização às práticas militaristas já que. A guerrilha deslocava o protagonismo da luta da classe operária para os militantes da organização. Por isso, a adesão foi tão demorada.

Sérgio Rubens que iniciou sua militância política na DI-GB como militante do movimento estudantil e que se tornou secretário-geral do Movimento Revolucionário Oito de Outubro após a morte de Claudio Campos, apresenta outro fator para uma melhor análise dessa questão. Para ele a argumentação dos dissidentes da Guanabara para a cisão com o PC era mais de cunho sentimental do que baseadas numa avaliação concreta da realidade objetiva. Os jovens da Dissidência, no seu entendimento, estavam movidos por um sentimento. Queriam sentir-se ativo naquela realidade da luta antiditatorial, no entanto, as condições objetivas para a luta armada não estavam dadas naquela realidade.

Tem a teoria e a realidade. Começarei pela realidade. As coisas funcionavam a partir do sentimento, principalmente para os jovens que não tinham uma base teórica consolidada, e que estavam iniciando sua participação política. O fenômeno do surgimento das dissidências deve-se menos a questão das divergências teóricas e mais a uma questão do sentimento. Na época o PC estava parado, e queríamos combater, chamar

o pessoal para ir às ruas e fazer manifestações. A questão da luta armada funcionou da mesma forma. Até o AI-5 que foi em 13 de dezembro de 1968 nossa posição dentro do Movimento Estudantil era a de que existiam condições para o crescimento do movimento de massa, portanto não era necessária a luta armada, pois achávamos que ia prejudicar. Defendemos essa posição até exatamente o dia 13 de dezembro de 1968. A ALN já havia iniciado algumas ações armadas. Nós avaliamos que aquilo não estava ajudando. Achávamos que o principal era continuar o crescimento do movimento de massa, que era algo que correspondia à realidade. Queríamos combater a ditadura através dos movimentos de massa. Com o AI-5, no entanto, o espaço que existia para acumular força dentro do movimento de massa diminuiu, pois a repressão aumentou. Somente as lideranças do movimento de massa foram para a luta armada. E se tinha que justificar essa prática com uma teoria. Explicamos com a Revolução Cubana, a teoria do foquismo. Ela servia para dar uma base racional a esse sentimento (Entrevista Sérgio Rubens, 20.07.2011).

A formulação teórica e prática para entrada na luta armada somente ocorre quando, em abril de 1969, a DI-GB realizou a sua III Conferência. Na ocasião, mais uma vez, auto intitulou-se como organização comunista adepta da guerra revolucionária, mas, foi mais além nos seus propósitos. Desta vez, diante da grande repressão sobre os movimentos de massas; da prisão das lideranças estudantis no XXX Congresso da UNE; da instituição do decreto 477 que colocava na ilegalidade as entidades estudantis e, principalmente, da publicação do ato Institucional número 5, a DI-GB, não via mais um caminho pacífico para a revolução brasileira. A III Conferência da DI-GB orientou sua militância no sentido da participação de ações armadas. Considerava que, a partir daquele momento, cessadas todas as possibilidades de ações de massa, já que ocorrera o fechamento completo da ditadura, era necessário organizar a atuação na prática da luta armada. A DI-GB criou o Grupo de Trabalhos Especiais (GTE), estruturado para ações de guerrilha urbana.

No entanto, a estrutura da organização não passou a se estabelecer somente para as ações armadas. O MR8 alocava a sua militância em três frentes: a frente média, frente de trabalho operário, e frente de trabalho armado. Da frente média participavam os setores mais recentemente integrados à organização. Do trabalho operário participavam militantes que, oriundos do movimento estudantil, passavam a realizar recrutamentos de operários e a organizar um trabalho de denúncia política da situação econômica da classe trabalhadora e da falta de liberdade no país. Da frente armada, participavam os militantes treinados para o combate à ditadura com a prática do foquismo.

É importante notarmos que mesmo organizando-se para as ações armadas, o trabalho junto às massas não deixou de ser realizado. E esse trabalho foi fortemente reprimido pelos organismos da ditadura. Nosso entrevistado, o médico Jorge Venâncio, militante do movimento estudantil do final da década de 1960, ainda como membro da DI-GB, com voz pausada, baixa, porém segura, narrou seus primeiros contatos com a organização que se tornaria o MR8. Contou-nos que iniciou sua participação no movimento estudantil, no final dos anos 1960, quando ainda era aluno de curso pré-vestibular. Passou a participar de manifestações pelo aumento de vagas para os candidatos à faculdade de Medicina da UFRJ. Depois que se tornou estudante universitário, junto com outros militantes da DI-GB, participou da luta armada. Foi preso pelos organismos da ditadura, exilou-se no Chile e retornou ao país para organizar a atuação do MR8 nos movimentos sociais, em especial, o movimento estudantil. Participou dos três Congressos do MR8, tendo colaborado para a formulação da linha política da organização como membro do Comitê Central, a partir dos anos 1980. Atualmente, como médico, participa da Comissão Nacional de Saúde e trabalha na organização do Partido Pátria Livre. Jorge Venâncio passou pelas três estruturas da DI-GB e quando era militante da frente de trabalho operário, atuava na favela do Jacarezinho, local em que foi preso.

No início de 1970 passei para frente de trabalho operário, lembro que no dia 6 de março participei de uma ação de panfletagem no Jacarezinho, fui como substituto de uma pessoa, foram dois carros e eu fui dirigindo um. Neste dia todas as pessoas que participaram dessa ação foram presas, inclusive eu. No carro que estava dirigindo estavam o Daniel Aarão Reis e a Regina Maria Farah. No outro carro estavam o Paulo César Farah, marido da Regina, o Pedro Alves, a Vera Silva e o Carlos Zílio. Dois camburões nos seguiram na saída do Jacarezinho, um carro foi para cada lado, e um camburão atrás de cada um. Fomos parar em Inhaúma, conseguimos nos afastar um pouco do camburão, subimos um morro, mas foi ficando muito íngreme e resolvemos parar e nos escondemos em baixo de uma pedra, isso aconteceu por volta de 17h30, ficamos bastante tempo ali, fomos presos às 23h30. Lembro que levaram holofotes, cachorros. Já com o outro carro foi diferente, pois houve tiroteio, o Paulo César estava dirigindo e se escondeu em baixo do volante, os outros três saíram do carro para trocar tiros, eles correram, mas foram baleados. Enquanto isso o Paulo César aproveitou para escapar, mas acabou sendo pego no dia seguinte, pois a mulher dele estava em meu carro, ela foi pega e foram até a casa deles. Todos nós fomos para a PE, tivemos aquele tratamento “especial”, nessa época eu tinha dezoito anos. Ficamos sete dias na PE, depois fomos transferidos para o DOPS, ficamos lá até o início de abril, depois retornamos para a PE e ficamos vinte e cinco dias, no final de abril nos levaram para o quartel que fica na Frei Caneca, alguns dias depois nos levaram para a Ilha Grande (Entrevista Jorge Alves de Almeida Venâncio, 18.07.2011).

Com os militantes da frente de trabalho armado, em setembro de 1969, a DI-GB concebeu e organizou o sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick que foi trocado por 15 presos políticos. Foi auxiliada na execução desta ação por quadros da Ação Libertadora Nacional (ALN) (GORENDER, 1987: p.147-154).

Foi no curso dessa ação que a DI-GB adotou o nome MR8. A organização considerou que não seria conveniente assinar o manifesto sobre o sequestro do embaixador americano como “dissidência universitária” – DI-GB. Preferiu adotar o nome de um jornal intitulado *Movimento Revolucionário Oito de Outubro*, data da morte de Che Guevara. Esse jornal fora editado por uma dissidência estudantil de Niterói exterminada pela ditadura, em 1969, com a prisão de todos os seus membros, no oeste do Paraná. A partir deste ato a DI-GB adotou a sigla MR8.

Segundo Gorender (1987: p.167) o surgimento da sigla MR8 veio a partir da busca de solução para um problema aparentemente banal: a organização revolucionária carioca não poderia assinar o manifesto - que teve Franklin Martins como autor do projeto de redação - com a denominação de Dissidência Universitária da Guanabara. “Dissidência de quê? Ficaria a interrogação para o público não iniciado. Qual outra denominação adotar?” (GORENDER, 1987: p.167). O autor segue nos informando que fazia pouco, os órgãos policiais proclamaram a completa liquidação do MR8 e para demonstrar que a organização supostamente liquidada estava bem viva, a DI-GB “aproveitou a dica e adotou a sigla” (GORENDER. 1987: p.167).

Sobre a utilização da sigla MR8 pela organização, Jorge Venâncio assim discorre:

Foi a primeira vez que assinamos com esse nome, pois até então assinávamos como Dissidência da Guanabara. O MR8 era um grupo oriundo da Dissidência do antigo estado do Rio, era chamado de Dissidência de Niterói, tinha uma posição mais esquerdista, e estava tentando montar um grupo de guerrilha em Cascavel no Paraná, e praticamente todos os integrantes do grupo foram presos. Em agosto foi publicado no jornal “O Globo” algumas fotos dos presos, e a manchete dizia o seguinte: “Desbarataram o MR8”, com isso o pessoal teve a idéia de adotar o nome MR8, foi uma resposta, uma forma de mostrar que não tinham desbaratado nada (Entrevista Jorge Alves de Almeida Venâncio, 18.07.2011).

Neste ponto observam-se disputas de memórias. Irapuã Santos, que se tornou um dos dirigentes do MR8 a partir de meados dos anos 1980, e que foi

membro do comitê central da organização até 2009, ano do término das atividades do MR8 nos contou, que muitos membros de outras organizações da esquerda revolucionária da década de 1970, afirmaram na ocasião do sequestro do embaixador americano e, afirmam ainda hoje, que a utilização da sigla MR8 foi uma atitude oportunista por parte da organização. Para esses, tomar uma designação pertencente a outro grupo político demonstrava o “oportunismo do Oito desde o seu surgimento”. No entanto, afirma Irapuã Santos, esta “foi uma atitude corajosa da organização que procurava mostrar a ineficácia dos organismos da ditadura em fazer calar ideias e ações daqueles que lutavam por um Brasil livre”.

Outras disputas de memórias também têm lugar no que se relaciona à forma como é grafada a sigla MR8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro). Tem-se conhecimento da polêmica relatada pelo professor Ayres Camurça (1994: p.23), na qual, os dirigentes da organização mantiveram com os que travavam a luta interna que antecedeu o III Congresso do MR8 em 1982. Documentos anteriores e posteriores ao período da polêmica, ora utilizam o hífen, ora não o utilizam. No próprio Manifesto à Nação por ocasião do sequestro do embaixador Elbrick utilizou-se hífen para grafar o nome da organização autora da ação. O mesmo ocorreu nos documentos e resoluções saídos do I e II Congressos da organização. No entanto, os dirigentes do MR8, durante a luta interna de 1982, acusavam os que divergiam da linha do Comitê Central, que grafavam seus documentos utilizando o hífen na sigla, de desconhecedores do próprio nome da organização. Portanto, nesta questão da utilização ou não do hífen na sigla da organização já se configura uma disputa de memória.

No texto desta tese, somente grafaremos MR-8 quando se tratar de citação. Será respeitada a forma encontrada no original. Quando estivermos nos referindo à organização grafaremos MR8, sem a utilização do hífen, forma utilizada pela organização desde após o III Congresso do MR8 de 1982 até sua dissolução em 2009.

Disputas de memórias também encontramos nas avaliações sobre o seqüestro do embaixador americano. E essas disputas são observadas pelo próprio entrevistado Jorge Venâncio quando se refere ao episódio. Reporta-se à discordância de outras organizações que avaliaram o ato como uma ação

provocadora de maior repressão contra a esquerda revolucionária. O entrevistado possui uma avaliação bastante diferente. Para ele, o ato foi algo tão significativo que foi capaz de mudar os rumos da política nacional provocando até mesmo certa abertura no regime.

Apesar de ter desencadeado uma grande repressão, achei que o efeito desse ato foi positivo para o país, pois desmoralizou a ditadura, já que tiveram que ler o manifesto e soltar os presos. Eles estavam na linha de manter a Junta Militar e de deixar o Congresso fechado, mas no início de outubro anunciaram a reabertura do Congresso, e anunciaram a eleição para presidência, na qual foi eleito o Médici, que tomou posse no dia 31 de outubro. Acredito que essa eleição foi efeito do ato do MR8, porque isso não estava nos planos deles. Na época algumas pessoas disseram que esse ato foi negativo, pois fez com que a repressão aumentasse, e isso aconteceu de fato, mas o efeito político foi muito mais positivo (Entrevista Jorge Alves de Almeida Venâncio, 18.07.2011).

Ainda se referindo ao episódio do sequestro, o entrevistado Jorge Venâncio afirmou-nos que se ressentia com as várias versões sobre o sequestro que, segundo ele não correspondem ao que realmente aconteceu. Reclama do fato de que algumas participações na ação foram distorcidas por muitos e alguns papéis foram superdimensionados em detrimento de outros. Refere-se, inclusive à versão apresentada no filme de Bruno Barreto, *O que é isso companheiro?*, que retrata a ação, para ele, de forma equivocada.

Há diversas versões sobre o seqüestro do embaixador, no filme do Bruno Barreto há situações que não estão bem contadas, digo isto porque conheço pessoas que participaram da ação e tenho uma noção de como o fato aconteceu. Primeiro eles analisaram a rota do embaixador, em seguida armaram uma emboscada na rua que ele estava passando de carro. Foram três veículos atrás dele, o renderam, colocaram dentro de um dos carros. Depois pararam em uma rua deserta e o transferiram para uma Kombi, e o levaram para uma casa em um condomínio no Rio Comprido. Oficialmente morava apenas uma pessoa nessa casa, o Gabeira. O pessoal chegou com o embaixador, ficou na garagem, e passaram para a casa principal à noite. Somente o Gabeira saía de casa, ele levava os comunicados. A polícia identificou várias possibilidades do paradeiro do embaixador, inclusive esta residência, mas não era clara a certeza deles, o máximo que eles fizeram foi colocar alguns olheiros no alto do morro. A polícia só teve certeza no domingo, dia 7, que foi quando o pessoal saiu da casa, e como eles já sabiam que havia olheiros no alto do morro fizeram um esquema de saída. Primeiro saíram três pessoas em um fusca, e passaram pelos olheiros. Em seguida dois automóveis saíram da casa, com isso os olheiros perceberam a movimentação e foram atrás, e o fusca que saiu primeiro também seguiu, neste veículo estava o Manoel Cirilo, membro da ALN, e que foi preso comigo lá na Polícia do Exército. O Manoel relatou que os olheiros fizeram sinal para eles passarem, mas eles não corresponderam, pois sabiam que eram olheiros, então resolveram ultrapassar para atirar no carro deles, pois se atirassem de onde estavam poderia atingir os dois carros da frente, mas os olheiros perceberam a movimentação, então viraram em outra rua. No

filme “O que é isto companheiro” esse episódio não está retratado da maneira que aconteceu, no filme o carro onde estão os olheiros muda a rota, pois percebe que há um carro atrás, mas na verdade eles mudam porque o carro que está atrás ameaça um combate. Por fim o embaixador foi solto, os presos foram soltos (Entrevista Jorge Alves de Almeida Venâncio, 18.07.2011).

Em 1970, logo após o sequestro do embaixador americano, a organização sofreu grandes golpes da repressão. Todos os envolvidos sofreram baixas. Ocorreram prisões, exílios e assassinatos que deixaram a organização em grande instabilidade. Mas, mesmo assim, o partido ampliou seu trabalho estabelecendo contatos em fábricas e em áreas rurais. Em janeiro de 1971, o MR8 publicou o documento *Orientação para a Prática*. Neste documento, embora apresentando as ações de guerrilha como vitoriosas, constatava a redução de suas bases sociais com a prática da luta armada. Considerava que essa prática acarretava dificuldades para que o MR8 recompusesse seus quadros e aumentasse o número de militantes

Em meados de 1971 e 1972, o MR8 sofreu mais golpes da repressão. Muitos militantes foram presos e a perseguição cada vez mais se intensificava. Membros do Comitê Central do MR8 sofreram baixas. Os que conseguiram fugir à repressão buscaram o exílio, no Chile, onde recompuseram o trabalho da organização.

Ainda em 1971, o MR8 iniciou um processo de autocrítica que ganhou expressão com a publicação de documentos e com as atuações, baseadas nas Resoluções do Pleno de 1972. Era a proposta de retorno ao trabalho de massas e abandono da luta armada. Era o que chamou de superação do erro do vanguardismo e um passo fundamental para a reconquista das bases sociais da esquerda.

A partir de 1972, a militância passou a participar de vários atos, ainda na clandestinidade, enquanto seus principais militantes ainda se encontravam no exílio político, no Chile. Naqueles momentos, tinha início um processo de intimidade da organização MR8 com as lutas operárias e populares, ou seja, com os movimentos sociais (GORENDER, 1987: p.200).

Em 1976, a organização aprofundou, em seu I Congresso, uma nova análise da conjuntura política e abandonou, definitivamente, a luta armada como tática necessária para o estabelecimento de um programa socialista de revolução. O MR8 passou a priorizar a discussão e orientação no sentido de uma tática que já vinha

sendo posta em prática pela militância, sob orientação da direção partidária, desde 1972: a atuação, cada vez maior, nos movimentos sociais.

Foi apresentado, na ocasião, o Programa Socialista para a Revolução Brasileira e a estratégia de construção de um Bloco Revolucionário baseado na capacidade hegemônica do proletariado (MR8,1980: p.51). A organização concluiu que a classe trabalhadora não poderia estar sozinha na empresa da construção da sociedade socialista. Precisava contar com setores insatisfeitos da pequena burguesia.

Dois anos depois, no II Congresso de 1979, o MR8 determinou como sua principal tática a construção de uma frente popular para lutar por liberdades democráticas. Seus militantes passaram a atuar, ativamente, nos sindicatos, nos movimentos de moradores e na organização partidária Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ².

O II Congresso de 1979 inaugurou uma fase em que a organização começava a alcançar um nível nacional. Foi um momento mais de unificação do MR8 a outras organizações comunistas, entre elas, a Organização Comunista do Sul e a Fração Operária Comunista, do que um momento de grandes elaborações teóricas e estratégicas.

Rosanita Campos iniciou suas atividades políticas em 1984, sob a orientação do MR8, atuou no movimento estudantil do Rio de Janeiro, tornou-se, nos anos 1980, liderança dos professores no movimento sindical do Rio de Janeiro. Posteriormente, passou a atuar no movimento de mulheres tornando-se dirigente da Confederação de Mulheres do Brasil. Pertenceu ao Comitê Central do MR8 até o término das atividades da organização em 2009. Sobre a memória que tem do II Congresso de 1979, Rosanita Campos o apresenta muito mais como um evento organizativo do que elaborativo de uma linha política da organização.

O II Congresso foi realizado muito mais para que a gente se compusesse com algumas organizações de esquerda (Comunistas do Sul, PO, PCR)

² MDB, partido da oposição consentida criado pelo Ato Institucional nº 2 AI-2, de 1965 que determinava o fim dos antigos partidos políticos e criação de apenas dois partidos: um para defender o governo (ARENA: Aliança Renovadora Nacional) e um para fazer a oposição consentida (MDB; Movimento Democrático Brasileiro)

com as quais vínhamos num processo de discussão. Foi a segunda leva de juntar organizações de esquerda que vivemos. A primeira foi na época da luta armada quando veio o Lamarca e seu grupo. Nesse Congresso de 79, não alteramos nem tática nem estratégia e as resoluções que saíram eram muito precárias, com uma formulação simplista do que era todo aquele processo de discussão na época, meio esvaziado e doutrinário (Entrevista Rosanita Campos, 19.07.2011).

Mesmo sem as elaborações que Rosanita sentiu ausentes no II Congresso, Nele podemos perceber certo alargamento na proposta de construção da nova frente. Ao levantar a bandeira da formação da Frente Popular aberta à participação daqueles que a organização considerava os "liberais mais combativos", o MR8 afastava-se um pouco mais da sua proposta do I congresso de construção do Bloco Revolucionário composto somente por setores ideologicamente comprometidos com o proletariado. Desde o final de 1979 a militância do MR8 passara a atuar no movimento popular, organizando e orientando ações coletivas, procurando unir suas forças ao liberais mais combativos. Com esses setores já vinha trabalhando desde o período inicial da campanha pela anistia e da luta pelas liberdades democráticas. Atuava nas capitais e nas grandes e médias cidades do nordeste, sudeste e sul do país. O objetivo, além de formar a frente popular, era, assim afirmava a organização,

colocar-se na posição de direção dessa frente. Posição que deveria ser reconhecida pelas massas ao perceberem a militância do MR8 como o setor mais consequente da Frente Popular. Como aquele que sempre apresenta as propostas mais firmes, sem vacilações, sem atitudes irresponsáveis ou divisionistas. (MR8,1980:p.51).

No III Congresso de 1982, o MR8 radicaliza mais ainda propondo a ampliação da frente popular com uma política de formação de alianças com setores liberais e grandes empresários da burguesia nacional. Na sua análise da sociedade brasileira, o programa da organização constatava que o golpe militar de 1964 teve como resultado uma alteração profunda nas relações entre as classes sociais no país. A grande burguesia industrial e financeira, intimamente ligada ao que a organização denominava de uma "política imperialista", afirmara-se, definitivamente, como fração hegemônica do bloco dominante e adquirira, no plano político, a preponderância que já detinha no plano econômico. Passou então a controlar, firmemente, o aparelho de Estado e a ditar os termos da política dos exploradores da sociedade brasileira. A média burguesia, que havia sido, em períodos anteriores, segundo as análises da organização, o principal sustentáculo do populismo, fora relegada a um plano francamente subalterno e afastada dos centros de decisão. O mesmo acontecera, de acordo com as análises do MR8, com os setores médios agrários que até 1964

ocupavam importantes posições nos órgãos do Estado e possuíam forte representação nos partidos políticos, no Congresso Nacional e na imprensa, tentando controlar a vida política em diversas regiões. Assim, segundo o MR8, o bloco dominante fora reorganizado de acordo com os interesses do grande capital industrial e financeiro (MR8, 1985:p.35-43).

A partir dessas constatações, o MR8 concluía que estavam se desenhando, pouco a pouco, no interior da sociedade brasileira, dois grandes blocos de classes sociais, que se defrontavam numa luta pelo poder e pelo controle da sociedade. O bloco dos que o MR8 intitulava de parasitas e exploradores era hegemonizado pela grande burguesia: banqueiros, grandes industriais, latifundiários. O outro bloco era o popular, a ampla maioria, formado pela classe operária urbana e rural, pequenos proprietários rurais e urbanos, pequena e média burguesia e a burguesia nacional. Todos esses setores do segundo bloco desejavam uma completa libertação e por isso poderiam ser ganhos para a luta revolucionária contra a ditadura, fossem eles católicos, trabalhistas, nacionalistas, socialistas, democratas pequeno-burgueses ou de outras tendências ideológicas. Com esses setores era necessário, de acordo com o MR8, “avançar na organização de uma ampla e vigorosa Frente Nacional que derrubaria a ditadura militar e acumularia forças para o fim definitivo da exploração da classe trabalhadora”. (MR8, 1985: p.40).

...é possível atrair para o campo nacional e democrático esses diferentes setores (*setores ainda ligados ao governo ditatorial*) e, inclusive – é isso que faltava ser assumido explicitamente por nós – a grande burguesia brasileira e a maioria dos altos comandos militares (...) Trata-se, neste momento, de romper os vínculos de submissão, ao imperialismo destes últimos setores ainda não integrados à Frente. Alcançado esse objetivo, caso o movimento nacional e democrático – a classe operária, os demais setores populares, os setores burgueses já integrados a ele – venha a alcançar o deslocamento desse que é, sem dúvida, o principal pilar de sustentação do regime, o que ocorrerá com este? É claro que ele não terá mais como fazer frente ao avanço pacífico do movimento nacional e democrático, é claro que o regime ditatorial se desagregará, desabarará. (MR8, 1985: p. 40-41).

Colocando-se em posição totalmente diversa ao teor dos documentos do MR8 e dos militantes que jamais se tornaram dissidentes da linha da organização está o ex-dirigente do MR8, o economista Marco Antonio. Ele tornou-se dissidente da organização em 1995 e, em suas memórias assim apresenta o III Congresso de 1982.

O MR8 em 82 faz uma modificação na sua linha política que antes era muito interessante. Antes era a luta pelas liberdades democráticas e o caráter da

revolução era socialista. Era uma visão que o MR8 tinha e que o diferenciava do PCB, que via uma aliança com a burguesia brasileira, com a burguesia nacional. Nesse Congresso, o MR8 incorpora essa questão, mesmo mantendo o socialismo, A estratégia, antes, de 82 era, a construção de um governo de trabalhadores no período de transição, Depois evolui para governo popular. Não indo direto para o socialismo e construção da ditadura do proletariado que é a ditadura da maioria, a classe operária e os trabalhadores contra a minoria as classes dominantes anteriores, no caso a burguesia. O MR8 então fez uma proposta de que, não tendo condição de ir direto para o socialismo, haveria um governo de transição. Não era uma visão de desenvolver o capitalismo brasileiro, o Estado burguês. Mas um governo para marchar para o socialismo. Uma coisa que em que a burguesia brasileira não estava incluída. Aí estavam os setores populares, trabalhadores do campo e da cidade, as camadas médias etc. Com um peso muito grande dos setores urbanos e em menor quantidade do campo. Então essas camadas médias. E em 82, o MR8 faz um retrocesso na sua posição. Motivo da saída de um grupo em 82 e de um grupo muito grande em 95. Era essa questão da aliança com a burguesia nacional brasileira que teria uma contradição antagônica com o imperialismo. Na análise da formação econômico-social brasileira, que acaba tendo uma interferência muito grande na prática política do MR8. Porque ele vai acabar privilegiando as articulações políticas (Entrevista Marco Antonio, 19.02.2014).

A organização colocava, portanto, na ordem do dia a Questão Nacional. Isso estava presente em todas as suas atuações nos movimentos sociais. Esse era o teor de suas bandeiras. Seus militantes lembravam em discursos que o MR8 havia sido, até ali, a organização que, de forma mais contundente, colocara, no campo das esquerdas, a necessidade da luta pelas “liberdades democráticas”. Lembravam a forma como, em meados dos anos 1970, o partido combatera o esquerdismo e lutara junto com os liberais mais combativos pela conquista de liberdades democráticas: liberdade de expressão, de reunião, de organização, de escolher seus representantes. De posse do capital simbólico por ter lutado uma boa luta que já se mostrava, naquela conjuntura, como vencedora, agora, naquele início dos anos 1980, o MR8 apresentava a Questão Nacional e a necessidade de ampliação da frente política.

Aqui recorreremos ao sociólogo francês Pierre Bourdieu quando nos apresenta uma síntese do conceito de capital simbólico por ele elaborada. O conceito nos permite compreender essa modalidade de capital que está ligado ao poder de "fazer ver" e "fazer crer", trata-se de uma medida do prestígio e/ou do carisma que um indivíduo ou instituição possui em determinado campo. Deste modo, a partir desta marca de distinção o capital simbólico permite que um indivíduo desfrute de uma posição de proeminência frente a um campo. É um tipo de capital cuja posse permite um reconhecimento imediato do elemento que o possui sobre os demais elementos

do campo (BOURDIEU, 2007,14). É possível, de acordo com Bourdieu, afirmar que a posse do capital simbólico, torna-se elemento indicador de prestígio.

O MR8 procurava distinguir-se das demais organizações da esquerda por ter se destacado nas lutas pelas liberdades democráticas. Fato que lhe dava crédito e autoridade quando comparado com a maioria das organizações da esquerda revolucionária que, anteriormente, não haviam compreendido a necessidade da luta pelas liberdades democráticas. O Movimento Revolucionário Oito de Outubro não somente propagandeara essa como sua principal palavra de ordem, como também agira sempre no sentido de abrir espaços e lutar pelo retorno da democracia ao país. Luta da qual saiu vitoriosa a sociedade brasileira, obtendo a anistia e a liberdade de associação e reunião. De posse desse reconhecimento adquirido na luta vitoriosa que travara de forma tão aguerrida e contundente, procurava fazer ver, fazer crer, confirmar e transformar a conjuntura política, através da imposição de suas novas propostas políticas. E a proposta era, naquele momento, assumir a Questão Nacional e ampliar a Frente. Para o MR8, isso significava “colocar a luta antiditatorial e a luta pela construção do socialismo em um patamar qualitativamente superior” (MR8 Unir a Nação e Romper a Dependência. 1985:p.8),

Hoje o MR8 se prepara para concluir um novo e ainda mais importante salto de qualidade. O que está em pauta, neste Congresso, é o assumimento preciso e completo do caráter mais profundo, central e determinante da atual revolução brasileira: o seu caráter nacional. (MR8. 1985:p.8).

A estratégia para a formação da Frente Nacional seria a participação ativa da militância do MR8 nos movimentos sociais, reabrindo e criando entidades estudantis e associações de moradores, atuando em órgãos classistas e sindicais, participando do movimento de mulheres e, sobretudo, disputando espaço político no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e posteriormente no PMDB³.

Observa-se que, nos três Congressos, todos realizados após o abandono da proposta de luta armada, ocorrem as sistematizações da principal prática da organização, que consistia nas atuações nos movimentos sociais com vistas à formação de uma Frente.

³ Partido do Movimento Democrático Brasileiro que, no decorrer da reorganização partidária de 1980, pretendeu-se sucedâneo do MDB.

Para colocar em prática o programa e a tática aprovados nos Congressos da organização era necessária uma sólida unidade de ação. Essa unidade esteve presente de forma segura e precisa até 1982. Nos meses que antecederam as eleições gerais daquele ano, divergências quanto à amplitude da Frente Nacional e Democrática, e participação no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) serão causas de uma nova luta interna.

Foi nos momentos que antecederam e durante o III Congresso de 1982 que estas disputas internas se intensificaram. Naquele mesmo ano, o MR8 passou a publicar o Jornal Hora do Povo (HP) que se tornou o seu principal instrumento de divulgação e propaganda. Devido à situação ainda clandestina da organização, os porta-vozes do MR8, no entanto, negavam, até o ano de 1985, a vinculação do MR8 com o HP. Vinculação que, na prática, era conhecida por todos que atuavam no campo político das esquerdas.

Também nessa época, tem início um franco processo em que o MR8, paulatinamente, sofre perdas no que se refere ao papel de referência que antes possuía, no campo das esquerdas. E isso ocorre a despeito do fato de que a organização ainda mantinha em suas fileiras, mesmo após as crises internas, setores combativos que davam prosseguimento às atuações nos movimentos sociais e à participação no PMDB. Essa perda de referência como organização da esquerda se dá devido às alianças propostas e realizadas pela organização com setores atrasados e ainda bastante comprometidos com o governo ditatorial.

Depois do III Congresso de 1982, a unidade política, ideológica e orgânica do MR8 passou por uma série de abalos. As teses apresentadas pelo Comitê Central da organização sofrem muitas críticas internas. Um grupo considerável de militantes adere às teses de oposição. A principal divergência apresentada está relacionada à amplitude da Frente proposta pelo Comitê Central. Tem lugar, no final de 1982 e início de 1983, o início de uma disputa acirrada dos opositores pela sigla da organização. Disputas que se estendem às atuações nas entidades de massa e dentro do PMDB.

Os resultados da luta interna de 1982 fizeram com que um grande número de dirigentes e militantes do MR8 manifestassem seu desligamento da organização. Apresentaram várias razões para suas decisões, sendo a principal delas o fato de

que o MR8 vinha defendendo uma política à reboque do falido nacionalismo burguês representado por parlamentares do PMDB.

No entanto, a maioria dos militantes que se desligavam do MR8, desmentindo os embates travados durante a luta interna, alegavam que não ocorrera uma disputa pela sigla da organização. Alegavam que, há muito tempo, não existia mais uma forma organizativa leninista no MR8, pois o que ocorria era a diluição de todas as questões nas instâncias de organização, da célula ao Comitê Central. Essa diluição acarretava, segundo aqueles dissidentes, a impossibilidade de que fosse travada o que consideravam uma verdadeira luta interna e a disputa pela sigla.

Com a saída de dirigentes e militantes do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo, Ceará e Paraíba, a proposta de intervenção no movimento operário e popular ficou bastante prejudicada. Ao lado da perda progressiva de militantes, logicamente, ocorria também a perda de espaço na condução dos movimentos sociais.

Tal situação ocorria, ironicamente, no mesmo momento em que no país, formava-se uma ampla frente nacional e democrática que isolava o governo ditatorial e restabelecia o sistema democrático brasileiro, a partir de 1985. Esta frente que isolava e superava a ditadura, como constava das análises do MR8, era formada a partir de transformações ocorridas no interior do PMDB, embora não fosse capitaneado pelas organizações revolucionárias ou setores populares. O que se instalou no país foi um regime nacional e democrático sob a direção da burguesia nacional, apoiado pelos setores populares e dirigido pelo PMDB e uma ampla coalizão de partidos.

Sobre a memória dessa transição para uma conjuntura de liberdades democráticas e a participação do MR8 neste processo, verificamos outras disputas. Alguns entrevistados procuram enquadrar uma memória de imprescindibilidade das formulações, das atitudes e das análises apresentadas pela organização MR8, na condução dos movimentos sociais e na construção da frente nacional. Afirmam enfaticamente o quão foi acertada a proposta de construção de uma amplíssima frente popular, democrática e nacional para que ocorresse o fim do regime ditatorial. Para esses, a realidade comprovou, não somente o acerto das posições, como também das palavras de ordem formuladas, das práticas políticas desenvolvidas e,

sobretudo, das alianças construídas. Explicam a perda de espaço político do MR8 na condução do processo de transição com o fato de que as condições objetivas não estavam ainda suficientemente prontas para que a condução do processo de transição estivesse nas mãos de uma organização revolucionária. O nível de consciência de setores da frente construída – o PMDB – refletia os interesses ideológicos da maioria burguesa que determinava os rumos da agremiação e do processo de saída do regime ditatorial. Daí porque o MR8 ainda tinha um importante papel a cumprir no interior do PMDB que seria deslocá-lo, cada vez mais, para o campo dos interesses dos setores populares.

Por outro lado, dissidentes do MR8, especialmente os saídos da organização após a luta interna travada no decorrer do III Congresso de 1982, têm uma memória diversa sobre o papel do MR8 no processo de transição para o regime democrático.

O entrevistado Marco Antonio quando fala sobre a saída da ditadura militar a partir da formação de uma frente, em 1985, em que o PMDB saiu vitorioso, assim rememora:

Nesse período o MR8 incorpora essa posição de vitória do PMDB com os liberais. A posição era de que o MR8 estava saindo vitorioso também. O MR8 estava advogando que uma vitória do PMDB com a hegemonia dos liberais era o caminho para o Brasil. Eu tenho críticas a essa posição porque acho que as organizações no Brasil, a partir de 81 e 82, desaparecem. O Brasil passa a não ter mais partidos revolucionários. Eles se legalizaram e deixaram de ser revolucionários. Interessante que o MR8 não se dizia partido, se dizia organização e uma das propostas era reconstruir o partido revolucionário do Brasil. Esse processo que tem início na década de 80, quando as organizações vão perdendo a perspectiva revolucionária da derrubada da ditadura, ocorre o desarme da classe operária. Acaba que o povo conquista a democracia conquista a vitória mas, o fim da ditadura acaba sendo a vitória das classes dominantes. As classes dominantes se mantêm no poder. E aí tem a outra teoria de Marx: Que classes estão no poder? É o fim da ditadura, mas as classes sociais que estavam antes no poder, mantiveram-se no poder, inclusive associadas ao imperialismo. Portanto continua a mesma situação de classe. Não há uma mudança de classe no poder. Acabou sendo, sob esse aspecto, uma derrota do movimento popular. Não se negando que o fim da ditadura foi uma vitória da luta democrática mas, a forma como ela caiu não foi vitoriosa para a classe operária. Os liberais conseguiram fazer a transição, não tão lenta e gradual como eles queriam antes, mas uma transição em que eles conseguiram manter seus interesses de classe e as relações capitalistas, inclusive a integração com o imperialismo. Historicamente, a burguesia brasileira surge no Brasil, já ligada aos setores imperialistas, surge já integrada ao capitalismo internacional. É uma burguesia sempre voltada pra fora, pra exportação, somente num breve período esteve voltada pra um mercado interno. O fim da ditadura não altera nada desse quadro. Do ponto de vista de Lênin essa democracia que temos, deve ser utilizada pra fazer a revolução, no entanto temos outra questão nesses momentos que é a história e a crise do movimento comunista no mundo: a queda dos governos

socialistas. É aquela questão se abriu mão dos princípios revolucionários. É lógico que princípio não é tudo, mas quando você abre mão da derrubada revolucionária do poder, da luta de classes da luta pela independência da classe operária, a necessidade da violência revolucionária para armar as massas, aí não se tem mais partido revolucionário (Entrevista Marco Antonio, 19.02.2014).

Os militantes dissidentes quando falam desse período, lamentam as formulações da organização e a tática de construção de uma frente tão ampla. Rememoram que foi, a partir das alianças propostas e construídas com setores atrasados do PMDB e até mesmo com os que colaboraram ativamente com os governos ditatoriais, que o MR8 perdeu o rumo. Passou, a partir dali, a compor o campo da direita e a atrasar as lutas dos movimentos sociais. Para comprovar essas afirmações, apresentam as alianças do MR8 com Jader Barbalho, no Pará; Chagas Freitas, no Rio de Janeiro; Orestes Quercia, em São Paulo, entre outras.

Muitas vezes, esquecemos o que gostaríamos de poder recordar, outras vezes, recorrentes, obsessivas, reagindo ao mínimo estímulo, vêm-nos do passado imagens, palavras soltas, fulgurância, iluminações, não a convocávamos, mas elas aí estão.

José Saramago

Memórias de uma Cultura Política:

singularidades, práticas, linguagem, comportamentos

Ao observarmos toda essa trajetória do Movimento Revolucionário Oito de Outubro, relatada acima, foi, essencialmente, no período 1975-1985 que podemos encontrar, em vários episódios a alusão ao fato de que a peculiar militância do MR8 inaugurara uma nova forma específica de fazer política. As expressões “pessoal do Oito”, “prática do Oito” utilizadas no campo das esquerdas e na imprensa, daquele período serviam para identificar e designar, respectivamente, a militância e as atitudes do MR8. A militância do MR8 tinha uma prática que incluía linguagem, vocabulário e atitudes que lhe eram peculiares. Eram práticas políticas que, embora embasados na memória e na representação de culturas políticas precedentes, como a comunista e, por vezes, a nacionalista, iam muito além dessas. Eram práticas e representações que incluíam atitudes, linguagem e comportamentos específicos.

Como vimos, a origem do MR8 foi o meio universitário. Os dirigentes partidários, durante os primeiros dez anos de existência do partido, eram jovens estudantes de classe média e alta, saídos das universidades públicas do Rio de Janeiro e São Paulo que, justamente tiveram nas fileiras do partido o início de sua socialização política.

Isso ocorria num momento em que a sociedade brasileira vivia um regime discricionário que procurava, de forma ditatorial, criminalizar toda e qualquer oposição política que lhe fosse feita. Os jovens dirigentes e a militância do MR8 encontravam na organização a boa política inexistente nas outras instituições das

quais participavam. Desde as suas primeiras atuações, apoiados em uma literatura marxista-leninista, propunham-se transformarem-se em “verdadeiros comunistas”. Aqueles que deveriam trabalhar permanentemente para a construção do futuro Estado Proletário livre do poder político e econômico das classes dominantes.

E para isso, a figura do partido tinha fundamental importância para a militância do MR8. Todos consideravam que o projeto revolucionário somente teria êxito com um partido coeso, forte e organizado nos moldes marxista-leninistas e que fosse condutor da sua militância. A imprescindibilidade da organização partidária para a construção das ações que levariam a um processo revolucionário é um fator que também diferenciava o MR8 de algumas organizações que participaram da luta armada e das ações nos movimentos sociais. Muitos grupos políticos menores da década de 1970 consideravam-se como organizações pró-partidos, e seus ativistas como futuros membros de um partido marxista-leninista que se construiria no futuro, no decorrer do processo revolucionário. Isso lhes dava certa liberdade de ação e pouco compromisso com a unidade de suas ações. O MR8, pelo contrário, considerava a existência de uma estrutura partidária, nos moldes marxistas-leninistas como algo fundamental para se fazer a revolução. O MR8 sempre chamou para si o título de partido revolucionário. Isso acontecia nos documentos que publicava na época da luta armada e nos publicados na década 1980, época em que passou a atuar exclusivamente nos movimentos sociais. No entanto, a partir de 1982, após o III Congresso, passa a considerar-se uma organização pró-partido revolucionário.

Com a sua visão clássica de partido marxista-leninista, o MR8 possuía uma estrutura hierarquizada, no interior da qual, desde os organismos de bases, até a os organismos centrais, as táticas eram discutidas, as palavras de ordem eram formuladas e, o principal, a linha partidária era inculcada. E o centralismo democrático⁴ garantia a atuação conjunta do partido em que todos, até aqueles que inicialmente discordavam da posição vencedora, todos, deveriam encaminhar as decisões vencedoras.

⁴ Centralismo democrático é o sistema de organização dos partidos comunistas leninistas no qual ocorre a submissão da minoria à maioria. As bases do partido têm direito à discussão livre sobre as questões, eventualmente, havendo discordâncias, há a defesa de posições e em seguida votação. Após isso todos devem encaminhar a posição vencedora.

Neste ponto nos reportamos ao observado por Pierre Bourdieu, em suas pesquisas sobre a escola e a integração cultural, ou seja, de como a cultura escolar propicia aos indivíduos um corpo comum de categorias de pensamento e de como os valores dessas categorias de pensamento são inculcados durante o processo de educação desses indivíduos. A escola, para Bourdieu, funciona como instituição que programa os indivíduos, de forma homogênea, segundo um determinado modelo.

Na verdade, os indivíduos “programados”, quer dizer dotados de um programa homogêneo de percepção, de pensamento e de ação, constituem o produto mais específico de um sistema de ensino. Os homens formados em uma dada disciplina ou em uma determinada escola, partilham certo “espírito”, literário ou científico (BOURDIEU, 2005: p.206).

Essas observações de Bourdieu podem ser transpostas para a questão partidária. Os partidos marxistas-leninistas e, especialmente o MR8, pelas características de sua militância, funcionaram para seus jovens militantes como uma verdadeira escola. Uma escola que lhes inculcava os pontos de um programa e a linha partidária com categorias de pensamento relacionados à construção da sociedade socialista. Fazia com que a militância realizasse um estudo teórico e um estudo das condições da conjuntura política. Após esses estudos, era-lhes inculcada uma linha política e as táticas necessárias para a viabilização da linha.

E isso ocorria num momento em que a ditadura militar instalada no Brasil havia dado início a um processo de despolitização da sociedade e quebra dos vínculos comunitários existentes. Havia sido editada toda uma legislação discricionária com o objetivo de instaurar e garantir a permanência do regime ditatorial com a proibição da livre expressão e do direito de reunião. Os órgãos de propaganda dos governos militares procuravam inculcar a questão de que a política deveria somente ser praticada por políticos profissionais apoiadores do governo. O povo brasileiro, de forma ordenada deveria, tão somente, trabalhar para aumentar a produção e o desenvolvimento do país, sob pena de ser acusado de subversão da ordem.

A filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975) explica que o isolamento político é induzido e gerado pelos governos tirânicos. A promoção da impotência política de seus súditos, afirma Arendt, constitui uma das preocupações fundamentais de todo governo tirânico (1998:p.51).

No Brasil de 1964 a 1985, a tirania da ditadura civil-militar negava aos jovens estudantes, aos trabalhadores, aos moradores das cidades ou do campo, o direito de fazer política. O MR8 era um espaço que dava à militância da organização a oportunidade de fazer política, de formar-se politicamente. Formar-se como verdadeiros comunistas, dedicados às tarefas do partido e aos objetivos do partido.

Logo, os jovens militantes do Movimento Revolucionário Oito de Outubro trouxeram à tona uma situação descrita por Antonio Gramsci ao apresentar os socialistas como aqueles que fizeram uma unidade do socialismo com sua vida interior. Aqueles aos quais as idéias socialistas estavam presentes em todas as suas ações e em qualquer momento. Isto porque se propunham, efetivamente, a construir a civilização comunista.

A esse fim subordinam todas as suas ações, para esse fim se educam, estabelecem relações com o mundo em que estão implantados. Os seus afetos, os seus sentimentos, os seus inconscientes dos instintos, são subordinados continuamente para esse fim. Procuram encontrar sempre e claramente um laço entre cada ato que executam e esse fim. (GRAMSCI, 1976:p.248-9).

Encontrei, nas memórias apresentadas por antigos militantes, mesmo daqueles que em algum momento divergiram da organização, a afirmação do quanto foi importante para a sua formação política e pessoal, o fato de terem pertencido ao MR8. Afirmam que foi nas fileiras da organização que construíram parte importante de sua identidade e de sua formação política.

A organização teve um papel importante na socialização política de militantes do partido, fornecendo-lhes um ambiente de discussões e reflexões sobre os rumos da nação brasileira e da luta pela construção de uma nova sociedade.

O médico Victor Grabois, antigo militante do movimento estudantil, que atuou na construção do diretório do PMDB em Duque de Caxias e pertenceu ao Comitê Regional do Rio de Janeiro do Movimento Revolucionário Oito de Outubro; em 1995, tornou-se dissidente da organização. Quando indagado sobre as influências do MR8 na sua vida, assim respondeu:

Vejo que tantas coisas que me aconteceram e eu aprendi no MR8, como por exemplo, eu aprendi a falar em público, eu aprendi a argumentar, aprendi a ter coragem de enfrentar multidões, aprendi a ter mais maleabilidade. [...] era essa coisa da combatividade também. Eu aprendi muita coisa com essa política, eu sempre gostei muito de participar, de mobilizar e eu encontrei isso no MR8, nessa escola que foi prá mim o

partido. Eu aprendi muito sobre a essência da sociedade. E hoje tenho perguntas, mas eu tenho o maior orgulho daquela época, muito orgulho e acho que foi através do MR8 a gente deu contribuições muito importantes para o Brasil. [...] Eu acho que, além do orgulho que eu tenho de ter construído uma família, de meu trabalho como gestor, e de ser uma pessoa boa, eu tenho também o orgulho muito da minha participação política no MR8. Participar do MR8 era uma coisa muito positiva. A gente era uma garotada, tinha uma energia... Eu entreguei os melhores anos da minha vida e todas as minhas expectativas prá política e em particular, para o MR8. (Entrevista Victor Grabois, 30.01.2014).

A antiga militante Rosanita Campos, em seu depoimento, informa-nos sobre a importância da organização MR8 para a construção de sua identidade.

A militância no MR8 trouxe um sentido para minha vida. Eu era jovem, tinha 20 anos e a militância reafirmou todas as coisas que eu pretendia para a minha vida. Reafirmou minha identidade, pois queria ser uma pessoa de esquerda, uma pessoa que lutasse a favor das necessidades populares, pela democracia, pelo socialismo. Eu queria ser socialista. E o MR8 foi um canal para tudo isso. Foi muito bom, tenho ótimas lembranças do Movimento Estudantil, fui diretora do Centro Acadêmico do IFICS que foi reconstruído na época da Ditadura, era um dos poucos que existia na época, fazíamos greve e atuávamos participando de todo o processo de reconstrução da UNE. Depois comecei a atuar no Movimento Sindical, atuava no Sindicato dos Professores e ajudei a fundar o SEPE, atual Sindicato dos Professores do Ensino Público do Rio de Janeiro. (Entrevista Rosanita Campos.19.07.2011)

Neste aspecto o MR8 funcionou como canal de socialização política, de caráter considerável, para seus militantes, especialmente dos participantes do Movimento Estudantil. Jovens que muito cedo aderiram ao MR8 e nele receberam a sua primeira bagagem política afirmam que esta os acompanha, até os dias de hoje, constituindo-se em parte principal dos valores morais e éticos de suas personalidades. Isso nos leva até as conclusões de Serge Berstein que, em seus estudos sobre a cultura política, verifica a permanência de aspectos de uma cultura adquirida pelos jovens, no homem adulto, formando o que o autor chama de núcleo duro que identifica suas escolhas e seu jeito de ser.

A hipótese das investigações sobre a cultura política é que esta, uma vez adquirida, no homem adulto, constituiria o núcleo duro que informa sobre as suas escolhas em função do mundo que traduz (BERSTEIN,1998: p.359).

É o que podemos observar no depoimento de Marco Antonio.

As críticas que faço ao MR8, em parte, são autocríticas. Sob o ponto de vista de pessoa, do homem do caráter, eu devo a minha formação uma parte à AP e depois ao MR8. De maneira nenhuma eu renego essa minha participação, pelo contrário, eu tenho orgulho de ter participado do MR8. Orgulho-me de ter-me formado no MR8 e muito do que eu pratico hoje é uma herança dessa formação: uma disciplina, um rigor, uma combatividade. Faço autocrítica da linha somente isso. Tenho maior orgulho dessa

experiência. Abri mão de várias questões da vida pessoal, mas valeu a pena (Entrevista Marco Antonio, 19.02.2014).

Os jovens militantes do Movimento Revolucionário Oito de Outubro, ao mesmo tempo em que eram forjados, também forjavam uma nova forma de fazer a agitação e a propaganda comunista, forjavam uma nova cultura política. Mesmo aqueles que, posteriormente deixaram as fileiras da organização, quando apresentam suas memórias reconhecem a permanência em suas visões de mundo de aspectos construídos dentro da organização MR8. Reconhecem, mesmo discordando atualmente do “certo jeito do Oito de fazer política”, que lhes ficou uma formação adquirida quando estiveram nas fileiras do MR8.

Sobre esse “certo jeito do Oito de fazer política” era tido como uma marca, uma característica própria da organização para transformar a realidade. Vários foram os entrevistados, mesmo aqueles que deixaram as fileiras da organização que rememoraram ações políticas que tinham o que chamaram de a “marca” do Oito.

Lígia Bahia, médica e professora associada da UFRJ, foi militante do MR8 no movimento estudantil e atuou na organização do PMDB, no Rio de Janeiro. Tornou-se dissidente do MR8 em 1982, em meio à luta interna travada no III Congresso da organização. Ao apresentar suas memórias, e ser indagada acerca da existência de uma “marca do Oito”, assim se expressa:

No movimento estudantil, naquele contexto, nós deixamos a nossa marca pois, tínhamos uma discussão anterior que nos dava uma real compreensão do papel que tínhamos, como estudantes no movimento contra a ditadura. No movimento das Diretas já também deixamos a nossa marca na idéia de termos um partido que não fosse burocrático e sim um partido capaz de se comunicar com amplas massas. Era essa a nossa marca de se apresentar pra sociedade sempre com uma proposta de mudança. A marca é “vamos mudar o mundo”, “nós podemos mudar o mundo”. Não é só dizer que um outro mundo é possível, é dizer que estamos fazendo um mundo novo. Porque senão fica meio igual essa coisa de um outro mundo é possível. Tá bom, é possível, e aí? Pois é, a marca do MR8 era “vamos mudar o mundo e, estamos mudando”. E eu gosto muito dessa marca (Entrevista Lígia Bahia, 28.01.2014).

Além de atuar como canal de socialização política, uma das funções que é subjacente de todo partido político, o MR8 tornou-se objeto de memórias construídas sobre o contexto de resistência à ditadura militar. A organização política MR8 apresenta-se como elemento importante quando observamos, com olhares comparativos, as culturas políticas relativas ao período da luta antiditatorial. A forma como empunhava suas bandeiras e fazia sua agitação e propaganda. Era uma

militância imensamente aguerrida e dona de grande senso prático, porém movida por paixões, fidelidade, tradições e valores como o patriotismo.

A cultura política adquirida pelo indivíduo durante a sua formação intelectual assume o caráter de certezas e dão a este a sensação de convicção na leitura do real. O hábito e a memória da utilização de aspectos da cultura política tornam o fenômeno profundamente interiorizado e impermeável à crítica racional. Isto, no entanto não quer dizer que a cultura política seja formada a partir do irracional ou emocional. Pelo contrário ela pressupõe um raciocínio para pô-la em prática. Ela resulta de uma análise objetiva de determinada conjuntura política. No entanto há de se observar que a interiorização das razões de um comportamento, por vezes, acaba criando automatismos que são apenas “atalhos da diligência racional anteriormente realizada” (BERSTEIN,1998: p.361).

O conceito de cultura política foi reelaborado na França, a partir das pesquisas de historiadores engajados no movimento de revalorização e renovação da história política como René Rémond, Serge Berstein, Jean-François Sirinelli, Antoine Prost, entre outros. A preocupação desses historiadores, como afirma a Professora Marieta de Moraes Ferreira, na apresentação da edição brasileira de 2003 da obra *Por uma História Política*, organizada por René Rémond, era “fazer com que o tema da participação política passasse a ocupar um espaço fundamental na história”.

Os historiadores da nova história política retiraram o político do campo do eventual, do datado e o articularam com as continuidades. No caso da noção de cultura política, a apresentam como um conjunto de representações caudatárias de processos de longa duração. Processos que levaram à construção de uma “memória coletiva onde estão as raízes das convicções e dos comportamentos” dos grupos sociais (RÉMOND, 2003: p.36). Conhecer e compreender a cultura política nos permite refletir, explicar e melhor analisar os processos políticos.

A observação e o entendimento das práticas do Movimento Revolucionário Oito de Outubro permite que se compreenda melhor os conflitos vivenciados pela militância da organização, que ao mesmo tempo em que lançava mão de aspectos de uma cultura política comunista; devido à sua estratégia de formação de uma

Frente Nacional, tenha também buscado valores nacionalistas e até liberais, para atuar nos movimentos sociais.

Quando nos referimos à cultura política, nos detemos na definição oferecida pelo historiador francês, partidário do movimento de retorno da História Política, Jean-François Sirinelli, em *Histoire des Droites* (1992: p.3): “cultura política é uma espécie de código, um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas”. O professor Rodrigo Patto Sá Motta, organizador da Coletânea *Culturas Políticas na História: novos estudos*, oferece a seguinte definição para cultura política:

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2009:p.21).

De posse dessas definições observa-se na organização política MR8 a existência de regras, atitudes, códigos, gestos, vocabulário, fórmulas repetitivas, palavras de ordem e símbolos partilhados por seus membros devem ser considerados como componentes da cultura política. Trata-se de um conjunto resultante, em grande parte de uma leitura partilhada do passado, construções coletivas que pertencem à memória comum do grupo político que se difundem, se cristalizam, se interiorizam e seguem motivando os atos políticos. Por isso, a cultura política permite que se identifique as raízes e as filiações dos indivíduos através de seu discurso, seus argumentos, seus gestos, suas atitudes. Além disso, possibilita a melhor compreensão dos grupos organizados à volta de determinados valores e representações (MOTTA, 2009: p.27)

Nas frentes dos movimentos sociais, nos debates políticos entre as esquerdas, nas lutas travadas no interior do PMDB não havia qualquer dificuldade para identificar um militante do MR8. Havia todo um linguajar, todo um pragmatismo que propunha ações contundentes, toda uma postura aguerrida que lhes era própria.

A cultura política constitui um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama (BERSTEIN, 1998: p.350).

A observação da cultura política constitui-se um ponto privilegiado de análise da organização política MR8. Essa observação também abre a possibilidade de melhor compreendermos as motivações políticas que levavam sua militância a adotar este ou aquele comportamento político, a ter uma maneira específica de participar politicamente de movimentos sociais e a formas como procurava manter seus compromissos políticos.

Podemos, em nossas análises, computar a uma cultura política da qual partilhou a militância do MR8, no período estudado, os comportamentos e atitudes na luta por espaços dentro das organizações dos movimentos sociais. Nos sindicatos, nas associações, nas entidades estudantis, nas campanhas eleitorais e nas ruas, militantes de outras organizações que conviveram com a militância do MR8 ressaltam a facilidade com que identificava o “pessoal do Oito”. Eles eram identificados pela “contundência de suas ações, que, na maioria das vezes, chegava à agressão física”. Os militantes afirmam que assim agiam por entenderem que esta era a forma mais efetiva para defenderem posições fundamentais para construção de uma sociedade mais justa.

Victor Grabois ao referir-se ao jeito tão próprio do MR8 fazer política, assim rememora:

A gente era militante político mesmo, a gente não era como outros que se diziam vinculados ao Partidão. A gente, que era vinculado ao MR8, tinha uma visão de que era a gente que fazia a organização da luta política. E isso era muito legal. Tinha alguma coisa que era a muita combatividade. Evidente que tinha um pouco de romantismo nisso, mas a nossa marca era a combatividade. Era aquela coisa de ir prá rua, de falar na rua, fazer discurso, agitar. Era a coisa da agitação e propaganda. A gente era a organização que efetivamente fazia isso durante muito tempo. E só a gente fazia isso. A gente se expunha muito e, ao mesmo tempo, tinha um trabalho clandestino. Nós colávamos mosquitos nos lugares, a gente fazia pichação, eram muitas as coisas que somente a gente fazia. Isso nas épocas mais difíceis da ditadura. Fazíamos aquilo que era considerado ilegal e, nós éramos ilegais durante um bom tempo. Estamos falando aí de 76 quando ainda a luta era muito difícil e várias pessoas morreram e foram torturadas. E aí, mesmo pós distensão, em 76,77...em 79 quando ainda tem gente processada pela lei de segurança nacional, na campanha da anistia, a gente era uma militância muito presente, muito ativa. Estávamos sempre nos movimentos políticos e nos reivindicatórios também, isto é, sob o ponto de vista sindical, também. Estávamos em todas as lutas porque todas eram superimportantes prá gente. Independente do seu lugar de militância na estrutura do partido. Não tinha esse negócio de eu atuo no movimento estudantil ou no movimento tal, e só. Não era assim não. A gente era uma militância que atuava na sociedade e a gente ia prá qualquer lugar. Era estudante, morador, ou outro qualquer atuando por exemplo, na campanha dos metalúrgicos. Eu me lembro que eu e Genésio, que somos médicos e

atuávamos lá em Caxias, fomos prá Angra, nós dois, prá fazer panfletagem, prá fazer agitação lá na porta do estaleiro de Angra, na época da campanha do sindicato dos metalúrgicos. Portanto a gente era uma militância com essa dimensão de atuação na sociedade. Eu chamo atenção pro fato de que era uma militância de muita coragem. Coragem de se expor e com muita determinação sob o ponto de vista de qual era o verdadeiro papel de um militante político. Havia uma visão clara de que a gente tinha que fazer agitação política mesmo porque a gente tinha objetivos revolucionários. Objetivo de fazer a revolução. A gente tinha a clareza de que a revolução era possível. Talvez a gente não tivesse, na época, maturidade suficiente prá ver que ela, a revolução, não estava tão próxima o quanto a gente achava. Mas, em fim, como partido de esquerda, a gente tinha realmente objetivos revolucionários (Victor Grabois (30.01.2014).

Arnaldo José dos Santos, advogado, falecido em 2010, militante do MR8 desde o movimento estudantil, tendo participado da reabertura do Centro Acadêmico Candido de Oliveira, o CACO, em 1977, foi também militante do movimento de moradores em favelas, onde se destacou como liderança , ao lado de dois outros quadros do MR8 que eram Irineu Guimarães e Nilton Gomes Diquinho. Em suas memórias sobre as práticas e comportamentos do MR8 nos afirmou, com convicção que os militantes do MR8 agiam na defesa daquilo que consideravam necessário para a construção de uma sociedade sem classes e, portanto, mais justa. Informo-nos que atitudes mais firmes eram válidas, pois, constituíam-se, na realidade, atuações necessárias. Necessárias para que se obtivesse a paralisação dos setores esquerdistas ou direitistas que se uniam contra os verdadeiros interesses dos setores populares. Atitudes necessárias para a construção da frente, necessárias para a superação da ditadura e para a instalação de uma sociedade socialista Para isso, todos deveriam estar prontos para embates de quaisquer tipos, intelectuais ou mesmo físicos.

o que estava em jogo era a construção da Frente e nós não podíamos fraquejar. Se era necessário quebrar o pau, dar porrada nos esquerdistas, nós dávamos. Não nos acovardávamos. Os esquerdistas queriam nos intimidar. Não queriam que vendêssemos o Hora do Povo. Chamavam a gente de pelego. Diziam que nosso jornal era de direita e queriam puxar o jornal da nossa mão. Aí não dava...Aí a gente ia pró pau. Partia prá cima. Batia, quebrava mesmo...(Entrevista Arnaldo José dos Santos, 02.05.2008).

. Os gestos e atitudes diferenciados do MR8 faziam a imprensa denominar a militância da organização como os componentes de uma “tropa de choque”, “rapazes e moças aguerridos e prontos para o debate e para a luta, em qualquer momento”

O texto a seguir mostra como a organização era vista por grande parte dos que atuavam no campo político.

O MR-8 é o único grupo que tem as chamadas “tropas de choque”, jovens dispostos às tarefas mais duras, cansativas e arriscadas, a maioria procedente do movimento estudantil. “A qualquer hora, somente com uma ligação telefônica, os dirigentes do movimento mobilizam rapidamente 100, 200, 300 rapazes e moças. Tropas de choque são também denominados o dispositivo de distribuição do Hora do Povo, que vende uma média de Seis mil exemplares no Rio [...] Desde que ressurgiu da clandestinidade, após a concessão da anistia, o MR-8 tem procurado expandir seu campo de ação, a partir da base principal montada no Rio. O maior feito da organização, até agora, foi a conquista do líder metalúrgico Enilson Simões de Moura, o Alemão, que no ano passado, comandou a greve do ABC após a prisão de Lula. Além de São Paulo, onde conta com 200 ativistas, o MR-8 tem militantes atuando nos diretórios do PMDB, movimento estudantil e sindicatos de Belém, Recife, Salvador e Curitiba, pontos aonde também chega a distribuição do Jornal Hora do Povo. (JORNAL DO BRASIL: 31.05.1981:p.7).

Partilhando de uma crença comum, que era linha partidária, os militantes do MR8 eram contundentes em atuações que visavam à vitórias eleitorais em pleitos gerais, em organizações dos movimentos sociais, em sindicatos, associações ou federações.

Foi, mais especificamente, a partir do I Congresso de 1976 que encontramos uma maior expressão de um diferencial no fazer política do MR8. Seus militantes estiveram naquele período de reativação dos movimentos sociais, imbuídos de uma cultura política que os levava a redobrar esforços para se colocarem à altura de desenvolver campanhas de denúncias políticas, atrair a classe trabalhadora e setores da sociedade que tivessem contradição com a política imperialista.

Marcelo Ayres Camurça Lima, em sua Tese de 1994, *Os Melhores Filhos do Povo – um estudo do ritual e do simbólico numa organização política – o caso do MR8*, estende o método antropológico ao seu objeto de pesquisa, o MR8, e observa esse jeito peculiar da organização fazer política como uma prática cultural. Analisa as práticas da organização como um conjunto de ritos e marcas identitárias que fazem parte constitutiva de sua estrutura. Suas análises muito nos auxiliam na observação do comportamento político da organização. Isso porque compreendemos que tais marcas identitárias tornam o MR8 um vetor de uma cultura política própria. Ou seja, com todo o seu jeito peculiar, a militância do MR8 criava espaços de reprodução de cultura política, ora de viés comunista, ora de viés nacionalista e liberal, sempre atenta às disputas de poder.

Numa dimensão comparativa, no campo político das organizações da luta antiditatorial, visualiza-se com clareza as características e peculiaridades do MR8.

Havia, em sua militância, uma tendência pragmática de resolver disputas com base em confrontos. Contudo, quando comparamos a organização política MR8 e sua cultura política com outras organizações não pretendemos estabelecer escala de valores sobre as práticas políticas desenvolvidas. O que constatamos é a existência de diferenças que lhe garante uma identidade.

A direção e a militância do MR8, no período 1975-1985 se via diante de conflitos e contradições várias. Como depositária de uma cultura política comunista, carregava consigo valores, ideias, linguagens, códigos. Investia na formação de seus quadros, formando grupos de estudos sobre o marxismo-leninismo. Incutia na militância a ideia de que diante da violência constante e permanente imposta às classes trabalhadoras, era necessário resistir de forma aguerrida e lutar pela implementação das táticas e estratégias do partido. Havia uma disciplina entre a militância. E essa disciplina era garantida pelo centralismo democrático que acarretava a unidade de ação nas atuações políticas.

Por outro lado, para por em ação a prática de construção da Frente política, o MR8 tinha que conciliar. Ter práticas conciliatórias como a burguesia, empunhar bandeiras nacionalistas na luta contra o imperialismo. Ter símbolos, cores, bandeiras que remetiam ao nacional e, dessa forma, tornar reconhecida na frente política a validade e necessidade da luta anti-imperialista.

Em meio a essas contradições, a militância do MR8, cada vez mais, se diferenciava das demais organizações comunistas e colocava em evidência seus gestos, linguagens, símbolos, numa prática agressiva que, em última análise, visava a imposição, a qualquer custo, de um programa que o partido havia elaborado.

A partir de 1979, o MR8 estabeleceu para sua militância três tarefas que considerava básicas para a construção partidária: a elaboração do programa e estratégia da revolução socialista brasileira, a formação de bases partidárias no seio da classe operária e do povo e a unificação dos verdadeiros comunistas que estavam dispersos.

Para realizar essas tarefas ocorreu uma atenção redobrada à política de organização e estruturação partidária. Embora ainda mantivesse sua estrutura

fortemente representada pelas bases do Movimento Estudantil, em várias cidades brasileiras, o MR8 já possuía algumas bases formadas por operários.

Com vistas à participação no processo eleitoral daquele ano, a organização passou a estruturar-se, nas capitais e demais cidades brasileiras em que tinha atuação, montando bases com militantes classificados por zonas eleitorais. Imprimia, dessa forma, um sentido de território às estruturas da organização, demarcando os espaços de poder de cada cidade. Aproveitava-se, dessa forma, das demarcações feitas pelo poder governamental transformando-o em espaço de ação para as atividades política e disputas de poder.

O MR8, naquele momento, preparava sua militância para intervir com uma posição própria no processo eleitoral, na medida em que usaria o que considerava uma “farsa eleitoral”, uma tentativa de legitimação do regime, para organizar e ampliar a resistência dos trabalhadores à ditadura. Nas novas bases estruturadas por zonas eleitorais, os militantes mais antigos e de organismos intermediários da organização, davam assistência política para que fossem atingidos os objetivos traçados. As bases também eram responsáveis pela criação das OPPs – organizações para-partidárias – formada por simpatizantes da organização que discutiam a situação política, econômica e social do país e participavam de ações políticas antes de se tornarem militantes.

No centro e em vários bairros das cidades brasileiras do sudeste e nordeste era comum ver-se a militância do MR8 aproveitando-se das brechas da campanha eleitoral, a discursar e distribuir panfletos com denúncias à farsa eleitoral e com palavras de ordem ligadas à busca de liberdades democráticas, contra os baixos salários e as péssimas condições de vida e trabalho.

Aí, nesses momentos de campanha eleitoral, a via política do MR8 já se distinguiu, em vários aspectos, das demais organizações da esquerda revolucionária. O Movimento Revolucionário Oito de Outubro, recém saído da luta armada, denunciava a farsa eleitoral e propunha o voto nos candidatos da ala autêntica do MDB. Em meio a essas ações, realizava também um intenso debate entre as esquerdas. Criticava organizações com suas posições reformistas e não apresentavam posições esclarecedoras ao povo brasileiro. Criticava organizações que pregavam o voto nulo como forma de denúncia da farsa eleitoral, afirmando que

essas abstinham-se da utilização do período de campanha eleitoral como espaço de denúncia do que estava ocorrendo no país. Considerava que se abstendo do processo, essas organizações em nada colaboravam para o crescimento do nível de consciência das massas.

O MR8 considerava que essas organizações, tanto aquelas que chamava de reformistas quanto aquelas que chamava de esquerdistas, todas estavam paralisadas e amedrontadas com a possibilidade de organizar amplas massas e atuar de forma efetiva pelo fim da ditadura e construção da sociedade socialista. Nesses embates, a militância do MR8 radicalizava sua atuação e brigava ferrenhamente na defesa das suas propostas.

As bases do MR8 se reuniam semanalmente e nesses encontros, ainda clandestinos, o tempo era dividido em duas partes: uma para o aprofundamento de questões teóricas do marxismo e da história do país e outra para a organização da prática política. Nesta última, tratava-se da agitação e dos embates da semana: da prática de conquista de novos adeptos, da divulgação da cultura comunista e de uma política de finanças para fazer frente aos gastos da atuação do partido.

Muitos aspectos da organização do MR8 foram herdados de uma cultura política comunista. Os militantes mantinham grande disciplina nos informes e nas propostas que apresentavam para discussão, acatavam e colocavam em prática as decisões do coletivo. Os militantes das bases e de outros organismos do partido sentiam-se membros de um partido revolucionário, marxista-leninista e organizado para a efetiva busca de seus objetivos.

A organização era marcada pela centralização e por relações hierárquicas rígidas. Isso era devido à existência do centralismo democrático que garantia a unidade de pensamento e de ação. Em caso de divergências haviam as discussões e a proposta vencedora deveria ser encaminhada por todos de forma unitária. Esse centralismo esteve presente no MR8 mesmo depois do início dos anos 1980, período de grandes conquistas democráticas e em que a organização vivia uma semi-clandestinidade. Ele foi responsável pela ação conjunta da militância e garantiu a especificidade das ações do Movimento Revolucionário Oito de Outubro.

. O jeito específico de fazer política no linguajar da militância significava “fazer política agitando as massas”. O Jornal Hora do Povo (HP), que a organização passou a publicar a partir de 1980, se constituiu no fator em torno do qual gravitou toda a agitação e propaganda realizada pela militância.

A organização, em meados da década de 1970, havia elaborado e veiculado, ainda de forma bastante artesanal, o jornal Unidade Proletária (UP), através do qual fazia um trabalho, ainda clandestino e diminuto de propaganda. A partir da publicação do HP, tudo mudou. O MR8 procurou colocar em prática todo o trabalho de agitação, organização e propaganda da sua linha política no jornal. O teor de suas manchetes procurava apresentar as questões nacionais de uma forma que a militância afirmava ser “a linguagem do povo”. Manchetes pequenas, chamativas.

A militância organizava-se em brigadas de venda do HP e realizava comícios relâmpagos, fazia denúncias e demarcava espaços e imprimia em suas ações jeito do “Oito de fazer política.

As brigadas de venda do HP ocorriam nas partes centrais das cidades, em terminais rodoviários e ferroviários. Nessas ocasiões, muitos transeuntes as reconheciam, paravam para ouvir pequenos comícios realizados pelos militantes. Alguns se interessavam pelo discurso, compravam o jornal e algumas vezes procuravam dar continuidades às discussões. Nesse aspecto, as brigadas serviram também para recrutamento de novos militantes para a organização.

Era no trabalho das brigadas de venda do HP que melhor podiam ser observados os comportamentos e outros elementos da cultura política do MR8. Comportamentos e uma forma de fazer política que em determinado momento, foi muito bem aceita pela população, mas que também foi motivo de conflitos internos e conflitos com outras organizações. As discordâncias internas ao HP somaram-se aos fatores apresentados pelos dissidentes de 1982 para sua saída da organização. Alegavam que discordavam do HP, que nascera com uma proposta ser uma imprensa séria, analítica, massiva e diária e se tornara um jornal de “linguajar chulo e que não apresentava análises corretas para as massas”.

O Hora do Povo nos era muito caro. Nós participamos do projeto inicial do jornal e, naquele momento constatávamos que ele tinha ficado totalmente degradado. Então nós rachamos. O MR8 era o Hora do Povo e o Hora do Povo não tinha mais nada a dizer a não ser adjetivos. Tava claro que a

gente, naquele momento, tinha uma insuficiência teórica muito grande. Uma insuficiência muito grande tática. A gente já não era mais uma organização revolucionária. A gente era um grupo de pessoas que tinham afinidades, muitas afinidades, mas que não discutiam um projeto de mudança para o país (Entrevista Lígia Bahia: 28.01.2014).

As críticas internas e as críticas externas que vinham de militantes de outras organizações ajudaram a construção de uma memória relativa ao comportamento e ao linguajar dos militantes do Movimento Revolucionário Oito de Outubro que está relacionada ao que Ayres Camurça caracterizou como uma “truculência” da organização (LIMA, 1994: p. 285). Um linguajar no trato com os adversários políticos cheio de adjetivos inconvenientes e jargões de programas policiais que se estampavam nas manchetes do jornal Hora do Povo, para se referir a todos aqueles que divergiam de sua linha política.

A linguagem dispensada pelo HP aos adversários é extremamente ofensiva, chegando às raias do chulo, quando utiliza expressões da chamada “imprensa marrom” para classificar o objeto de suas críticas. Numa matéria em que relatam a vitória da chapa apoiada por eles à eleição da UNE. O tratamento dispensado a uma chapa adversária é de “almofadinhas”, “filhinhos de papai” e “meliantes”. O último epíteto vem acompanhado com fotos de estudantes rotulados no estilo das “folhas policiais” (LIMA, 1994: p. 285).

Ayres Camurça segue apresentando adjetivos e expressões utilizados pelo MR8 e que proliferam no Jornal Hora do Povo. “Expressões como “socialistas de fardão”, “fariseu”, “marginais”, “canastrão”, “intelectuais pedantes”, “canastrões pernósticos”, “calça frouxas”, “pilantras”, “delinquentes”, “provocadores”, “meliantes”, “malfeitores” para designar os grupos intelectuais ligados ao PT, para o autor todas elas dão prova da “truculência” da organização.

A memória da organização, no campo político ficou muito marcada pelas manchetes do HP e pela agitação dos brigadistas do HP. Ficou uma memória de que essa era uma forma desleal e rasteira de fazer política. Uma forma de não discutir corretamente as questões. Uma forma do “Oito” fazer política.

O que ocorria era realmente uma forma peculiar de fazer política. Uma forma planejada, discutida e inculcada na militância em seus organismos de discussão.

A memória daqueles que, ainda hoje, consideram um acerto o linguajar, as atitudes e o jeito da militância do Movimento Revolucionário Oito de Outubro constrói-se num campo de disputas que hoje se reatualizam nas lutas e propostas presentes no campo político. Da mesma forma a memória daqueles que já, na época

de veiculação das manchetes do HP, iniciavam um processo de divergências relacionadas às atitudes e ao jeito do MR8, hoje reafirmam que, por não atender às críticas colocadas nos anos 1980, o jornal HP e o MR8 entraram em franca decadência. Por vezes apresentam, misturadas às suas memórias, uma postura de visionários de então, aqueles que sabiam que aquilo não daria certo.

O depoimento de Lígia Bahia servirá para ilustrar essa segunda posição, a daqueles antigos militantes que passaram a discordar de aspectos da cultura política do Movimento Revolucionário Oito de Outubro, que se apresentavam visivelmente no jornal Hora do Povo, Em tom melancólico, a entrevistada lamenta o caminho seguido pelo Jornal Hora do Povo e por toda a cultura política a ele agregada pela direção da organização e ressentem-se com dúvidas acerca do fato de se deveria ou não ter interferido e atuado no sentido de dar outros rumos à história do MR8.

Não tenho muita vontade de saber, de ler o Hora do Povo porque isso me causa uma certa melancolia. Às vezes me pergunto se será que a gente não deveria ter interferido mais. Aquilo também tem uma contribuição minha. Eu também tenho uma responsabilidade sobre isso. Mas eu não tenho nenhuma curiosidade prá saber o que está se passando hoje, nenhuma, Tenho algumas curiosidades políticas, mas não são muitas, pois é preciso dizer que eu me afastei muito da militância político-partidária, mas essas curiosidades não estão relacionadas às propostas do pessoal do MR8 (Entrevista Lígia Bahía,28.01.2014)

A força do proletariado é também a força de sua capacidade hegemônica. O proletariado não está sozinho na luta pelo poder e pelo socialismo. Ao contrário, ele tem ao seu lado a imensa maioria de nosso povo.

MR8

CAPÍTULO II

Bloco Revolucionário: uma narrativa de memória

O teórico e militante húngaro George M. Dimitrov em seu discurso de encerramento do VII Congresso Mundial da Internacional Comunista, pronunciado em 1935. Propôs a tática da construção do que chamou de frente única para que a luta contra o fascismo se tornasse mais efetiva. Dimitrov procura mostrar que o fascismo é um poder feroz, porém imensamente precário e que, para derrotá-lo seria necessário a construção de uma frente da classe operária contra o fascismo.

Uma frente única do proletariado a exercer uma enorme influência sobre todas as demais camadas do povo trabalhador, sobre os camponeses, sobre a pequena burguesia urbana, sobre os intelectuais. A frente única infundiria aos setores vacilantes fé na força da classe operária (DIMITROV, 1978: 30).

Para Dimitrov, a implementação dessa frente exerceria uma enorme influência sobre todas as demais camadas do povo trabalhador, infundiria força aos setores vacilantes e os tornaria ideologicamente comprometidos com a classe operária. Organizar essa frente única era, portanto, uma tarefa necessária para que a classe operária saia vitoriosa na luta contra o fascismo.

Foi a partir dessa orientação de George Dimitrov que as organizações revolucionárias de vários países que empreendiam a luta contra o fascismo tiveram como tática a formação de frentes. No pós segunda guerra, partidos comunistas apoiados na proposta de Dimitrov passaram a ter como principal tática a formação de frentes políticas. O objetivo dessas frentes, naqueles novos momentos, era lutar por liberdades democráticas e contra o imperialismo. A composição dessa frente variava em cada conjuntura em que a mesma era apresentada.

O Movimento Revolucionário Oito de Outubro formulou e apresentou em cada um de seus três Congressos, três propostas de construção de frentes. A composição dessas frentes variava de acordo com as mudanças que o MR8 considerava terem sido operadas na situação política do país.

No I Congresso de 1976, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro apresentou como sua principal tática, a construção de um Bloco Revolucionário. A organização fazia a avaliação de que o proletariado era a principal vítima da exploração da estrutura capitalista de produção. Diante disso a classe operária deveria lutar contra a fonte dessa opressão e exploração. Nesta luta, contava com aliados fundamentais que eram os setores médios da sociedade. O MR8 propõe que se organize um forte e dinâmico Bloco Revolucionário que deveria ser composto por todos aqueles que, mesmo não sofrendo a exploração direta advinda do modo de produção capitalista, apresentavam-se ideologicamente comprometidos com a construção de novas relações sociais.

Esses setores são elencados pelo MR8: os semi-proprietários rurais, pequenos camponeses, a grande maioria dos setores assalariados da pequena burguesia, o semi-proletariado urbano, soldados, marinheiros, todos, deveriam compor o Bloco Revolucionário, sob a hegemonia do proletariado urbano e rural.

Para assegurar sua hegemonia sobre a luta revolucionária – condição indispensável para o triunfo – a classe operária necessita constituir-se como força independente de todas as frações burguesas, defendendo claramente, o seu programa. Mas, defendendo o seu programa, a classe operária não se limita a seus interesses específicos e tampouco cuida apenas de desenvolver sua força própria. Como classe dirigente da revolução socialista, ela deve defender, igualmente, os interesses de seus aliados e preocupar-se em promover o fortalecimento do movimento revolucionário como um todo. Tudo que diz respeito à revolução, aos interesses e à força do Bloco Revolucionário e de cada um dos seus componentes, diz respeito à classe operária. Levando isso em conta é que ela poderá reforçar sua autoridade sobre as demais classes revolucionárias, uni-las em torno de si e dirigi-las (MR8, abril de 1977: p.52).

Aqui temos uma excelente ilustração daquilo que Gramsci conceituou como bloco histórico em *A concepção Dialética da História*. O autor referindo-se ao fato de que as forças materiais geram o conteúdo das ideologias, observa que há necessidade de um certo grau de homogeneidade, de uma concepção de mundo unitária para que a luta política de um determinado grupo se viabilize (GRAMSCI, 1978a: p.63). Observa também que no interior do grupo, as forças hegemônicas de um determinado momento histórico devem representar e atender os interesses

daqueles que compõem o bloco histórico, sob pena do surgimento do que chamou de *crise de hegemonia*

Nas suas elaborações o Movimento Revolucionário Oito de Outubro propunha a formação do que chamou de Bloco Revolucionário hegemônico pelo proletariado que deveria atender para os interesses dos demais setores participantes do Bloco, isto é os setores médios e os camponeses.

O ano de 1976 apresentava-se como um ano de vitórias para a organização política Movimento Revolucionário Oito de Outubro. As tarefas de construção partidária e as análises da conjuntura política realizadas a partir do Pleno de 1972, no que se referem ao abandono da luta armada e atuação nos movimentos sociais, apresentaram-se satisfatórias. O MR8 gozava de consideração e respeito por parte de outras organizações da luta antiterrorista e o quantitativo de seus militantes crescia a olhos vistos, especialmente, no movimento estudantil de várias capitais brasileiras.

No segundo semestre de 1976 o MR8 realizou o seu 1º Congresso. O primeiro ponto abordado foi relativo à autocrítica da luta armada realizada no Pleno de 1972. A organização verificava que os graves erros cometidos que tanto abalaram a estrutura partidária se deveram ao que denominava de esquerdismo. Um esquerdismo que subestimara as questões objetivas, pois, sem avaliar concretamente o nível de consciência do povo brasileiro, a organização contara somente com a sua vontade de revolucionários. Constatava que tais erros causaram imensos prejuízos ao processo revolucionário, mas que deveriam ser aproveitados como fontes de ensinamentos. (MR8, 1977:p.5).

Quatro anos são passados desde que o MR-8 assumiu, de modo organizado, explícito e público a necessidade de autocriticar-se radicalmente de seus desvios anteriores, particularmente os de caráter militarista, que traduziam a concepção pequeno-burguesa de mundo e de revolução que predominava em nossas fileiras e uma resistência em lutarmos de modo consequente pela revolução proletária (MR8, 1977:p.5).

Para a maioria dos entrevistados, o 1º Congresso do MR8 foi um momento de consolidação de novos rumos, atitude necessária pela nova conjuntura de reativação dos movimentos sociais e conquista de algumas liberdades democráticas. Não um momento de recriminar o passado. O entrevistado Sérgio Rubens tem as seguintes memórias sobre essa questão:

Toda luta política que travamos com outras correntes de esquerda durante o ano de 1968, foi uma corrente para afirmar a importância de participar do Movimento Estudantil. O pessoal de Niterói era contra a participação em movimentos sociais, no movimento estudantil. Ao contrário de nós que sempre achamos importante a participação no Movimento Estudantil, pois era uma fonte importante de resistência. A luta armada somente foi feita quando foram fechadas todas as possibilidades de atuação no movimento de massas. Portanto não há que se autocriticar. O que foi feito foi que retomamos o rumo dos movimentos sociais e abandonamos a forma de luta que não era mais necessária (Entrevista Sérgio Rubens, 20.07.2011).

Na memória que hoje constrói, Sérgio Rubens explicita que não havia necessidade de se frisar a ocorrência de uma autocrítica. Para ele, o que é realmente ocorria era o fato de que os revolucionários do MR8 não se sentiam derrotados diante das posições anteriores no que se refere à luta armada como estratégia. Ele afirma que o MR8 compreendia os motivos que o levaram a organizar ações armadas, em determinado momento da luta política contra a ditadura. Os motivos eram a inexistência de canais de participação política, a negação de qualquer outra possibilidade de luta. Dessa forma poder-se-á, afirma Sérgio Rubens, compreender que o que aconteceu foi uma nova tomada de rumo, numa nova e mais favorável conjuntura. É o que nos apresenta no depoimento a seguir:

Até o AI-5 que foi em 13 de dezembro de 1968 nossa posição dentro do Movimento Estudantil era a de que existiam condições para o crescimento do movimento de massa, portanto não era necessária a luta armada, pois achávamos que ia prejudicar. Defendemos essa posição até exatamente o dia 13 de dezembro de 1968. A ALN não. Eles já haviam iniciado algumas ações. Nós avaliamos que aquilo não estava ajudando, achávamos que o principal era continuar o crescimento do Movimento de massa, que era algo que correspondia à realidade. Em 1968, houve um crescimento bastante significativo. Houve um crescimento do Movimento Operário também. Queríamos combater a ditadura através dos movimentos de massa. Com o AI-5 o espaço que existia para acumular força dentro do movimento de massa diminuiu, pois a repressão aumentou. Somente as lideranças do movimento de massa foram para a luta armada, as lideranças do movimento estudantil e do operário. Esse movimento que viveram essa situação no final de 1967 e ao longo do ano de 1968 não aceitaram voltar para casa, e o que podia fazer era então a luta armada. E isso que foi feito. E tínhamos que justificar através de uma teoria: a Revolução Cubana, a tática da guerrilha. (...) Estou falando dessa questão, porque existe uma corrente que se apega de forma burocrática ao que está escrito. Diz que o pessoal da esquerda foi para a luta armada, pois era uma forma de resistência à ditadura, mas na verdade era uma estratégia de tomada do poder. Isso não é verdade. Dizem “eles queriam tomar o poder e implantar uma ditadura do proletariado”. (...) Isso está errado. O nosso processo de ingresso e de saída da luta armada se deu fundamentalmente como processo de resistência à ditadura, pois quando voltamos a ter condições mínimas para retomar o processo de acumulação de força através do Movimento de Massa nós saímos da luta armada. (Entrevista Sérgio Rubens, 20.07.2011).

Levamos a luta armada até o momento em que o processo interno da ditadura possibilitou. Quando alguns espaços foram arrancados e a ditadura

teve que mexer no processo, falando de uma retomada lenta e gradual da democracia, tivemos outra dimensão. O que ocorreu foi realmente uma autocrítica e mudava-se a estratégia, mas não se saía derrotado do processo Fizemos autocrítica, mas se tivéssemos que fazer novamente faríamos a mesma coisa. Até porque não mandávamos em nós mesmos, e isso não ocorreu apenas conosco, ocorreu com praticamente 80% das lideranças (Entrevista Sérgio Rubens, 20.07.2011).

Em seu relato, o entrevistado Jorge Venâncio é enfático em afirmar, quando narra suas memórias a respeito do abandono da tática do militarismo. Afirma que o que ocorreu, naqueles idos de 1976, foi tão-somente uma declaração da mudança de rumos. Construía-se, naquela nova ocasião, uma nova estratégia diante de uma nova conjuntura. Para ele, a luta armada foi acertada, já que ela era a única forma possível de resistir à ditadura, pois todas as liberdades haviam sido cassadas. Considera que havia justeza e acerto nas avaliações que levaram, nos anos anteriores, à opção pelo militarismo. Por isso, as atitudes do MR8 não haviam sido voluntaristas, ou seja, calcadas na vontade de sua militância

O jornalista Ricardo Lessa, no seu romance autobiográfico *A que hora vem o Povo?*, apresenta as memórias daqueles momentos que antecederam o Pleno de 1972, realizado por dirigentes do Movimento Revolucionário Oito de Outubro exilados no Chile. Relembra como momentos de disputas, de dificuldades que culminam com o chamado “racha”. Isso porque, conforme ele explica, *“era difícil reconhecer que toda aquela nossa atividade tinha fracassado. “Era difícil aceitar que tínhamos errado desde o princípio. Era e ainda é hoje (1983:p.59).* Essa constatação de Lessa está relacionada às dificuldades que ainda permaneciam na época em que escreveu o seu romance. Eram elas que geravam conflitos, disputas de posições entre os militantes. Disputas que persistem nas memórias construídas. Lessa continua nos informando que, nas disputas daquele momento, começaram a se delinear dois grupos:

Um que propunha uma autocrítica mais moderada e a volta para o Brasil. Outro que queria uma autocrítica mais profunda da luta armada e não via condições de volta imediata à militância.[...]A maioria dos nomes importantes, conhecidos, que ocupavam a direção do MR-8 não aceitou a decisão de fazer uma autocrítica profunda da luta armada, pregar a luta pelas conquistas democráticas e reconhecer o militarismo como esquerdismo e desvio do comunismo. Mas ficaram em minoria no plenário. Decidiram, então, se retirar da organização (LESSA, 1983:p.59).

Após a saída da luta armada, a nova estratégia apresentada pelo Movimento Revolucionário Oito de Outubro era a formação de um Bloco Revolucionário.

Verificando que, naquele momento de meados dos anos 1970, vários setores da sociedade brasileira entravam em choque com as atitudes do governo ditatorial, nos campos econômico e social, o MR8 considerava ser necessária a organização de um Bloco Revolucionário formado por todos aqueles que estavam em franca contradição com o regime. Sob a direção do proletariado como classe hegemônica, estava na hora o desenvolvimento do trabalho de construção de um Bloco Revolucionário capaz de lutar contra a política capitalista, causadora de todos os males dos vários grupos nele organizados (MR8, 1977:p.50-1).

Do Bloco Revolucionário deveriam participar a imensa maioria do povo. No campo, era necessário organizar os semi-proprietários agrícolas e os pequenos camponeses; nas cidades, a tarefa era organizar a classe operária, a pequena burguesia, a massa de sub-empregados. Todos esses setores, com suas reivindicações de classe, que embora não sendo socialistas, constatava o MR8, chocavam-se frontalmente com os interesses do Bloco Dominante. (MR8, 1977:p.50).

O MR8, dessa forma traçava a sua tática para aquela conjuntura que se resumia em uma organização da resistência à ditadura através da luta por melhores condições de vida dos setores populares e pelas liberdades democráticas. Segundo a organização, a retomada dos movimentos sociais seria a forma de acumulação de forças para a derrubada definitiva da ditadura. Através de denúncias, manifestações, apresentação de reivindicações, a militância deveria criar uma situação de crise no processo de dominação burguesa. Tornar cada vez maior e mais atuante o Bloco Revolucionário era tido como dever de todo militante do MR8.

Para isso, a organização determinou a atuação firme de toda a sua militância nos movimentos sociais. Todos deveriam aprimorar seus conhecimentos sobre a história política, econômica, social e cultural do país e aprofundar-se nos estudos do marxismo-leninismo. Sobre esse momento da política de organização do MR8, assim narra a entrevistada:

Quando eu entrei para o partido, além de trabalhar muito no movimento estudantil, participava dos grupos de estudo. Cada organismo fazia uma programação de estudo de textos clássicos do Marxismo ou de textos históricos sobre o Brasil, era um exercício maravilhoso para nós que estávamos em uma faculdade de História (Entrevista Rosanita Campos, 19.07.2011)

Nesta mesma ocasião o MR8 envolve-se em dois grandes debates no campo das organizações da esquerda revolucionária: a participação no parlamento e a luta contra o doutrinário⁵, o esquerdismo e o economicismo⁶. Desses debates e das posições advindas dos mesmos, surgem, nas memórias obtidas sobre o MR8, verdadeiras batalhas e disputas de memórias.

A organização publica dois textos que serão discutidos exaustivamente pela militância de todos os níveis do partido e pelos participantes das OPPs. Tratam-se de “Contra o Doutrinário e o Economicismo” cujo subtítulo é Por uma Tática Proletária de Combate à Ditadura e “Socialismo e Liberdades Democráticas”, ambos de autoria de Daniel Terra, codinome de Cláudio Campos, então secretário-geral da organização. Os textos são publicados em um momento em que parte da esquerda negava a importância da luta no parlamento burguês e pela reconquista das liberdades democráticas. Neles, a organização MR8 tece críticas contundentes às outras organizações que viam como um processo antagônico a luta pela democracia e a luta pelo socialismo. Baseando-se nos escritos de Lênin, o MR8 procura demonstrar que a luta pelo socialismo, pelo contrário, é inseparável da luta pela democracia, já que uma conjuntura democrática propicia à classe operária e ao povo a possibilidade de lutas e construção de uma consciência socialista. portanto, ao próprio socialismo. Há, por parte do MR8, a análise de que havia no país, naquele momento, muitos movimentos antiditatoriais. Alguns surgidos de forma espontânea, a maioria de caráter reivindicatório e econômico e, por isso urgia o trabalho de todos os verdadeiros comunistas na concentração de esforços para aglutinar, organizar e educar esses grupos dispersos no sentido da formação de um coeso Bloco Revolucionário. Essa seria, de acordo com o MR8, a tarefa fundamental dos revolucionários: trazer para o centro da luta popular a luta pelas liberdades democráticas.

Os antigos militantes do MR8 têm em suas memórias, a publicação desses dois documentos como marcos na vida da organização. Marcos que conseguiram mudar consideravelmente, a forma do MR8 intervir nos movimentos sociais. A partir das reflexões e propostas apresentadas nesses dois textos e discutidas nos

⁵ Doutrinário, em termos de prática política, serve para determinar o conteúdo das ações daqueles que querem sempre submeter a realidade aos esquemas teóricos previamente elaborados.

⁶ Economicismo, em termos de prática política, é utilizado para criticar o reducionismo econômico, que é a redução de todos os fatos sociais a dimensões econômicas.

organismos do partido, a militância do MR8 agia sempre procurando unificar as lutas isoladas, politizar as relações economicistas e, sobretudo, rejeitar posições esquerdistas que não valorizavam a democracia como etapa importante da luta pelo socialismo. É, por exemplo, o que nos mostra a narrativa a seguir.

O partido estava bem coeso em torno dessas questões (das liberdades democráticas). O primeiro texto foi escrito em 1975 pelo Claudio, era "Contra o Doutrinarismo e o Economicismo" depois em 1976, teve o "Socialismo e Liberdades Democráticas", esses foram os dois textos centrais, pois sintetizam bem a luta política desse período. Foi a época de 1975 em que fizemos com o pessoal de Medicina um movimento importante. Foi nossa primeira manifestação de rua. Reivindicávamos remuneração para os estagiários, pois tinham uma carga horária grande de trabalho em prontos socorros e não recebiam bolsa, e nenhum auxílio. Lembro que várias correntes participaram dessa manifestação, e isso fez com que o movimento crescesse. Em 1978 fizemos a primeira eleição do DCE, nessa época já havia um conselho de entidades na UFRJ. Ficou uma discussão se deveria continuar fazendo manifestação ou se era melhor voltar para as questões da escola. O pessoal do Partidão queria continuar fazendo manifestações, e nós tínhamos um pensamento contrário. Achávamos que não adiantava ficar fazendo passeata atrás de passeata. Queríamos reorganizar o movimento para fazermos manifestações mais gerais. Se não, íamos ficar com um grupo isolado da base da Universidade. Nossa opinião foi aceita. (Entrevista Jorge Venâncio, 18.07.2011).

O texto Socialismo e Liberdades Democráticas, além de criticar aquilo que chamava de desvios esquerdistas da esquerda revolucionária, procurava, sobretudo, nortear a prática da militância no sentido da correção do que chamava de "erros do passado". E entre esses erros apresentava os desvios esquerdistas que levaram a uma prática militarista e doutrinária.

Constatava o MR8 que assumir a questão das liberdades democráticas era compreender que a revolução social não pode ser obra de um punhado de intelectuais, mas somente poderá ser levada a cabo se for assumida pelas massas, portanto assumir a luta pelas liberdades democráticas demonstrava um verdadeiro compromisso da organização com as massas. (TERRA, 1975.p.12). Tal constatação é apresentada no documento após extensa análise teórica e prática do marxismo que vê o proletariado, ao travar a sua luta de classe, utilizando-se de um ambiente de democracia. A crítica é feita contra as organizações que procuravam estabelecer distâncias entre a democracia burguesa e a democracia proletária e por isso não encaminham a luta geral pelas liberdades democráticas. Tais organizações acusavam, constantemente, o MR8 de embaçarem os olhos das massas e iludi-las com uma luta que não acarretaria o fim da opressão sobre a classe trabalhadora, já que o que se buscava era a construção de uma democracia burguesa. E a

democracia burguesa era, segundo essas organizações, uma etapa desfavorável para o proletariado. Criticando tais posições o MR8 afirma que

A palavra de ordem geral “pelas liberdades democráticas” tem de ser levantada pelo proletariado justamente porque não se refere a esta ou aquela etapa da luta, mas porque representa uma posição de princípio do proletariado: lutar pelo avanço da democracia, seja na sociedade burguesa, seja na sociedade proletária, pois o proletariado se não for educado na luta pela democracia é incapaz de realizar uma revolução econômica. Lutar pela democracia proletária, pela ditadura do proletariado implica também e necessariamente, em lutar por avanços democráticos ainda no terreno da sociedade burguesa. (TERRA, 1975:p.11).

Toda a militância do Movimento Revolucionário Oito de Outubro e aqueles que participavam das OPPs, passaram a empunhar essa palavra de ordem. No movimento estudantil, nas novas lutas sindicais e, principalmente na campanha eleitoral que se avizinhava, a questão das liberdades democráticas era apresentada pelo MR8. Sérgio Rubens, secretário-geral do MR8, apresenta, em suas memórias, a questão da seguinte forma:

Essa questão da liberdade democrática só ganha uma dimensão a partir dos documentos do Claudio. Aí o pessoal ficava dizendo: é democracia ou é socialismo? Se ficar lutando pela democracia não luta pelo socialismo. Mas, de fato não é assim, a luta política é permanentemente pela ampliação da democracia. Trata-se de um processo, não de uma etapa. Toda luta política é uma luta pela ampliação da democracia. E a gente foi pra toda frente de massas pra lutar pela ampliação da democracia. (Entrevista Sérgio Rubens. 20.07.2011).

Empunhar a bandeira das liberdades democrática trouxe um imenso crescimento para o MR8. Esta fase correspondeu ao aumento do número de militantes no movimento estudantil, no movimento sindical e favoreceu a atuação desses militantes na campanha eleitoral de 1976 e, posteriormente, na campanha pela anistia. Todos pela construção de um forte Bloco Revolucionário.

Lênin defende a participação nas eleições e no parlamento burguês sempre que ainda existam setores importantes da massa que lhe dêem, algum tipo de sustentação.

Daniel Terra

Participação no Parlamento burguês

Concomitantemente com a elaboração da sua proposta de construção do Bloco Revolucionário, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro viu-se em meio às discussões sobre a participação ou não no parlamento burguês. Outras organizações da esquerda revolucionária também participavam desse debate, sobre a validade ou não de canalizarem suas forças para disputas políticas de uma democracia que adjetivavam como elitista.

Embora o MR8 tenha elaborado, em seu I Congresso de 1976, o que chamou de Programa Socialista da Revolução Brasileira, nele contendo a compreensão de que o Bloco Revolucionário capitanearia o processo de instalação da revolução socialista, a questão das liberdades democráticas estava na ordem do dia para a organização. A questão da democracia havia sido lançada e discutida num intenso debate interno com a militância a partir da publicação do documento de Daniel Terra de 1975, *Socialismo e Liberdades Democráticas*. Foi com essa bagagem teórica que a militância atuou nos embates e disputas contra setores da esquerda que apresentavam a proposta do voto nulo. A organização propõe a participação ativa de sua militância na campanha para eleger parlamentares da chamada ala autêntica do MDB.

Estavam marcadas, pelo governo ditatorial, a realização de eleições gerais municipais para novembro de 1976. As eleições seriam para o preenchimento dos cargos de vereadores de todos os municípios do país e de prefeitos das cidades que não fossem capitais ou declaradas, pela legislação de exceção, como área de segurança nacional.

O presidente, general Ernesto Geisel e toda a cúpula civil-militar, preocupados em conter o avanço das campanhas de denúncias ao regime ditatorial, não queriam que o processo eleitoral se convertesse em amplos debates.

Nas eleições anteriores de 1974, realizadas para renovação das cadeiras do Congresso Nacional, mais de quarenta por cento delas, passaram a ser ocupadas pelo MDB, o partido da oposição. Esse resultado demonstrava a crescente desaprovação popular ao regime. No entanto, manter o calendário eleitoral ainda era necessário para o governo, numa tentativa de tentar legitimar a ditadura.

Naquela conjuntura, as organizações da esquerda revolucionária faziam uma série de análises e divergiam quanto à forma de atuar naquele processo eleitoral. Haviam as organizações que consideravam que o mais importante a ser feito era a denúncia do real significado daquelas eleições e a apresentar à sociedade a proposta de abstenção no processo. Consideravam que, de nada adiantaria a participação dos setores revolucionários no que chamavam de parlamento burguês, por ser dominado pela burguesia. Outras organizações, mesmo considerando que aquele pleito era uma farsa, apresentavam a proposta de utilização do processo eleitoral como espaço para a abertura de novas brechas para a organização dos movimentos sociais. Entre essas últimas, estava o Movimento Revolucionário Oito de Outubro.

O MR8 entendia as eleições como mais uma tentativa de institucionalização do regime para resolver o que chamava de lutas inter-burguesas. Tratava-se, nas avaliações do MR8, de um movimento do governo, na tentativa de reagrupar o bloco dominante dotando diversas frações da burguesia de canais de expressão e de influência. Procurava, desse jeito, dar formas de participação e expressão de setores da burguesia no parlamento e assim manter a coesão do bloco dominante. Por isso, o MR8 entendia que o proletariado não deveria ter ilusões sobre a possibilidade de emancipação através do parlamento, mas isso não significava que o proletariado não possa usar a instituição parlamento para “denunciar seus problemas e colocar obstáculos à livre manifestação do grande capital e da ditadura”. (TERRA, 1975.p.41). Estabelecer, de pronto, a não participação no parlamento seria deixar a instituição inteiramente para defesa e garantia dos interesses da burguesia,

portanto, o MR8 compreendia que na disputa pelo poder, deveria estar presente a disputa eleitoral.

René Rémond, ao inventariar e ver a importância de estudos sobre campanhas eleitorais sugere que elas são momentos em que “as estratégias políticas entram em operação, são o momento de interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião” (RÉMOND: 2003.p.49). O MR8 viu, portanto, naquele período de campanha eleitoral, uma oportunidade não somente de apresentar denúncias do regime como um momento de apresentar suas propostas e sentir a recepção das mesmas pelo público.

Sobre as atuações do MR8 nos momentos de campanha eleitoral e sobre a utilização dos mandatos parlamentares a favor dos setores populares, o depoimento do entrevistado Marco Antonio é bastante elucidativo. Ele não somente relembra como a militância atuava durante as campanhas eleitorais, como também explica sobre o entendimento que a organização possuía acerca do caráter e das limitações do parlamento para a solução dos problemas da classe operária e do povo.

As ações do MR8 eram sempre no sentido de usar o espaço do parlamento para fazer denúncia política. Usar o período de campanhas eleitorais para em panfletos fazer denúncia. E agitação para levar o povo a votar. Como dizia Lênin, fazer denúncia para mostrar os responsáveis pela mazela do povo. Denunciar que o povo está sem saúde, educação e de quem é a responsabilidade? É má gestão? Não. E mostrar que é a questão de classe. É a incrível e monstruosa concentração de riquezas que há no Brasil. E nesse quadro de participação em que o MR8 resgatou a questão da democracia foi muito importante. Naquele texto Socialismo e Liberdades Democráticas foi visto que se deve lutar pela democracia, mas sabendo o caráter de classe dela. O MR8, inclusive, lutava pelas liberdades democráticas. Ele não lutava pela redemocratização ou pela democracia, pois isso envolvia a democracia burguesa. Era lutar pela anistia, pelo direito de reunião, era lutar por democracia para ter condições de lutar pelo socialismo. E nas teses de Marx e Lênin, você deve destruir a democracia burguesa para construir a democracia proletária. O MR8 nessa questão das eleições, usava o espaço como tribuna popular. Foi assim na campanha do Antonio Carlos, do Raymundo de Oliveira. A gente ia, muito corretamente, para as fábricas, para as áreas populares para organizar os trabalhadores. Tanto que, no Rio de Janeiro, em vários momentos da campanha para eleições gerais, se construía associações de moradores, se fazia assembléias e, às vezes se invadia um local abandonado prá fazer uma sede de associação. Entendia-se que o papel do parlamentar é organizar a ação do povo, dos trabalhadores. E dentro do parlamento repercutir as denúncias políticas usando o mandato para isso. Não era a ilusão de que pelo parlamento era possível fazer as transformações necessárias à classe operária e ao povo (Entrevista Marco Antonio, 19.02.2014).

Nas memórias que nos narram aos antigos militantes do MR8 relembram que atuavam na organização que melhor entendia, naquele momento, a utilização do processo eleitoral para servir aos interesses da classe trabalhadora.

Traziam à tona as análises e preceitos de Lênin às vésperas das eleições à IV Duma que, além de ver a campanha eleitoral como momentos de realização de comícios e discursos de denúncia das perseguições, das prisões em massa, via, sobretudo, aquele momento como a oportunidade de apresentação da plataforma revolucionária do partido operário.

Não queremos uma plataforma para as eleições, mas umas eleições para aplicar a plataforma social-democrata revolucionária: assim vê as coisas o partido da classe operária. Já utilizamos as eleições e continuaremos utilizando-as com este objetivo; utilizaremos inclusive a Duma czarista mais reacionária para preconizar a plataforma, a tática e o programa Revolucionários do Partido Operário Social-Democrata da Rússia (LÊNIN, 1979: p.94).

A militância do MR8 seguiu à risca esses preceitos e a organização cresceu consideravelmente durante a campanha eleitoral de 1976. Em cada comício relâmpago que organizavam, na distribuição de panfletos de denúncias e de apresentação dos candidatos que a organização apoiava, mais pessoas queriam aderir ao partido. Aderiam porque gostavam da sua combatividade e identificavam-se com suas propostas. A antiga militante Lídia Corrêa, ex-vereadora de São Paulo por três mandatos, militante do movimento de mulheres apresenta suas memórias sobre o crescimento do MR8 e o valor que a organização dava aos momentos de participação na política eleitoral.

Esse crescimento vem desde a Dissidência e depois quando o partido optou em participar do processo democrático do Brasil, participar das eleições. A origem do MR8 é batalhar por uma política de aliança maior, o partido já tinha essa política desde o início. Em 1978 comecei a participar em função dessa visão, participei das eleições, e nosso crescimento se aprofundou, haja vista nossa intervenção no MDB, depois no PMDB, fizemos importantes alianças para essa política crescer, e não aceitar a dominação. Atuamos bastante no PMDB em São Paulo, ajudamos a organizar um partido mais popular, mais amplo, nossa influência cresceu, tivemos ajuda de parlamentares (Entrevista Lidia Corrêa 21.07.2011).

A militância, seguindo a orientação da organização, nos momentos de campanha eleitoral de 1976, 1978 e 1982 não deixava, no entanto de cuidar dos objetivos de construção partidária sem perder de vista a estratégia da revolução socialista. E isso era discutido exaustivamente com a militância e com os participantes das OPPs. Mesmo com as, cada vez mais numerosas tarefas da

campanha eleitoral, os organismos do partido se reuniam, semanalmente, para estudos da teoria marxista-leninista, da conjuntura, da tática, da estratégia e da organização partidária. E, numa verdadeira disputa por espaço no campo político, preparava-se para os embates de rua e para o debate entre as esquerdas.

Até 1982 ainda estavam na ordem do dia as questões formuladas pelos documentos de 1975, no que se refere à utilização do parlamento e das eleições para propagandear, para denunciar e, cada vez mais isolar a ditadura, lutando pelas liberdades democráticas. É o que se pode apreender no texto do documento a seguir.

Se o proletariado – sem prejuízo de seus objetivos centrais: organização e luta extra-parlamentares – consegue favorecer uma situação em que o grande capital e a ditadura – que coesionam o bloco dominante – encontram resistências à referendação no parlamento de sua política, isso contribuirá para minar mais ainda a coesão do bloco dominante, o que é útil ao avanço do movimento operário e popular. Diante de tais impasses, a ditadura poderá ser levada a limitar sua ação, ou pelo contrário, poderá cometer novos agravos contra o parlamento, a depender da conjuntura. A primeira possibilidade poderá ser melhor aproveitada, na luta de massas, pela vanguarda revolucionária. A segunda, em um momento de alguma mobilização também favorece o avanço da consciência da massa, pois desmascara a fachada parlamentar e pseudo democrática do regime e demonstra a necessidade do fortalecimento das formas de luta mais avançada do movimento (TERRA, 1975.p.41).

Rosanita Campos, em suas memórias relativas às disputas que ocorriam quanto à participação ou não no processo eleitoral de 1974, afirma que:

Havia um esquerdismo muito grande. Procurávamos dentro do MR8 e nas posições que defendíamos para o Movimento Estudantil e para o Movimento Sindical estabelecer uma diferença entre essas visões de cunho mais radical na forma e pouco radical no conteúdo. A polêmica era com o esquerdismo dentro do movimento político. Havia a questão das eleições, o processo eleitoral, voto nulo, voto no PMDB. Nessa época estava em vigor o bipartidarismo, com isso tínhamos que optar em fazer campanha para deputados progressista de esquerda dentro do PMDB ou fazer campanha de voto nulo. Sempre atuei nessa linha de fazer campanha para candidatos mais avançados do MDB. Isso era uma rara divergência, os outros grupos de esquerda que tinham peso relativo dentro do Movimento Estudantil defendiam voto nulo, então isso era algo que distinguia a nossa militância (Entrevista Rosanita Campos, 19.07.2011).

Já no início de 1976, em várias capitais e cidades do sudeste e do nordeste, os dirigentes do Movimento Revolucionário Oito de Outubro buscaram parlamentares da ala autêntica do MDB com vista à acordos políticos para a obtenção de legendas com as quais pudessem concorrer nas eleições municipais.

Mas foi no Rio de Janeiro, em torno da candidatura à vereador do dirigente partidário Antonio Carlos de Carvalho, o Tônico, que a militância se aglutinou e conseguiu mobilizar a simpatia do eleitorado. Tônico era um antigo um quadro antigo da organização, militante do movimento estudantil, na época da DI-GB. Havia participado da resistência armada contra a ditadura e em uma das ações armadas das quais participou, em 1970, foi preso. Os policiais alegavam que no carro dirigido por ele havia uma bomba. Foi torturado por 30 dias. Resistiu heroicamente e não forneceu qualquer informação. Afirmava sempre que não tinha conhecimento da bomba no carro e que fugiu da polícia pelo fato de estar dirigindo sem carteira de motorista. Portanto, considerava que este era o motivo da sua prisão.

A partir de 1973, Tônico voltou a militar no movimento estudantil e tornou-se uma das principais lideranças universitárias, na mobilização por interesses específicos do movimento. Dedicou-se ao trabalho de orientação para a reconstrução das entidades estudantis na UFRJ e pela reconstrução da UNE, União Nacional dos Estudantes. Portanto era, em 1976, um nome muito conhecido no movimento estudantil tendo seu nome aprovado para concorrer pelo MDB a uma vaga na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro.

Com uma campanha eleitoral combativa e memorável, que teve como centro a vigorosa denúncia da truculência e do caráter ditatorial do regime militar, da miséria do povo, do arrocho salarial, Tônico é eleito vereador em 15 de novembro com cerca de 40 mil votos. Como vereador, não houve causa popular no Rio de Janeiro que não contasse com seu apoio e participação, transformando seu gabinete num espaço vivo de reorganização do movimento popular, nas lutas pelo fortalecimento das oposições sindicais, nas lutas de fábrica, contra o arrocho salarial e pela reposição dos salários, pela liberdade sindical, das associações de bairro, do movimento contra o aumento do custo de vida, na luta dos camponeses pela terra, e na reconstrução das entidades operárias, estudantis e dos favelados, na resistência cultural que fervilhava nas universidades e morros cariocas (CECAC. 19.02.2014).

Os entrevistados são unânimes ao narrarem suas memórias quando apresentam a campanha do Tônico como grande marco na vida partidária. Momento de intensa mobilização, de denúncia da ausência de liberdades democráticas e das péssimas condições de vida da classe trabalhadora. Além disso, as mobilizações da campanha foram momentos de entrada na organização de um grande número de militantes expandindo o trabalho do MR8 por todo o estado do Rio de Janeiro.

A militância do MR8 teve com o mandato parlamentar de Antonio Carlos de Carvalho, Tônico, e Raymundo de Oliveira, dois espaços, no Rio de Janeiro, de grande de luta no interior do parlamento. A presença de mandatos com as características dos representantes do MR8 incomodou, consideravelmente as bancadas de vereadores e de deputados estaduais representantes dos setores liberais e conservadores. Antonio Carlos e Raymundo de Oliveira se destacavam como defensor das causas populares e do fim do regime ditatorial.

Aqui no Rio a gente teve dois mandatos que serviam a esse objetivo. Foram mandatos muito bons, o do Tônico e do Raimundo. A gente tinha uma visão clara quanto aos limites do parlamento, mas, o nosso negócio era a luta política (Entrevista Victor Grabois, 30.01.2014).

Em 1980, durante o processo que o regime chamava de abertura gradual, haviam setores inconformados com o caminho traçado pela cúpula do governo. Defendiam a continuidade do regime e temiam a abertura política. Resolveram radicalizar em suas ações e agrupados no chamado Comando de Caça aos Comunistas, atacaram dois alvos. Na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio de Janeiro e no gabinete do vereador Antonio Carlos de Carvalho, no Palácio Pedro Ernesto fizeram explodir duas bombas. Os alvos dos terroristas eram dois espaços que se destacavam na luta pelas liberdades e pelo retorno ao regime democrático.

Em São Paulo, além de apoiar candidatos ao cargo de vereadores do campo dos chamados “autênticos” do PMDB, foram lançados candidatos a vereadores ligados ao MR8, em várias cidades. O antigo militante do MR8, Lindolfo Corrêa, atuante na área sindical, em suas memórias, classifica o trabalho pela participação no parlamento e a organização das campanhas eleitorais como momentos de definição na vida partidária. Para ele, após as conquistas obtidas até ali, relacionadas à ampliação das liberdades democráticas, à conquista da anistia, ainda durante a ditadura militar, davam mostras de que era importante prosseguir, Ganhar setores no parlamento, fazer alianças, atrair setores nacionalistas era a tarefa daquele momento e ela não estava sendo compreendida por todos. Para Lindolfo Corrêa, essa incompreensão foi o motivo da saída dos militantes na luta interna que antecedeu as eleições gerais.

Foi um momento de definição. Tínhamos conquistado a anistia na ditadura militar. Houve uma discussão importante no partido, na qual concluímos que era necessário atrair os setores nacionalistas para a nossa causa de

liberdade democrática. Por conta dessa discussão alguns dirigentes se desligaram do partido. Foi um movimento intenso. Atuamos em São Paulo na formulação da construção da frente popular (Entrevista Lindolfo Corrêa, 21.07.2011).

Na cidade de São Paulo, no processo eleitoral de 1978, o MR8 apoiou a candidatura de dois candidatos considerados pela organização como pertencentes ao campo popular do MDB, Marco Aurélio Ribeiro candidato a deputado estadual e Ailton Soares candidato a deputado federal. Ambos foram eleitos.

Mesmo com as vitórias dos candidatos apoiados, a militância do Movimento Revolucionário Oito de Outubro encontrava grandes dificuldades no transitar no interior do PMDB. Os setores liberais e mais atrasados do PMDB impediam qualquer tentativa do MR8 na ocupação dos espaços políticos. Travaram-se disputas acirradas nas quais o MR8, a maior parte das vezes, saiu em condições insatisfatórias.

Isso nos mostra que a luta no parlamento trata-se de um território em disputa porque tanto pode favorecer a continuidade das relações de dominação, como podem dificultar a sua reprodução e, dessa forma, contribuir para combatê-las. O Movimento Oito de Outubro viveu essas duas possibilidades. Ao apoiar e aliar-se aos setores conservadores, em última na análise, colaborava, efetivamente, para a continuidade das relações de dominação. Ao denunciar a farsa da representação e as condições de dominação a que estão sujeitos os setores populares, dificultava a reprodução dessa dominação;

A formação do partido popular passa pela luta interna dentro do MDB. É preciso atrair para as posições de luta todos os setores populares do MDB.

Panfleto campanha Raymundo de
Oliveira,

Disputas no interior do PMDB

O conceito de campo político de Bourdieu incorpora a ideia de que os agentes políticos representam interesses sociais e interesses de classe constituídos na arena econômica. No entanto, o jogo político adquire uma relativa autonomia em relação aos determinantes econômicos, ideológicos e sociais. Dada essa relativa autonomia, o campo político tem a capacidade de transpor, inverter e até subverter as divisões sociais nas ações conjuntas e também no meio eleitoral. Bourdieu enfatiza a necessidade de se pensar a relação entre o campo político e o espaço social como uma variável. Em vez de se limitar a hipóteses sobre como os agentes políticos representam interesses sociais, a análise de campo formula hipóteses sobre como oposições e semelhanças entre interesses sociais são transpostos para o plano dos agentes políticos e suas lutas. (BOURDIEU, 2007:p.164). Isso tem nos ajudado a compreender como se davam as táticas do MR8, com vistas à criação, ora de rupturas, ora de alianças, com os setores dominantes que colaborariam para a construção da frente popular. E foi, sobretudo, nas atuações do MR8 no interior do MDB e posteriormente do PMDB, que procuramos analisar o caráter das disputas travadas, as razões que moviam as alianças que eram concretizadas e as disputas de memórias hoje construídas relativas a essas alianças.

Na campanha eleitoral de 1978, nas principais cidades brasileiras em que o partido estava organizado, a militância colocava, além da questão das liberdades democráticas, a propaganda pela transformação do MDB em um partido popular. O MR8 avaliava que no interior do MDB haviam duas tendências básicas. Uma tendência conciliadora, que estava ainda disposta a composições com a ditadura, favorecendo-se com as pequenas brechas dadas pelo governo ditatorial. A outra

tendência era caracterizada pela combatividade e solidariedade com as lutas dos trabalhadores, estando sempre disposta a denunciar as arbitrariedades do regime.

A despeito dessas questões relativas à composição do MDB como partido da oposição ao regime, o MR8 constatava que o MDB tornara-se um partido de grandes dimensões, e que, naquele quadro de bipartidarismo imposto, constituía-se no espaço de todas as insatisfações contra o regime.

O MR8 avaliava também que esse crescimento do MDB, a oposição aglutinada em uma legenda, ainda que consentida, em nada era favorável ao governo ditatorial. A oposição parlamentar crescia e ainda havia a pressão dos movimentos sociais que ganhavam pujança. Foi nesse quadro das relações de força entre o governo e a oposição que o regime anunciou o fim do bipartidarismo.

O MR8, diferentemente de várias organizações da esquerda revolucionária que, embora mantivessem suas estruturas na clandestinidade, atuavam no MDB, avaliou que o fim do bipartidarismo, naquela conjuntura de ascenso dos movimentos sociais e do MDB consistia em mais uma manobra do regime. Para o MR8 o que ocorria era um movimento por parte do governo no sentido de pulverizar a oposição em pequenos partidos inconsistentes o que garantiria a vitória da ARENA nas eleições e nas decisões do legislativo.

Devemos deixar claro a todas as forças populares que ainda se encontram fora do MDB, especialmente, aquelas que se iludem quanto à possibilidade e a correção de organizarem no momento o PTB e o PT, que a reforma partidária da ditadura nada tem de democrática e não contribui em nada para uma efetiva liberdade de organização de todas as correntes populares em partidos políticos legais. E que, justamente por isso, centrar forças, hoje, na criação, no plano legal, desses partidos é, no mínimo, cair no imobilismo político, quando não, fazer o jogo da ditadura, auxiliando-a na criminoso cruzada para cassar e pulverizar o MDB (MR8, 1980: p.52).

Foi de posse dessas constatações e avaliações que o Movimento Revolucionário Oito de Outubro, rejeitando a possibilidade de legalização, passou a por em prática a sua proposta de transformação do MDB e posteriormente do PMDB em um partido popular.

Apresentando suas memórias dos momentos iniciais de elaboração dessa estratégia, o entrevistado Marco Antonio, assim relata:

Isso foi um desdobramento do Congresso de 79. As organizações da esquerda PCdoB, ALA, MEP, CC, todo mundo atuava no MDB, que era o

partido legal. Depois veio em 79 a abertura de novos partidos legais. O MR8 fez a opção de na luta contra a ditadura fazer uma aliança da classe operária com setores da pequena burguesia e disputar a hegemonia da luta contra a ditadura com os chamados liberais que estavam no PMDB. Entre os partidos da esquerda, o MR8 resolveu ficar no PMDB e lutar para transformá-lo. Na verdade a proposta era que esse campo chamado proletário e popular assumisse a hegemonia e liderasse o PMDB. Era uma proposta a meu ver correta. Construir um governo popular que definiria as questões de classe, excluindo a burguesia. Mas em 82, essa posição é modificada. Foram anos de uma discussão política interna (Entrevista Marco Antonio, 19.02.2014)..

A partir daí, se propõe a travar uma luta interna no interior do MDB e depois do PMDB. Reconhecia, de antemão tratar-se de uma luta árdua contra os adesistas e conciliadores, mas a militância estava disposta a canalizar grande parte de suas energias para os embates que ocorreriam. O MR8 determinava que as tarefas eram:

trabalhar para ampliar a força do campo popular dentro do MDB, avançar na luta pela hegemonia dentro do partido, lançar-se com toda garra para construir uma sólida aliança entre as correntes populares e os liberais combativos, isolando os liberais moderados e manter a pressão para expulsar a escória adesista de dentro do MDB (MR8, 1980: p.52).

Uma das primeiras orientações foi no sentido da reestruturação espacial da militância para tomar de assalto os diretórios zonais, municipais e estaduais do MDB em todas as cidades em que o MR8 atuava. A tarefa era investir na luta para que os setores populares ampliassem o seu peso político, conquistassem a hegemonia dentro do MDB e depois PMDB e, dessa forma, transformassem a qualidade da atuação do partido. A organização considerava essa uma etapa fundamental da luta no caminho para o poder e o êxito dessa proposta dependia da forma como atuaria sua militância dentro do PMDB. Este processo, de tentativa da transformação do PMDB em partido popular teve lugar no período que antecedeu as eleições gerais de 1982 e perdurou até a extinção do MR8 em 2009.

Victor Grabois assim apresenta essa questão:

Eu sempre gostei muito dessa idéia e acreditei nela. Mas eu também acho que a gente acreditou nela por tempo demais. O PMDB foi sofrendo transformações para pior e a gente foi tendo dificuldade de entender isso mais rapidamente. Mas eu acho que isso não é um debate da década de 80. Eu acho que até ali o PMDB ainda apresentava condições de transformação. Isso é um debate da década de 90. É quando a gente insiste no Quércio, quando a gente insiste naquelas alianças. Aí eu acho que já estava acontecendo um equívoco hiper, super importante. É claro que, antes, precisava-se de um lugar prá militar e, além disso, o PMDB tinha muitas figuras importantes, muitas figuras corretas de esquerda ou de centro e que, de alguma maneira, a gente foi avançando com essas pessoas. Portanto, o PMDB teve, antes, um papel de frente que justificava aquela proposta política na década de 70 e 80. Depois, depois de Ulisses,

você vê que já há uma grande mudança em quem responde pelo PMDB. Quem passa a responder pelo PMDB é uma turma muito invertebrada, muito ruim mesmo (Entrevista Victor Grabois, 30.01.2014).

Verificamos no conteúdo das entrevistas realizadas que as memórias daqueles idos estão hoje em disputa. A questão da transformação do PMDB em partido popular e a busca de hegemonia na condução da oposição à ditadura foi motivo de muita divergência. Divergências e disputas que ainda hoje estão presentes no campo político.

O entrevistado Marco Antonio, quando perguntado sobre a proposta de transformação do PMDB em uma frente popular, nacional e democrática, nos dá oportunidade de perceber o teor das disputas vividas e das divergências que até hoje persistem.

Aí se cometeu um erro muito grande. Se priorizou esse tipo de aliança, aliança com a burguesia. E =, no PMDB, como representante dessa burguesia em detrimento de uma aliança com a pequena burguesia democrática, as camadas médias. E fora a questão do campo, o trabalhador rural, se deu pouquíssima atenção a esse setor. Portanto, em 82 há uma mudança de lin há. Não há mais a proposta da derrubada revolucionária da ditadura, se abre mão da perspectiva de revolução. Aí se propõe uma hegemonia da classe operária sobre esses amplos setores. Ora isso era muito formal porque a influência do MR8 diminui bastante. Não é dizer que a teoria é tudo, mas a teoria interfere na prática. E a prática interfere na teoria. Então a prática do MR8 acaba sendo de privilegiar as articulações com a burguesia. Aí se começou a teorizar em vários materiais: a burguesia não defende os interesses dela, mas nós vamos defender, Tem várias questões como, a gente dirigindo o PMDB, a gente dirige as massas porque o PMDB tem influência nas massas. Uma das questões que foi colocada de lado foi o fato essencial de que quem faz a revolução é o proletariado e o povo (Entrevista Marco Antonio, 19.02.2014).

Impor suas propostas aos membros da direção do PMDB, ocupada por setores liberais conservadores, grande parte por anticomunistas avessos às reformas mais profundas, exigia por parte do MR8 um adequado uso de capital simbólico. Tornar-se um participante legítimo no campo político dominado pelos liberais e ao mesmo tempo continuar reforçando as ligações com o movimento popular, que naquela conjuntura clamavam por mudanças, era a grande dificuldade do MR8. A organização precisava estar envolvida na luta política partidária oficial dominada pelos liberais conservadores e ao mesmo tempo procurar não se macular por esse envolvimento. Sindicalistas, estudantes e profissionais liberais como engenheiros, médicos, professores e advogados, todos os quadros do MR8, intelectuais orgânicos que haviam se destacado na resistência nos tempos mais

duros da ditadura militar, portando seus capitais simbólicos disputavam espaço político dentro do PMDB.

A situação vivida pela militância do MR8 nas disputas no interior do PMDB podem ser vistas à luz do conceito de campo de Bourdieu, o seja como um mercado em que os agentes se comportam como jogadores, produtores e consumidores de bens. Os jogadores produtores de bens, dotados de capitais específicos, se enfrentam e se organizam como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições que dão aos seus ocupantes a posse de poder que varia de acordo com o capital que possuem (BOURDIEU, 2007:p.72-3). A luta pelo poder gera disputas.

A razão dessas lutas é a acumulação da forma de capital que garante a dominação do campo. (...) A estrutura do campo, em determinado momento da história, mostra a relação de forças entre os agentes. Neste sentido, o campo é um espaço de forças opostas (BONNEWITZ, 2003:p.61).

Nessas disputas, além de concretamente se darem nas reuniões com parlamentares e membros do PMDB, no interior dos diretórios, davam-se nos documentos do MR8 que buscava, em última análise, apresentar a plataforma da organização para os setores populares, os grandes consumidores da legenda. Procuramos analisar esses documentos do Movimento Revolucionário Oito de Outubro não somente como material de divulgação e propaganda da estratégia ou prática do partido, dentro do PMDB, mas, sobretudo, como um inventário das relações de força que eram externalizadas pela organização. Eles tinham como objetivo dar prosseguimento ao processo de luta dos agentes políticos para manterem ou melhorarem a sua posição no campo, quer dizer, para conservarem ou aumentarem o capital específico que só no campo se gera. Na formulação do conteúdo desses documentos há ambiguidades que possibilitavam o alargamento de sua base e a atração de clientela de outros partidos ou organizações concorrentes que estavam sendo criadas a partir do fim do bipartidarismo que era imposto ao país.

No entanto, na memória de alguns militantes entrevistados, aquelas disputas eram bastante desiguais e a derrota já, naqueles idos, apresentava-se como algo iminente. Para eles a característica do MDB, dominado por setores alheios aos interesses populares, dominado por uma burguesia poderosa e corrupta, jamais poderia transforma-se em uma frente nacional e democrática.

Foi no MDB que eu acho que a gente já começou a ter problemas. Aí a porca vai começar a torcer o rabo porque neste caso, eu acho, nós não tínhamos de verdade, uma formulação teórica adequada pra lidar com eles. O que a gente dizia era que nós dávamos o apoio crítico porque não somos o MDB. Mas tinha um borramento de fronteiras muito grande e deu nisso. Eu acho que o exemplo mais claro desse borramento é o Muniz⁷ que é um peemedebista pleno. Eu não sou. Eu não sou PMDB. Mas, naquele momento é claro que não rola nada disso. Isso não estava à nossa vista. O MR8 não tinha uma formulação correta. Não era a gente atuar como outra coisa dentro do PMDB. É claro que isso não ia dar certo, tanto que não deu. Eu acho que o caminho que o PCB tentou era mais correto, se organizar como partido de esquerda não clandestino. O que também deu errado, mas por outros motivos. Não exatamente pelos mesmos motivos que nós demos errado. No meu modo de ver o MR8 deu errado (Entrevista Lígia Bahia, 28.01,2014).

Quando surgiram novos partidos. Surgiu o partido dos trabalhadores e outros e então, essa proposta deixou de ser viável. E também, naquela época, o MR8 estava mudando de posição, ele entra no PMDB com esse contingente todo dos setores liberais. Quando da criação dos partidos políticos, o Tancredo Neves montou o Partido Popular. Quando a ditadura colocou empecilhos ele voltou para o PMDB. E aqui, no Rio de Janeiro, o Chagas Freitas do PP veio para o PMDB. Nós, que sempre combatemos o Chagas, que sempre foi um instrumento da ditadura aqui no Rio, tivemos que conviver com ele no PMDB. O jornal Hora do Povo mostrava o Chagas como aliado. Isso era resultado da mudança de posição. Eu acho que até 80, 81, essa proposta de transformar o MDB em partido popular era certa. Mas, com a incorporação do PP, chegaram os liberais que tiveram a hegemonia no partido (Entrevista Marco Antonio, 19.12.2014).

Os rumos tomados pelo PMDB com o avanço dos setores mais atrasados em termos da valorização dos interesses dos setores populares trouxe certo desânimo para alguns militantes que, anos mais tarde, já na década de 90, formalizarão sua saída do Movimento Revolucionário Oito de Outubro, alegando, entre outros fatores, o fato de que a organização insistia na posição de permanência no PMDB. Mesmo antes disso, nas memórias construídas sobre o início dos anos 1980, encontramos relatos que demonstram insatisfação e desânimo para por em prática a tarefa de transformar o PMDB.

Minha militância se deu muito dentro do PMDB. Eu era assistente, em Duque de Caxias e a gente chegou a ter uma expansão muito grande por lá. Tínhamos muitos militantes. Fizemos muitos trabalhos nas eleições de 1982, quando o Franklin Martins era nosso candidato a deputado estadual. Lá em Caxias, a gente chegou a lançar dois candidatos a vereador, Jocelan e o Machado. A gente chegou a ter um número interessante de pessoas e eu acabei, até, me tornando secretário-geral do PMDB de Duque de Caxias. No decorrer de 82, ocorreu um fato que me deixou muito abalado e acabou pesando na minha decisão de sair de lá. Foi o assassinato de um vereador do PMDB Wilson Macedo por divergências internas do PMDB. A reação da classe dominante foi tão devagar. Empurraram tudo pra debaixo do tapete. E fiquei muito indignado, mas, também fiquei com medo. Eu pensei: afinal,

⁷ Refere-se ao vice-prefeito do Rio de Janeiro, Carlos Alberto Muniz, que foi membro do Comitê Central do MR8.

que classe política é essa que a gente está apoiando? Que aliados são esses? Eu acabei me afastando (Entrevista Victor Grabois, 30.01.2014).

As disputas internas no interior do PMDB desgastaram imensamente a militância, no entanto mesmo com as dissidências que ocorriam na organização após o III Congresso de 1982, a organização insistia na linha de permanência no PMDB, inclusive super dimensionando o seu peso e poder político na condução da frente que vinha propondo.

Erram aqueles que consideravam que o MR8 luta pela constituição de uma frente nacional, democrática e popular tendo o PMDB no centro. Isto porque no centro da luta está há muito tempo, e vai continuar o MR8. Mas, os demais setores do PMDB constituem, de fato, parte significativa dos nossos aliados. O PMDB é a organização constituída pelo povo brasileiro para lutar contra a ditadura e vencê-la (MR8, 1995).

Alguns militantes que permaneceram no MR8, que acataram a linha política de transformação do PMDB na frente popular, nacional e democrática e de desenvolvimento de uma luta no interior dessa legenda, em meados da década de 1990, afastaram-se da organização. Alegaram que as decisões do III Congresso haviam sido muito pouco discutidas, nos vários organismos do partido. Naquele momento de 1982, mesmo aqueles que não estavam concordantes e convencidos do acerto da linha de transformação do PMDB em uma frente popular, nacional e democrática e da busca de hegemonia no interior da legenda, priorizaram as questões relativas à organização partidária. Essa prioridade se deu em detrimento de um aprofundamento das discussões relativas à linha partidária que estabelecia uma grande aliança com a burguesia. O MR8, para esses antigos militantes, ali deixava de ser um partido revolucionário.

E em 82, o MR8 abriu mão dessas questões e isso influiu no seu trabalho de massas. Em todo processo histórico, há avanços, há retrocessos. Apesar dessas questões, ainda depois de 82, o MR8 manteve sua combatividade em vários momentos do final da luta contra a ditadura. Lutou contra o imperialismo, contra as privatizações, mas aí nessas ações, a questão nacional passa a ter um peso muito grande, diminuindo o caráter de classe do Estado, da democracia e da luta anti-imperialista. A burguesia não têm contradições antagônicas com o imperialismo, ela acaba se aliando ao imperialismo contra o povo e os trabalhadores. Essa é a história de 64. E o MR8 incorreu nesse erro que trouxe toda uma prática política distanciada da classe operária e do povo. Essa ligação, esse enraizamento com o povo, o MR8 teve muito em de 75 a 81. Não é se dizer que de repente perdeu tudo. Não, foi tudo um processo decorrente dessa linha do Congresso de 82 (Entrevista Marco Antonio, 19.02.2014).

Quando estabeleceu como a contradição principal aquela que existia entre nação e imperialismo e, por isso priorizava o trabalho no interior do PMDB, ao lado

dessa burguesia nacional, abandonava seu caráter de partido revolucionário Ali, para esses militantes, o MR8, abandonava a luta dos trabalhadores e passava a priorizar as alianças com a burguesia.

Os militantes que permaneceram na organização e insistiram na permanência no PMDB constroem outra memória acerca do caráter revolucionário do MR8 e de sua luta pela construção de uma nova sociedade. Consideram tal percurso foi necessário já que, naqueles idos da década de 1990 e até os dias atuais, as condições objetivas para a instalação de um poder proletário no Brasil não estavam dadas, como ainda não estão. Para esses militantes, estar no PMDB era estar ao lado da imensa maioria do povo e ao mesmo tempo, estar construindo uma etapa da revolução nacional.. Etapa na qual a nação deveria estar unida e forte para impedir a espoliação do capital internacional.

As identidades são múltiplas, combinadas e intercambiáveis

Eric Hobsbawm

Identidade em Conflito: identidade política e questão partidária

Os partidos políticos, como entidades coletivas que são, não podem, logicamente, ser pensados fora da conjuntura política nas quais estão inseridos. A forma como se apresentam em determinado contexto histórico e conjuntural, ou seja, o que chamamos de a sua identidade coletiva, varia de acordo com esse contexto. É devido a isso que podemos afirmar que as identidades dos partidos políticos, assim como as identidades individuais, tendem a serem móveis porque mudam segundo a conjuntura nas quais se movimentam.

O Movimento Revolucionário Oito de Outubro, na construção de sua identidade coletiva, alimentando-se da memória, das visões de mundo e das experiências compartilhadas pelos seus membros, variou a forma de apresentar-se entre as esquerdas e a forma de apresentar-se para a sociedade em geral, de acordo com a conjuntura vivida. A identidade coletiva do MR8 foi se construindo em cada conjuntura vivida pela organização, em cada análise dessa conjuntura feita por seus dirigentes, e nas trocas de ideias e posturas políticas com outras organizações do campo político.

Por isso podemos, compartilhando a ideia de Eric Hobsbawm quando este afirma que “as identidades são múltiplas, combinadas e intercambiáveis” (1998:p.217), que o MR8 era um partido de identidades múltiplas, combinadas que trocavam-se entre si. Ora o MR8 partilhava de valores do campo comunista e revolucionário, ora partilhava de valores do campo nacionalista e liberal. A cada nova leitura de mundo, novas análises eram feitas e construía-se novos projetos ou programas políticos que demandavam novas ações coletivas e novas características eram atribuídas à organização.

Era comum ouvir-se entre os militantes de algumas organizações a afirmação de que o MR8 mudara e já não era o mesmo de tempos atrás. Os entrevistados que

se tornaram dissidentes, afirmam o mesmo, quando relatam suas memórias. Todos têm como marco a realização de seu III Congresso de 1982, no qual o MR8 aprofundara a chamada “Questão Nacional”. A partir daí, afirmam que a organização passou a apresentar como seus principais aliados os setores da burguesia nacional. E por isso perdera sua identidade de partido verdadeiramente revolucionário.

Numa disputa de memórias, que também são disputas de visões do mundo que hoje se atualizam nas lembranças daqueles momentos, outros entrevistados realçam o acerto daquelas novas análises e da nova forma como o partido apresentava-se nas suas ações coletivas a partir de 1982. Afirmam que quando se aliavam aos setores liberais que eram nacionalistas e que possuíam contradições com o governo entreguista, faziam um trabalho de descolamento desses setores do bloco de poder e, ao mesmo tempo, isolavam os setores ligados ao imperialismo. Afirmam que o MR8 não mudara, pelo contrário, o MR8 estava prosseguindo e aprofundando o trabalho que culminaria na construção da sociedade socialista. São unânimes em afirmar a inexistência de conflitos entre os seus valores nacionalistas, os valores liberais de seus aliados e a sua estratégia de construção de uma sociedade socialista.

A questão identitária revelava, naquela conjuntura e nas memórias hoje construídas, uma disputa do que seria ser comunista.

Michael Pollak, em seu texto Memória e Identidade Social, apresenta a identidade como:

o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992:p.5).

Essa definição de Pollak, quando a transpomos para a organização MR8, uma entidade coletiva permite um melhor entendimento das narrativas dos militantes que afirmam que jamais o MR8 perdeu sua identidade de partido verdadeiramente revolucionário. O pertencimento ao grupo dá-lhes uma continuidade dentro do tempo. O militante quer pertencer ao grupo com as características de um partido verdadeiramente revolucionário. Isso dá-lhe um “sentimento continuidade e de

coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992:p.4).

Nestas disputas os militantes que hoje apresentam essas memórias em disputa argumentam suas posições naqueles momentos por eles vividos, baseando-se nas idéias e preceitos leninistas no que se refere a um partido revolucionário. Um partido revolucionário constituindo-se numa “forma superior de organização política do proletariado”, com o papel de “conscientizar a classe trabalhadora para o cumprimento do seu papel histórico” de realização da revolução proletária “Um partido que deve estar armado de um programa revolucionário, de uma estratégia e de uma tática, de uma teoria avançada” (LÊNIN, 1975: 15). Uns afirmam que o MR8 jamais perdeu essas características, jamais perdeu essa identidade. Outros vêem a perda dessa identidade, tendo o MR8 deixado de ser um partido nos moldes leninistas. As observações do dissidente Boné no momento em que se desligou do Movimento Revolucionário em 1995, alegando a perda dessa identidade por parte do MR8, num processo iniciado a partir do III congresso de 1982, nos mostra essa situação.

O que se pode chamar de marca do MR-8 é exatamente o “pau” no esquerdismo ou em tudo que assim era considerado por ele. E assim foi e tem sido: porradas no PT, no PDT, PC do B, etc, e logicamente todo tipo de complacência com o direitismo, onde a burguesia nacional é tida como a mais conseqüente e seus políticos verdadeiros esteios do patriotismo. Quércia é o *grande timoneiro*; Sarney, este latifundiário safado, é *grande patriota*; pasmem, Ricardo Fiúza, assassino de camponeses, é *honrado político*, e mais cômico, João Alves, o homem que Deus derramou sobre ele, exclusivamente, uma dose cavalariça de bençãos, permitindo-lhe abiscoitar um patrimônio milionário através do milagre da ditadura, é *aliado* (COMITÊ PELA RECONSTRUÇÃO DO PARTIDO DOS COMUNISTAS REVOLUCIONÁRIOS, 1995:p.20)⁸

Ao mesmo tempo que travava os embates e disputas no interior do PMDB, durante o ano de 1982, no decorrer do período eleitoral, em meio à campanha para governo dos estados, das prefeituras e para todos os níveis do legislativo, o MR8 travou uma luta interna que teve proporções consideráveis. Os fatores dessa luta relacionavam-se à interpretação das teses do III Congresso por alguns militantes. Esses consideravam que as ambiguidades constantes das decisões relacionadas à construção da frente nacional davam nova direção à organização que, segundo eles

⁸ Os grifos em itálico na citação são nossos e foram feitos com o objetivo de informar que os mesmos referem-se aos termos publicados no Jornal Hora do Povo, servindo para adjetivar os políticos mencionados.

estava trilhando o caminho do reformismo e do adesismo. Setores internos, alguns membros do Comitê Central do Movimento Revolucionário Oito de Outubro, reclamavam por um regresso às raízes, alegando que a ampliação da Frente Popular proposta descaracterizava a organização colocando-a no campo da direita.

O entrevistado Victor Grabois que mesmo tendo permanecido na organização MR8 após a luta interna de 1982, tendo participado do Comitê regional do Rio de Janeiro e se desligado do partido somente em 1995, em suas memórias, relata suas dúvidas relacionadas à identidade do MR8.

Mas, em fim, como partido de esquerda, a gente tinha realmente objetivos revolucionários. Aqui no Rio a gente teve dois mandatos que serviam a esse objetivo. Foram mandatos muito bons, o do Tonico e do Raimundo. A gente tinha uma visão clara quanto aos limites do parlamento, mas, o nosso negócio era a luta política. Mas depois, a gente começa a se perguntar sobre essa proposta que a gente está apresentando. Qual o grau de diferenciação entre nós, que somos revolucionários e aqueles que a gente apoia no PMDB? Essa é uma esquerda mesmo? Que esquerda é essa que apoia o Quéricia? Esses caras serão nossos porta-vozes? Quéricia, Milton Cardoso? Aí você começa a ver que o negócio era bem mais complicado, nós estávamos, então muito mais limitados. Será que vários dos nossos aliados, de alguma maneira, realmente tinham honestidade de propósitos? E não só os aliados, várias lideranças do MR8 também perderam o seu rumo. Já na década de 90 começa a surgir esse tipo de crítica no interior do partido. Crítica ao tipo de vida que essas pessoas estavam levando. Essas pessoas no meio daquela frente tinham se tornado muito semelhante aos setores atrasados, ou seja, aos políticos que dominavam o PMDB. (Entrevista Victor Grabois, 30.01,2014).

Numa intensificação dos conflitos, os que permaneceram na organização, como relembram hoje, afirmavam que o que ocorria por parte daqueles que se debelavam contra as decisões do III Congresso era que eles estavam sofrendo um processo de intimidação diante das grandes tarefas que se avizinhavam. O MR8 estava, naquele momento, mudando a qualidade de sua luta. Estava preparando-se para deixar de ser apenas um grupo político para passar a ser um partido que entrara para disputar de forma competitiva não somente nas eleições parlamentares de 1982, como nas disputas internas no interior do PMDB. Para isso, concluíam, era necessário fazer alianças.

Bourdieu, quando analisa as disputas de poder no campo político, afirma que

os partidos que lutam pelo poder diferenciam-se de grupúsculos de vanguarda. Estes últimos trazem para o campo político uma lógica característica do campo intelectual porque estão desprovidos de base, logo de constrangimentos, mas também de força. Os partidos, se não quiserem vir a ser excluídos do jogo político e da ambição de

participar do poder ou de ter influência na distribuição de poder, não podem agir de tal forma. (BOURDIEU, 2007: p.184).

Nessa outra forma de que fala Bourdieu podemos apresentar as ações de fazer alianças, fazer concessões, subverter campos, situações que, com grande frequência, deixam as organizações partidárias sujeitas à luta interna, estando de um lado aqueles que querem a permanência de todos os aspectos que sempre fizeram parte da identidade do partido e de outro lado, aqueles que querem dar novas características, nova identidade ao partido.

Entre as lutas que têm lugar em cada partido, uma das mais constantes é a que se estabelece entre os que denunciam os compromissos necessários ao aumento da *força* do partido (portanto daqueles que o dominam), mas em detrimento da sua *originalidade*, quer dizer, mediante o abandono das tomadas de posição distintivas, originais, nativas, e que reclamam por um regresso às raízes, por uma restauração da pureza original e, do outro lado, os que propendem a procurar o reforço do partido, quer dizer, o alargamento da clientela, nem que seja à custa de transações e de concessões ou mesmo de uma batalha metódica de tudo o que as tomadas de posição originais do partido podem ter de demasiado "exclusivo". (BOURDIEU, 2007: p.184).

Os dirigentes e militantes que permaneceram no Movimento Revolucionário Oito de Outubro advogam, como já afirmamos, uma continuidade na identidade da organização posto que esta não deixou, em nenhum momento, como afirmam, a sua tarefa de conscientização e organização da classe trabalhadora. O Movimento Revolucionário Oito de Outubro, pelo contrário, como relembram em suas narrativas, sempre procurou teorizar e agir no sentido de, diante das condições objetivas, unir elementos dispersos, independente de sua classe social, mas que estivessem dispostos a formar uma verdadeira frente contra os inimigos do povo e da classe operária que eram os setores imperialistas.

Estas disputas relativas à caracterização da identidade política do Movimento Revolucionário Oito de Outubro, no nosso entender, devem ser vistas como observa Boaventura Santos ao analisar as questões identitárias.

A identidade é sempre uma pausa transitória num processo de identificação. Os grupos sociais, tal como os indivíduos, acumulam, ao longo do tempo, diferentes identidades e, em cada momento, podem dispor de várias identidades complementares ou contraditórias (SANTOS, 2008: p.314).

O Movimento Revolucionário Oito de Outubro acumulou, ao longo do tempo, diferentes identidades que se apresentavam de acordo com a conjuntura vivida por sua militância. Nessas conjunturas foram feitas análises, elaborados programas

partidários, plataformas de luta que julgavam necessárias para que a organização se apresentasse nos movimentos sociais. Os militantes entrevistados afirmam, quando se referem às suas atuações enquanto estiveram no MR8, como atuações que sempre tiveram como objetivo somar forças para a construção de uma sociedade mais justa. Essas ações, em muitas ocasiões, não foram entendidas dessa maneira e geraram conflitos e disputas acirradas, internamente e com outros atores da arena política. Disputas e contradições que estão na história e na memória das atuações do Movimento Revolucionário Oito de Outubro.

*Tu és as histórias que narraste,
Não o simples narrador.
Ela persiste mais em teu poema
Que no tempo neutro.*

Carlos Drummond de Andrade

*A construção do partido e as lutas de
massas têm que estar ligadas como unha
e carne.*

MR8

CAPÍTULO III

Memórias apresentadas: atores em disputa nos Movimentos Sociais

As produções teóricas relativas aos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, no Brasil, têm sido amplas e diversificadas. Maria da Glória Gohn, ao apresentar as abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina, procura identificar os sujeitos que estão em discussão nas várias produções. De uma forma didática, verifica a existência de quatro tipos de produções. As que atentam para questões de identidade e pertencimento como é o caso dos estudos sobre o movimento feminino, movimento negro e de outros movimentos de diferenças. As produções preocupadas a distribuição dos bens e serviços que são os estudos sobre o movimento de moradores, movimento de favelados ou moradores das periferias, movimento dos sem terra ou dos sem teto. As produções que destacam a capacidade de resistência dos movimentos sociais na luta pela construção de um novo mundo e novas relações sociais como os estudos relativos às redes sociais, às entidades culturais e outras estratégias de resistência criadas pelos atores sociais. E ainda produções que canalizam suas atenções para os processos de institucionalização das ações coletivas e organização da sociedade civil como os estudos ligados à organizações políticas e sociais, aos partidos políticos e às lutas do movimento sindical ou estudantil (GOHN, 2008:p. 439-440) .

Em toda essa diversidade de produções elencadas por Gohn, constatamos que há um ponto que tem aparecido com considerável frequência na maioria dos estudos sobre os movimentos sociais, independentemente da área das ciências humanas em que eles ocorram. Trata-se da atenção que a maioria das produções teóricas tem dado ao papel da memória como fator essencial para construção de conhecimentos relativos aos movimentos sociais dessa parte da história do Brasil recente.

Grande parte dessas pesquisas, quando investiga os movimentos sociais, tem atentado para a memória não como mais uma forma de buscar informações sobre o passado, tendo em vista sua reconstituição. Recorrem à memória entendendo-a como um processo dinâmico e focalizam os atores sociais em suas lembranças como construtores de memórias coletivas e identidades coletivas. Os movimentos sociais são aqueles que buscam, de uma forma coletiva, transformações na sociedade e essas transformações dependem fundamentalmente da capacidade de articulação de seus atores na luta por uma nova correlação de forças na arena política.

O golpe de 1964, pela sua truculência, repressão e violência fez calar os movimentos sociais. Vivemos, logo após 1964, um período em que foram raras e enormemente reprimidas quaisquer manifestações dos movimentos sociais. Somente alguns anos depois, por volta de 1968, veremos eclodir o movimento estudantil, em algumas capitais e o movimento sindical na cidade paulista de Osasco.. Foram movimentos intensamente reprimidos e os movimentos sociais deram passos atrás para se reorganizarem.

Referindo-se à grande repressão sofrida pelos movimentos sociais que lutavam contra a ditadura no período pós 64, Carlos Marighella um dos principais organizadores da resistência contra o regime militar, que rompeu com o PCB e fez sua opção pela luta armada, em depoimento constante do livro de Marcelo Ridenti, *O Fantasma da Revolução Brasileira*, apresenta como alternativa para a luta, naquele estágio de desigualdade de forças, a guerrilha como a única atuação possível (RIDENTI, 2010: p.168).

Nas últimas manifestações de rua, tanto no Rio como em São Paulo, estudantes morreram. A polícia atirou. e eles somente tinham para se defender pedaços de pau ou nada. Da próxima vez será diferente; se os

operários ocuparem as fábricas, estarão armados de antemão. Aliás é assim que vejo a conjunção da guerrilha urbana e do movimento de massa. Aliás, os operários podem muito bem sabotar as máquinas, fabricar armas em segredo, destruir material. Para homens casados, pais de família, é a única forma de guerrilha atualmente possível. (...) A classe operária, é preciso reconhecer, ainda está pouco presente na luta.. Isso se deve a circunstâncias históricas próprias do Brasil (CARONE apud RIDENTI, 2010: p.168).

Porém, nem todas as organizações da esquerda revolucionária abandonaram totalmente a realização da luta antiditatorial, através dos movimentos sociais. Ainda que de uma forma muito mais tímida, os militantes da DI-GB procuravam inserir-se entre as massas, como informa o antigo militante da DI-GB, Daniel Aarão Reis. Conta que “na trajetória da DI-GB, até 1971, sempre houve insistência na necessidade do trabalho de massa e de discussão política” (RIDENTI, 2010: p. 168). Reis, fala ainda que a DI-GB, em 1968, tinha pouquíssimos ou nenhum militante operário, isso porque não havia conseguido herdar nenhum militante operário do PC, fato que não acontecera com as outras dissidências. Mas, segundo Aarão Reis, havia

um grupo de três ou quatro quadros, saídos do movimento estudantil para se dedicar ao movimento operário, quer dizer, fazer levantamento das fábricas, da área industrial do Rio de Janeiro, panfletagens e pichações nos bairros, nos trens, portas de fábricas (RIDENTI, 2010: p.169).

Portanto, depois de 1968, embora mantivesse a intenção de atuar nos movimentos sociais, devido a condições de sua composição estudantil e da grande repressão aos movimentos sociais, a DI-GB, teve grandes dificuldades para atuar entre as massas. O retorno se dará somente nos anos 1970, quando militantes da frente de trabalho operário começam a realizar panfletagens na favela do Jacarezinho e a fazer contato com alguns operários das fábricas que ficavam nas imediações da favela.

Jorge Venâncio em suas memórias nos conta:

Eu não me lembro se havia um contato, no Jacaré, mas nós íamos fazer uma ação de agitação política, de denúncia da ditadura. O Jacaré era uma grande base operária, havia um cinturão de fábricas em torno dele. Lembro que antes tínhamos feito uma panfletagem no Jardim América, essa foi com motoristas de ônibus. A idéia era trabalhar as bases operárias. Com relação à participação sindical ainda não havia sido desenvolvida uma ideia. Sempre tivemos uma visão clara com relação ao trabalho de massa, diferente de outras organizações (Entrevista Jorge Venâncio, 18.07.2011).

Em meados da década de 1970, paulatinamente os movimentos sociais em todo o país vão retornando à cena política. Colaboraram para isso três principais

situações. A grande insatisfação dos setores populares com o arrocho salarial e altos índices de inflação, a tomada de consciência dos setores médios de que o Brasil vivia uma ditadura que lhes negava liberdades democráticas e as novas análises e posições das organizações da esquerda revolucionária que abandonavam a luta armada.

O arrocho salarial e a inflação, os dois mais gritantes entre os muitos pontos negativos do chamado “milagre econômico” propagandeado pelo governo ditatorial, deixavam as classes trabalhadoras cada vez mais pauperizadas. Cresciam as favelas nos centros urbanos e a infraestrutura era deficiente nas grandes cidades.

Os setores médios sofriam também com a inflação galopante, com as regras draconianas que regiam o Sistema Financeiro de Habitação, impedindo-lhes o pagamento em dia da prestação da casa própria. A imprensa amordaçada, pouco podia divulgar a situação da repressão imposta ao país. Todos esses aspectos fizeram os setores médios iniciarem um processo de mobilização contra a ditadura.

O terceiro fator a que nos referimos acima, as novas avaliações da esquerda revolucionária, relacionadas ao abandono da luta armada, se dão, justamente, com os dados do descontentamento e movimento dos setores operários e médios da sociedade.

Todos esses fatores irão colaborar para o retorno dos movimentos sociais ao cenário político. E, desta vez, desmentindo o preconizado por Marighella no depoimento que transcrevemos acima, os setores populares buscam vias institucionalizadas para atuarem na luta contra a ditadura. E os militantes das organizações da esquerda revolucionária tiveram um papel muito grande na organização desses movimentos.

Esses primeiros movimentos caracterizaram-se, essencialmente, pela luta de oposição ao Estado ditatorial ou contra as práticas populistas e clientelistas que ocorriam com frequência, no período. As organizações que atuavam nos movimentos sociais tinham como principal característica a defesa da autonomia dos setores populares diante dos setores economicamente, politicamente ou culturalmente dominantes.

O paradigma de atuação daqueles movimentos dava-se, portanto, diferentemente dos movimentos sociais dos dias atuais, em processos nos quais os atores sociais eram entendidos principalmente como membros de grupos definidos, isto é, identificados por alguma forma de pertencimento a alguma organização.

Quando os que pertenceram às organizações que atuaram nos movimentos sociais apresentam suas memórias, elas são resultados de reflexões sobre as especificidades dos processos por eles vivenciados nos grupos a que pertenceram. São memórias das disputas políticas ocorridas no campo da luta antiditatorial pela construção de uma nova sociedade, melhor e mais justa. O conteúdo dessa memória apresenta aspectos construtores da identidade coletiva das organizações e das disputas ocorridas no movimento.

Nas entrevistas que realizamos, os antigos militantes do MR8 rememoram, como membros da organização à qual pertenceram e falam dos primeiros movimentos do grupo político e das convivências que mantinham.

Um dos entrevistados, que atuava no movimento sindical de São Paulo, no final da década de 1970, assim apresenta a sua participação nos movimentos sociais

Em São Paulo houve a discussão para reconstruir os movimentos populares, os conselhos populares, a criação da CEPAM, a reativação da CONAM, do CONSABS (Conselho Estadual de Sociedade e Amigos de Bairro), o Movimento de Mulheres, a recuperação da atuação nos Sindicatos. Tudo isso foi um movimento pela redemocratização e ao mesmo tempo uma integração com os movimentos populares, que se deu também através das greves de 1978, 1978. As fábricas paralisaram na greve de 1978 por iniciativa das oposições sindicais, já em 1979 houve um avanço, pois as greves foram convocadas pelos Sindicatos, tinha o de São Bernardo liderado pelo Lula. O movimento popular se libertou das amarras da Ditadura Militar, e assumiu a luta nos bairros, nas fábricas. Nesse período houve também a atuação no Comitê Brasileiro da Anistia, e foi aprovado pelo Congresso em 28 de agosto de 1979 o projeto de lei 6.685. Então, os trabalhadores puderam através das greves entrarem no cenário político nacional, e conquistamos a anistia dos presos políticos que puderam retornar ao Brasil.(Entrevista Lindolfo Santos, 21.07.2011).

Os militantes do Movimento Revolucionário Oito de Outubro apresentam detalhes das reuniões nas quais se elaboravam táticas e determinavam estratégias de participação nos movimentos sociais. Essa era a nova política desenvolvida pela organização e que deveria ser seguida por todos. Nesse trabalho de

rememorização, apresentam códigos, comportamentos, motivações, conflitos todos reveladores dos processos por eles vivenciados.

Um dos principais pontos que enfatizam ao oferecerem suas memórias é o referente ao trabalho transformador que procuravam desenvolver nos movimentos sociais. Procuravam sempre mudar a qualidade inicial das motivações dos setores populares. A maioria das reivindicações apresentadas pelos movimentos tinha um caráter econômico imediato. Os militantes procuravam transformar essas lutas puramente economicistas em lutas políticas. Pode-se dizer que faziam aquilo sobre que Gramsci discorreu e utilizou a expressão latina “*catarsis*” para defini-la. Trata-se da passagem do momento puramente econômico ou egoísta passional para um momento ético-político. Gramsci explica que essa é uma elaboração superior da estrutura em superestrutura, na consciência dos homens.

Isto significa, também, a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade de liberdade”. A estrutura da força exterior que subjuga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política em fonte de novas iniciativas (GRAMISCI, 1978a: p. 53).

Em seus relatos, os militantes apresentam as formas de atuação da organização MR8 naquela conjuntura no que diz respeito ao tipo de alianças a serem firmados, que pontos do governo ditatorial deveriam ser especialmente atacados, de que forma deveria ser organizado o conjunto dos movimentos sociais. Com frequência, esses militantes que atuaram nos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980, demarcam a posição de sua organização, o MR8, no campo político. Afirmam que estavam, por exemplo, mais à esquerda que determinada organização ou que atuavam de forma mais eficaz que determinada outra organização.

Observamos também, que, ao apresentarem suas memórias, realizam um processo de reatualização das disputas vivenciadas nos movimentos sociais. Isso pode ser observado na apresentação que fazem de um alto grau de seletividade no sentido de tentar conciliar memória coletiva que desejam construir para a organização MR8 e a sua memória individual.

Michael Pollak, pesquisador austríaco, em seu texto *Memória, Esquecimento, Silêncio de 1989*, observa que Halbwachs insinua, em sua obra *Memória Coletiva*, não apenas a seletividade de toda memória, mas também um processo de

"negociação" para conciliar memória coletiva e memórias individuais. (POLLAK, 1989:p.3). O autor considera que esse reconhecimento, por parte de Halbwachs, do caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva já anuncia a inversão de perspectiva que marca os trabalhos atuais sobre esse fenômeno que é a memória. Afirma que

numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. (POLLAK,1989:p.4).

Pollak considera que essa abordagem de Halbwachs, permite entender-se a importância do processo de construção, constituição e formulação da memória coletiva pelos atores que intervêm nesse processo. O pesquisador interessou-se, sobretudo pelas memórias em disputa e os conflitos que têm lugar no processo de constituição de toda memória coletiva. Para Pollak, a metodologia da história oral possibilita, através da análise dos relatos, conhecimentos acerca das instituições, dos atores sociais e das realidades. Chama atenção para o fato de que os silêncios podem significar o desejo de esquecimento de fatos traumáticos ou de vivências de dominação. Considera esses silenciamentos como seletividades de memórias que podem estar relacionadas às situações ou embates do presente. (POLLAK, 1989: 6).

Essas observações nos ajudam a compreender o processo da construção da memória dos movimentos sociais e a identidade das organizações que atuaram nesses movimentos. As narrativas dos militantes do MR8 que atuaram nos movimentos sociais são representações da realidade vivida nos quadros da organização política a que pertenciam. Elas estão cheias de significados, interpretações e reinterpretações do passado vivenciado. O fato de um entrevistado destacar situações, de omitir episódios, de reforçar ideias, de negar a existência de alguns fatos ou lembrar-se de outros, de esquecer ou praticar não-ditos nos mostra que o procedimento de produção de memória configura-se como algo de grande complexidade. A memória e sua contrapartida o esquecimento resultam de um conjunto de mediações, de relações dialógicas, de disputas ou de conflitos que são estabelecidos por atores em suas interações no mundo social.

Buscar memórias é buscar visões de mundo, buscar entendimentos diversos sobre a realidade. Uma realidade que sempre assume novas formas. Por isso,

nenhum fato social pode ser compreendido quando visto como acabado ou isoladamente sob um único ponto de vista de alguém que rememora.

A essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato da História Oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, à memória. Ainda que esta seja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais. A memória pode existir em elaborações socialmente estruturadas, mas apenas os seres humanos são capazes de guardar individualmente lembranças. Se considerarmos a memória um processo, e não um depósito de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais. (PORTELLI, 1997:p.16).

As memórias apresentadas nos discursos que são oferecidos por antigos militantes possibilitam a observação dos impasses, das tensões e dos desafios que definiram os movimentos sociais, assim como o conhecimento da trajetória política das organizações na construção de suas identidade coletivas.

No entanto, há necessidade de observar-se um fato para o qual chama atenção o intelectual alemão Andreas Huysssein, em seu trabalho, *Seduzidos pela Memória*. Neste o autor observa que

as contrastantes e cada vez mais fragmentadas memórias políticas de grupos sociais permitem perguntar se ainda é possível, nos dias de hoje, a existência de formas de memória consensual coletiva (HUYSSSEIN 2000:p.19).

Os estudos sobre os movimentos sociais não podem ter como objetivo encontrar formas consensuais de memória coletiva. O que podemos inferir é que através dessas memórias diversas e por vezes discordantes, podemos conhecer o caráter das ações e dos processos de disputas políticos vivenciados, assim como, podemos perceber a memória como um elemento fundamental das formações identitárias coletivas.

Debruçar-se sobre as memórias dos atores em disputas nas ações coletivas desenvolvidas pela militância do MR8 nos permitiu observar que os movimentos sociais daquele período eram formados por dois tipos de processos distintos, porém conexos. Um processo que era advindo dos conflitos ligados à situação de classe e das lutas econômicas e sociais e outro processo era o que estava ligado à crescente

noção de cidadania e luta pelas liberdades democráticas, então, ausentes no país. Ambos os processos opunham-se às ações da ditadura instalada desde 1964.

O recurso à memória para análise destes processos foi eficaz, pois, não se contentou somente com o papel estrutural dos atores sociais, os valores e as inspirações que os guiaram, mas também atentou para as representações que são construídas. Atentou para o fato de que as identidades coletivas são construídas e negociadas pela ativação das interações entre os atores e seus grupos sociais.

Os militantes do MR8, desde os formuladores da linha política do partido até os que compunham as bases da organização, ao narrarem as experiências por eles vividas apresentam hoje ainda os conflitos vividos e as disputas que ainda persistem no campo político. Demonstram uma ânsia de precisões, uma ânsia de fidelidade à verdade dos fatos vividos e um desejo de enquadramento de uma memória e de uma história

O depoimento a seguir nos mostra toda a ansiedade da entrevistada ao apresentar suas memórias.

Algumas questões que preciso falar. Que é também um bom pedaço de nossas vidas. Confesso que fico um pouco nervosa. Gostaria de ser concisa, abrangente e objetiva. Confesso também que tenho que conter um pouco a emoção prá falar dos tempos passados, de momentos muitos difíceis que compartilhei com alguns companheiros e particularmente com o Claudio⁹. Mas lembrar da gente nos movimentos sociais é sempre bom. (Entrevista Rosanita Campos, 19.07.2011).

Por isso procuramos entender os narradores, não como simples narradores, mas como as histórias que narram e que persistem nas suas narrativas. Nosso objetivo, além de analisar essas narrativas e memórias construídas sobre o Movimento Revolucionário Oito de Outubro, se dão também no sentido de observar os movimentos sociais com a perspectiva analítica citada por Bringel & Echart que permite “estudar os movimentos sociais a partir de uma perspectiva militante ou ativista” (2008: p.461). A perspectiva dos atores dos movimentos sociais, munidos ;de suas ideologias, suas visões de mundo, seus objetivos políticos e de suas táticas nas disputas em que estiveram envolvidos. Procuramos observar a dimensão de cada narrador, ativista das ações coletiva, narradores que atuaram nas frentes de massas, sempre procurando impor as palavras de ordem determinadas pela

⁹ Refere-se a Cláudio Campos, secretário-geral do MR8.

organização. Narradores que procuravam dirigir o movimento e as entidades de massa, segundo os interesses determinados pelo Movimento Revolucionário Oito de Outubro. Narradores que em suas narrativas vivem um processo de negociação possível entre as memórias individuais e a memória coletiva que querem enquadrar.

Ouvir e analisar o conteúdo de tais narrativas de memória nos possibilitou a observação das negociações entre o individual e o coletivo que ocorrem para que esses narradores expressem suas narrativas dos conflitos vivenciados e dos conflitos que se manifestaram no momento em que os narradores, no presente, evocam imagens das lembranças de interações do indivíduo com o social.

Nós estudantes lutamos porque estamos contra uma sociedade cheia de contradições que encoraja artificialmente o consumo do supérfluo e não sabe como prover às necessidades mais fundamentais de enormes camadas da população.

Herbert Marcuse, líder estudantil de 1968

Ressurge o Movimento Estudantil

O movimento estudantil como forma de ação organizada de grupos sociais descontentes, já em outubro de 1908, na Rússia pré-revolucionária, foi uma das preocupações de Lênin. As atuações e movimentações dos estudantes da Universidade de São Petersburgo foram seu objeto de análise que resultou em um artigo publicado no n.º.16 do *“Proletari”*. Intitulou-o de O Movimento Estudantil e a Situação Política Atual. Lênin procurava, no conteúdo do texto, expor observações feitas sobre as ações dos estudantes de São Petersburgo que já se espalhavam por outras universidades, atingindo, inclusive, Moscou. Verificava que se tratava de um movimento acadêmico bastante amplo que “surgia na Rússia como um sintoma político”. Sintoma de que a sociedade reagia contra a tirania. Jovens que estavam mais próximos da democracia burguesa, escreve Lênin, também começavam a agitar-se.

Este pequeno começo de pequenos conflitos acadêmicos é, na realidade, um grande começo, porquanto, terá prolongamentos importantes, se não hoje, pelo menos amanhã, se não amanhã, pelo menos, depois de amanhã (LÊNIN, 1984: p.137).

Diante desse quadro, Lênin via como a tarefa fundamental dos grupos universitários a “organização da ação política com um trabalho de agitação em nome das palavras de ordem revolucionárias” (LÊNIN, 1984:p.137). Isto porque, afirma Lênin, é preciso saber fazer propaganda em favor da ação política e “utilizar para isso todas as possibilidades, todas as condições e, em primeiro lugar, mais do que tudo, todos os conflitos de massa” (LÊNIN, 1984: p.134). Como o movimento dos estudantes era um conflito de massas, lá deveriam atuar os revolucionários.

No Brasil, essa orientação leninista foi sempre seguida como regra pelos ativistas seguidores do marxismo-leninismo. No decorrer do século XX, a movimentação dos estudantes com ações políticas que mostravam seu descontentamento, assumindo posições em defesa dos direitos da sociedade foram várias. Em 1937, foi criada a União Nacional dos Estudantes (UNE), a entidade brasileira representativa dos estudantes universitários. Organizados na sua entidade representativa os estudantes participaram da campanha pela criação da Petrobrás, “O Petróleo é Nosso”.

Em 1964, logo após o Golpe que derrubou o presidente João Goulart, os estudantes, em seus centros e diretórios acadêmicos formavam uma resistência contra o regime militar, expressando-se por meio de debates acadêmicos, jornais clandestinos, músicas e manifestações, apesar da intensa repressão dos organismos da ditadura. Em março de 1968, quando ocorriam manifestações estudantis em várias partes do mundo, quando a imprensa falava de uma “rebelião universal dos jovens”¹⁰, os estudantes brasileiros saíram também às ruas para resistir contra a ditadura instalada no país.

Foi, justamente, no seio da resistência durante os primeiros anos da ditadura que surgiu a DI-GB, da qual, como já mostramos, a organização Movimento Revolucionário Oito de Outubro é sucedâneo. Os militantes da Dissidência estudantil da Guanabara se destacaram muito nas movimentações estudantis de 1968. Por isso, sofreram reveses.

Sobre o movimento estudantil de 1968 e os reveses sofridos com a repressão dos organismos da ditadura, é bastante elucidativo o depoimento do líder estudantil Vladimir Palmeira que na época era militante da DI-GB. Para Vladimir, havia toda uma fração estudantil

Altamente politizada, participando de enfrentamentos. De repente, não há mais possibilidades de luta institucional e, ao mesmo tempo, você tem um chamamento para a ação, e para a realização de ações armadas vitoriosas. Vitoriosas porque a polícia levou algum tempo para se adequar e poder começar a golpear essas organizações. Mas, nesta altura, centenas de

¹⁰ Este foi o título da reportagem sobre o Movimento Estudantil publicada na revista Manchete nº. 834. Rio de Janeiro. 13.04.1968. p. 21. Da reportagem constam a cobertura do enterro do estudante Édson Luís, assassinado nas manifestações estudantis de 1968 no Rio de Janeiro e um painel das manifestações estudantis que naquele momento ocorriam em diversas partes do mundo.

estudantes já haviam ingressado nos quadros das ações armadas (RIDENTE, apud MORAES; REIS, 2010: p. 129).

Outro depoimento de Jorge Venâncio segue na mesma direção:

O pessoal de Niterói (refere-se à dissidência de Niterói) era contra a participação em movimentos sociais, no movimento estudantil. Ao contrário de nós que sempre achamos importante a participação no Movimento Estudantil, pois era uma fonte importante de resistência. A luta armada somente foi feita quando foram fechadas todas as possibilidades de atuação no movimento de massas (Entrevista Jorge Venâncio, 18.07.2011) .

Os estudantes quando retornaram à cena política dos movimentos estudantis a partir de 1975, estava na ordem do dia a reabertura das entidades estudantis, diretórios e centros acadêmicos que haviam sido fechados pelos organismos da ditadura militar com base no decreto 477 de 1968 que impedia a organização dos estudantes.

Quando apresentam suas memórias hoje construídas sobre o movimento estudantil da década de 1970 e 1980, os antigos militantes da organização procuravam mostrar que as ações do MR8 eram norteadas por um trabalho constante no sentido de, politizar as relações e elevar o nível de consciência dos estudantes. O objetivo era que estes não somente se fixassem nas questões acadêmicas e entendessem a precariedade das universidades como decorrência da política econômica em curso no país.. Realizavam, como informam em suas narrativas, um constante e intenso trabalho de agitação com palavras de ordem revolucionárias por considerarem que esse era um dos preceitos leninistas

No movimento estudantil daquela época, o MR8 apresentava-se com a proposta de organização da esquerda revolucionária em torno de uma alternativa proletária. Para isso, orientava a sua militância do movimento estudantil no sentido de que ela se constituísse como força auxiliar do movimento operário, somando-se às demais lutas populares contra a ditadura militar e acumulando forças para a construção de uma sociedade socialista.

O movimento estudantil vivia, naquele momento, uma expressiva reanimação. Mobilizações eram feitas e muitas outras organizações da esquerda revolucionária, além do MR8, disputavam espaço procurando cada qual mostrar ao conjunto dos estudantes o acerto de suas propostas e posições políticas.

Aprofundava-se o debate político e, além das atividades práticas de dar direção para as lutas estudantis, a organização MR8, através de suas direções, procurava preparar e instruir suas bases em grupos de estudos sobre teoria social, sobre a tática naquela conjuntura e sobre o programa partidário.

A organização MR8 realizou, no ano de 1977, o seu I Congresso e reafirmava, nas resoluções do mesmo, que tinha o comunismo e a luta por um Brasil socialista como metas. Constatava a possibilidade de construção de um bloco revolucionário na nossa sociedade e apresentava como tática, a formação de uma frente que neutralizasse, dividisse e atraísse os setores vacilantes. No entanto, era enfática nas críticas aos setores moderados e seus apelos à União Nacional. Sua estratégia era a organização de um Governo Revolucionário dos Trabalhadores que estaria empenhado na construção da sociedade socialista.

Após ter obtido consideráveis vitórias com a reabertura das entidades estudantis no decorrer de 1977 e 1978, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro tornou-se a organização de esquerda que possuía uma militância das mais combativas no sentido de tornar o movimento estudantil pujante e massivo. Além da luta pela melhoria das condições técnicas de ensino e contra os currículos distanciados dos interesses das classes populares, travava a luta pelas questões ideológicas e políticas, combatendo os radicalismos de direita e de esquerda e denunciando todo o autoritarismo do regime imposto.

Nas universidades e nas escolas técnicas a militância do MR8 organizava os estudantes a partir das contradições destes com o regime. Denunciava a constante diminuição das verbas destinadas à educação, a inexistência de uma boa formação profissional, a crescente privatização do ensino em todos os níveis. Denunciava a cobrança de altas anuidades nas universidades públicas e trabalhava no sentido de reabrir e atuar nos Centros Acadêmicos e nos Grêmios Estudantis. Disputava a direção das entidades estudantis com outras forças que atuavam no movimento. Ao mesmo tempo em que organizava o movimento em nível local, investia na reabertura dos Diretórios Acadêmicos (DCE) de cada universidade e na realização de Encontros Nacionais de Estudantes que tinham como objetivo a reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Em documentos e folhetos distribuídos, ainda de forma clandestina, entre os universitários e secundaristas, a militância do MR8 denunciava a legislação opressiva, o policiamento às atividades dos membros do movimento estudantil e falavam da necessidade de organizar a resistência ao Decreto 477.

Em junho de 1976, o MR8 publica na revista Brasil Socialista¹¹ as Resoluções do Ativo do Movimento Estudantil. Neste documento que é definido como uma tática revolucionária para o movimento estudantil, a organização constata que o movimento vivia, naquele período, uma expressiva reanimação. Eram crescentes as mobilizações por motivos acadêmicos e surgiam muitas mobilizações contra a repressão e em solidariedade a outros movimentos sociais. Diante desse quadro, o MR8 propunha à sua militância o afastamento de qualquer prática inconseqüente e de radicalismos verbais que não exprimiam a real correlação de forças entre o movimento estudantil e os organismos da repressão.

Por entender que o movimento estudantil era formado por setores pequeno-burgueses, isso se constituía, segundo o MR8, numa limitação de sua capacidade de luta e de um confronto frontal e conseqüente com a ditadura. Por isso o movimento estudantil deveria ser “organizado numa perspectiva de força auxiliar do proletariado” (MR8, 1976: p.43). O documento procurava mostrar à militância que as lutas estudantis deviam “se somar às tantas lutas populares contra a ditadura, aumentando o isolamento desta nos setores pequeno-burgueses da sociedade, o que só pode contribuir para o avanço da luta do proletariado” (MR8, 1976: p.43).

Hoje, os estudantes concentram sua atenção nos problemas acadêmicos. A massa de estudantes ainda não faz da política a sua preocupação principal. A maioria de suas lutas ainda se dão no campo acadêmico, econômico e específico. No entanto, quando nós, comunistas, participamos destas lutas, o fazemos com um objetivo central: o trabalho político no seio das massas (MR8, 1976: p.46).

A militância do MR8 procurava mostrar ao conjunto de estudantes aquilo que considerava o principal conflito vivido por eles que consistia, conforme informam nossos entrevistados que militaram no movimento estudantil, na contradição entre o desejo de terem uma boa formação profissional e obter conhecimentos sobre o país e o mundo e a política educacional implementada pelo governo ditatorial. Um

¹¹ Revista Brasil Socialista, órgão de comunicação e propaganda de três organizações da esquerda revolucionária que se identificavam com a luta pelas liberdades democrática – a PO, Política Operária; a APML, Ação Popular Marxista Leninista e o MR8.

governo que suprimia liberdades democráticas, um governo que ligado aos interesses imperialistas, impunha uma política educacional lesiva aos interesses nacionais. Uma política educacional que procurava adequar as universidades brasileiras aos interesses do grande capital e do imperialismo. A tarefa era mostrar a relação intrínseca entre a política geral do país e a situação da universidade, denunciando o crescente tecnicismo do ensino universitário para a formação de mão de obra barata necessária às empresas. Denunciar a crescente falta de verbas para as universidades e a eliminação de um ensino criativo em favor do tecnicismo mais rápido e mais barato.

Ainda na exploração desta contradição central, os militantes do MR8, em todas as atividades, destacavam o fato de que a repressão que se abatia sobre toda a sociedade, atingia, evidentemente, a universidade. Para manter os interesses do grande capital nas universidades, o governo ditatorial tinha que recorrer a uma legislação repressiva e ao policiamento das ideias. Daí porque haviam sido colocadas na ilegalidade, pelo decreto 477, todas as organizações estudantis e todas as atividades dos estudantes eram observadas por policiais a serviço da ditadura.

Desta forma, entendiam os militantes do MR8, estavam prevenindo o movimento de práticas economicistas, que não elevavam o nível de conhecimento dos estudantes, por deixar de politizar as relações dentro do movimento estudantil.

Não devemos nos limitar a lutar unicamente por melhores condições técnicas de ensino (salas cheias, giz, verba, bebedouro etc.), mas, fundamentalmente, pelas questões ideológicas e políticas. Denunciar o regime de caserna a que estão submetidos os estudantes, lutar contra o autoritarismo e os currículos desligados da realidade do povo. é necessário questionar a qualidade do ensino que nos é ministrado, de modo que possamos, em todas as oportunidades, tornar claro que a política educacional da ditadura está a serviço da burguesia e da manutenção de seus privilégios (MR8,1976:p. 46).

Não limitar-se ao campo acadêmico mais específico, entendendo e explorando a contradição central através de ações e denúncias fez com que o Movimento Revolucionário Oito de Outubro, nos últimos anos da década de 1970 e o início dos anos 1980, obtivesse grande força na condução do movimento estudantil. Os entrevistados são enfáticos em lembrar que atuavam no movimento estudantil sempre relacionando a luta política mais geral com as questões específicas. Agindo

assim, atraíram amplas camadas de massas para o terreno da luta, levando-as a se chocarem com o regime que contrariava seus interesses.

Nós da Medicina, já organizados no MR8, fomos recrutando um monte de gente de outros cursos. Saímos recrutando na Farmácia, na Enfermagem. Foi um espalhamento. Nós éramos muito ativos nesse recrutamento. Fomos capazes de atrair muitos estudantes da UFRJ e de outras universidades. E aí a gente passou a ter um papel e um maior protagonismo político (Entrevista Lígia Bahia: 28.01.2014).

No início da década de 1980, em várias capitais e nas maiores cidades brasileiras, a militância do MR8 controlava as organizações do movimento estudantil. No Rio de Janeiro, os militantes do MR8 chegaram a controlar todos os diretórios acadêmicos da região.

A gente tinha uma atuação muito forte no movimento estudantil. Houve uma época que nós tínhamos a direção do DCE da UFRJ, do DCE da UFF, do DCE da USU (Universidade Santa Úrsula), do DCE da UERJ. Eu me lembro de uma brincadeira que o Chaves fazia quando havia polêmicas e discussões já na reconstrução da UEE (União Estadual dos Estudantes). Para dirimir as dúvidas e decidir a questão, ele falava de brincadeira “Que falem os DCEs”. Ora, a maioria dos DCEs estava ligada ao MR8... (risos). (Entrevista Victor Grabois. 30.01.2014).

Era no processo de reabertura, reorganização e atuação nas entidades estudantis que as disputas pela condução do movimento estudantil tinham lugar. A organização MR8 procurava combater, em cada documento que publicava, na orientação de sua militância e nos grandes encontros de estudantes, aquilo que chamava de “desvios” que dificultavam o trabalho de construção de um movimento estudantil pujante e massivo. Eram desvios de caráter reformista e desvios de caráter doutrinaristas (MR8,1976: p.48). Os primeiros, segundo o MR8, se consubstanciavam nos acordos de gabinete, realizados, longe das massas, na rejeição às mobilizações. Os segundos são os desvios daqueles que com posturas radicalistas, consideram atrasada a luta pelas liberdades democráticas e acham que o movimento deve ser formado pelos politicamente mais conscientes enquanto as massas devem se restringir às questões acadêmicas.

Sobre esse trabalho de luta contra os “desvios” presentes no movimento estudantil, podemos observar o depoimento a seguir.

Nós organizamos aquele ato da PUC que foi muito importante prá aquela geração. Era a luta pelas liberdades democráticas, era a da liberdade de expressão e de organização. No dia 21 de abril, nós fizemos um cartaz com um torturado no pau-de-arara. Colamos isso na universidade toda. Em fim, fizemos muitos atos. Eu tinha uma atuação mais localizada mas, era

nitidamente uma atuação mais política. Uma coisa que não era só sindical. Eu me lembro que o Partidão levava propostas muito sindicais como “vamos lutar pra melhorar as condições da sala”. A gente não. Não era só politizar a luta econômica como Lênin falava, mas a gente tinha uma dimensão de que se precisava fazer política porque a consciência do indivíduos se modificava a partir da denúncia política da exploração, da falta de direitos (Entrevista Victor Grabois. 30.01.2014).

A partir de meados da década de 1980, com a proximidade do fim da ditadura, o movimento estudantil passa por mudanças consideráveis. As entidades federativas dos estudantes são reorganizadas – a UBES, União Brasileira de Estudantes Secundaristas e a UNE, União Nacional de Estudantes. Há considerável refluxo nos movimentos localizados que antes eram dirigidos pelos Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos. As entidades federativas passam a dar a tônica ao movimento estudantil. Os novos estudantes que entram para a universidade já encontram um clima de liberdades democráticas e muitos deles já se interessam pelos programas partidários dos novos partidos políticos criados a partir de 1981. São estudantes filiados ou simpatizantes das novas legendas como o PT e PCdoB. A UNE é reorganizada tendo a presidência ficado com Aldo Rebelo do PCdoB, um militante do PCdoB e a vice-presidência com Marcelo Barbieri que era militante da APML. A segunda gestão manteve na presidência Aldo Rebelo e trouxe para a vice-presidência Luiz Mariano do MR8. A presença de Aldo Rebelo do PC do B marca o início da hegemonia de seu partido na entidade universitária, que se mantém desde então, salvo no biênio 1987-1988. Com o objetivo de ainda mais se fortalecer no movimento estudantil, o mesmo PC do B, em 1984, fundou UJS (União da Juventude Socialista).

Foi justamente nesses meados da década de 1980 que as atuações e a representatividade do Movimento Revolucionário Oito de Outubro sofreu um grande refluxo. Nas eleições localizadas dos principais DCEs e CAs das universidades, as chapas formadas pelos militantes do MR8 eram derrotadas pela militância do PT e do PC do B. Aqueles eram acusados de “chapas da direita”, “chapas da conciliação”, “chapa do PMDB”, tudo em alusão às suas propostas de aliança nacional, construção da frente nacional e participação no PMDB para transformá-lo na frente nacional e democrática.

Uma predisposição para a revolta impelia Etienne à luta do trabalho contra o capital. Que organização simples e grandiosa! Tratava-se da Associação internacional dos Trabalhadores, da famosa Internacional que acabava de ser criada em Londres. Não havia nisso um esforço maravilhoso, uma campanha onde a justiça ia enfim triunfar? O fim das fronteiras, os trabalhadores do mundo inteiro levantando-se, unindo-se para assegurar ao operário o pão que ganha

Emile Zola em *Germinal*

As novas lutas sindicais

Engels quando escreveu o texto *Contribuições à História da Liga dos Comunistas*, em 1885, inicia seu escrito chamando atenção para o fato de que, naquele momento, em que muitos condenavam as táticas e os princípios teóricos dos primeiros momentos do movimento operário alemão, era importante ter-se na memória um fato essencial. Um fato que, em 1885 estava quase esquecido: “o movimento operário de 1885, era, na essência, a continuação do movimento operário alemão daquela época”, que havia sido, “de um modo geral, o primeiro movimento operário internacional” (ENGELS. 1976: p.181). Do seu seio saíram, segundo Engels, muitos dos homens que iriam ocupar postos de direção na Associação Internacional dos Trabalhadores (1976: p.181).

Engels segue lembrando que foram as mudanças no curso dos acontecimentos que modificaram o caráter da nova Liga. Lembramos aqui essa passagem de Engels para nos ajudar a melhor compreender os movimentos de trabalhadores que tiveram lugar no Brasil do final da década de 1970 e início da década de 1980. Esse era o período do chamado “novo sindicalismo”. Período em que, à exemplo do que ocorrera na Alemanha citada por Engels, se tecia críticas e se condenava as táticas e os princípios teóricos do que chamavam de “velho sindicalismo”. Travava-se nos meios sindicais, especialmente, do estado de São

Paulo, seguido de Minas Gerais e São Paulo, uma disputa acirrada da memória do sindicalismo. Os novos sindicalistas, gestados após o golpe de 1964 que instalou a ditadura no país, criticavam os métodos do velho sindicalismo que afirmavam estar atrelado ao Ministério do Trabalho. Esses novos sindicalistas entendiam-se como uma ruptura diante do antigo. Os que permaneciam na direção dos sindicatos desde os movimentos sindicais que antecederam a interrupção do Estado democrático brasileiro, em sua grande parte militantes do Partido Comunista Brasileiro, consideravam-se continuadores de uma memória do movimento sindical. Consideravam-se continuadores da memória de um sindicalismo que trouxera consideráveis vitórias aos trabalhadores brasileiros, mesmo estando limitados pelas amarras colocadas em 1932 pelo estado Vargasista e as limitações impostas pela ditadura.

Em novembro de 1975, em meio a estas disputas de então que classificavam e colocavam de um lado o sindicalismo anterior a 1964, como conciliador com os setores dominantes e, de outro lado, novos sindicalistas defensores dos interesses dos trabalhadores; o Movimento Revolucionário Oito de Outubro elaborou um documento sobre o movimento sindical. Foi publicado em janeiro de 1976 na revista *Brasil Socialista* com o título de Resoluções sobre o Trabalho nos Sindicatos – Ativo Operário do MR-8. Neste documento, a organização procurou apresentar os sindicatos como primeiros instrumentos de defesa dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Nele há também um histórico, relativamente aprofundado, da história do movimento sindical brasileiro, desde as primeiras lutas das associações operárias do final do século XIX, passando pela organização da greve de 1917, até os movimentos vividos após o golpe de 1964.

O Ativo constituiu-se numa chamada da militância do MR8 para que esta passasse a atuar de forma efetiva e organizada nesta que era considerada uma das mais importantes frentes de massa - o movimento operário. Chamava sua militância para atuar na construção do chamado “novo”, sem, no entanto desprezar a memória de combatividade dos sindicalistas que, a despeito da dominação e controle sobre eles exercidos, resistiram aos “trancos e barrancos”. Tecia também críticas aos que, se perpetuavam nos cargos sindicais e como pelegos impediam a livre organização da classe trabalhadora. O MR8 falava em todos os seus documentos da necessidade de construção de sindicatos livres e autônomos. Considerava que os

sindicatos para cumprirem suas funções de representar a classe operária brasileira deveriam lutar contra toda e qualquer tentativa de controle exercida pela burguesia ou pelo Estado que a representava.

A classe operária, na sua luta sindical, deve gozar de autonomia para determinar o caminho a seguir baseada única e exclusivamente nas suas necessidades e anseios. Isso possibilita que a classe, no curso de sua luta, desenvolva uma consciência de classe, eleve o seu nível de organização e combatividade. Sem autonomia, os sindicatos, enquanto órgãos constitutivos e representativos do proletariado correm o risco de desvios no seu desenvolvimento e na sua luta (MR-8. 1976a: p.31-2).

Dessa forma, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro, em 1976, colocava-se ao lado de dos que construía uma memória do movimento sindical anterior a 1964 como a memória de um período de oficialização dos sindicatos, dirigidos em sua maioria, por operários ligados ao Partido Comunista que, segundo o MR8, possuía uma orientação profundamente errada. O MR-8, somando-se às outras organizações da esquerda revolucionária, concluía que “a história do movimento operário até o golpe de 64 era a história da defesa de um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo e independente do imperialismo para o Brasil” (MR-8, 1976a:p.37). O MR8 seguia, afirmando que esse projeto defendido pelos sindicalistas ligados ao Partido Comunista tratava-se de um projeto que a própria burguesia já abandonara e, insistir no mesmo, seria um erro de fundo que desarmaria a classe operária.

Quando a própria burguesia já está em processo de assumir a opção possível para a manutenção do capitalismo no país, através da estreita integração com o imperialismo, o PCB e o movimento sindical se alçam como sustentáculos de um projeto, cujo maior interessado já abdicou – a chamada burguesia nacional (MR-8, 1976a: p.37).

Observe-se que, essa avaliação feita pelo Movimento Revolucionário Oito de Outubro ocorria em momentos próximos à realização do I Congresso da organização que teve lugar no segundo semestre de 1976. Cabe aqui essa observação porque naquele momento, o MR8 tinha como proposta a construção de um Governo Revolucionário dos Trabalhadores formado pela classe operária e setores da pequena burguesia. Fazia, na época, severas críticas ao que chamava de uma política moderada que se expressava nos apelos à uma união nacional, nos moldes propostos pelo PCB.

As orientações para a militância do movimento sindical eram as seguintes: atuar nos sindicatos mesmo esses estando atrelados ao Ministério do Trabalho e

trabalhar para a construção de sindicatos autônomos e livres pertencentes a uma estrutura sindical independente. Com esta proposta, nesses momentos iniciais das lutas sindicais do ABC, o MR8 procurava marcar uma posição de distanciamento das propostas dos sindicalistas do PCB que pregavam uma união nacional e uma constante conciliação. Mas também, diferentemente das organizações que considerava mais afoitas e radicalizadas, o MR8 não aceitava a criação de Comissões de Fábrica, de forma indiscriminada, em detrimento das disputas pelos sindicatos ocupados pelos pelegos. Propunha que sua militância se relacionasse com o sindicato oficial objetivando a transformação da estrutura sindical oficial e participasse das comissões operárias situando-se como um corpo oposicionista às diretorias pelegas.

Criar e fortalecer as Oposições Sindicais é necessário, pois, elas alimentam os debates, denunciam manobras, corrupções, etc, arregimentam em torno de si uma ampla parcela de operários com espírito combativo e discordantes da atual linha sindical, conscientizando e esclarecendo com suas intervenções, ganhando a iniciativa à frente das atuações, etc. (MR-8, 1976a: p.46).

O entrevistado Lindolfo, militante do MR8 no movimento sindical em São Paulo, quando indagado sobre suas atuações, assim apresenta suas memórias

1978 foi o ano de início da luta das oposições sindicais em São Paulo. Eu fazia parte da oposição sindical das indústrias químicas, e trabalhava na Gessy Lever. Fizemos o evento do primeiro de maio de 1978 organizado pelas oposições sindicais, na cidade de Osasco e neste evento ficou decidido a paralisação de inúmeras fábricas em São Paulo. Em junho algumas greves aconteceram em São Paulo, e nós paralisamos a Gessy Lever. Ficamos três dias em greve e conquistamos aumentos salariais de vinte por cento para os trabalhadores. Havia uma Comissão de fábrica que era composta pelos companheiros Francisco, Durval, Marinho e Maurício. Particpei durante a campanha salarial na Comissão de Negociação dos Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria Química e Farmacêutica de São Paulo. (Entrevista Lindolfo Corrêa. 21.07.2011).

Somente, a partir de 1980, ocorrerá um deslocamento de posições e reelaboração de novas propostas para a atuação no movimento sindical por parte do MR8. Esse deslocamento ocorrerá a partir da implementação das discussões que antecederam o III Congresso da organização quando foi elaborada a proposta da transformação do PMDB em uma frente nacional. A militância do Movimento Revolucionário Oito de Outubro passa a integrar o grupo de sindicalistas que até então vinha combatendo. Santana, procurando identificar os novos atores que surgiam no campo do chamado novo sindicalismo como um bloco que se

contrapunha ao PCB, ou seja que se conformavam como oposições sindicais, assim os separa e classifica:

No campo “novo” integravam-se membros de grupamentos de esquerda egressos ou não da luta armada, setores ligados à militância católica e lideranças sindicais que visavam uma postura mais incisiva na luta pelas reivindicações de seus liderados, ainda que tivessem que enfrentar a dura legislação da ditadura. Em outro campo, encontramos o PCB e os setores mais conservadores do movimento sindical. A estes se juntarão, mais tarde, o PCdoB e o Movimento revolucionário Oito de Outubro (MR-8) (SANTANA, 2001:p.182).

A inclusão do Movimento Revolucionário Oito de Outubro entre os partidários do conservadorismo se dá talvez muito mais pela observação do autor sobre as movimentações dos militantes da organização quanto às questões da reorganização partidária do que sobre as atuações relativas às lutas sindicais.

Todo atuação dos trabalhadores paulistas, naquele período, colocava, de forma bastante, evidenciada as disputas que ocorriam no seio do movimento. Posições diferenciadas que se davam não, basicamente, com relação à condução do movimento sindical, mas sim, devidas às questões partidárias. Nascia e crescia, na região do ABC ¹², após o fim do bipartidarismo que fora imposto pela ditadura, a ideia de que os trabalhadores brasileiros deveriam ter seu partido político independente e forte que seria um Partido de Trabalhadores para defender seus interesses no parlamento. Tal idéia começava a aglutinar setores e a estabelecer um novo quadro no cenário do movimento sindical espalhando-se para outras frentes dos movimentos sociais. Ao analisar a proposta de criação de um partido dos trabalhadores, surgida a partir das movimentações no ABC paulista, desta vez, Santana observa que isso envolveu novas tomadas de posição no interior do movimento sindical

O surgimento do partido do PT, ainda que fosse só uma idéia, já começava a abrir os espaços para a disputa de hegemonia entre os partidos de esquerda não só acerca da “verdadeira” representação dos interesses políticos dos trabalhadores, mas também no próprio interior do movimento sindical, no qual, a partir da criação do partido, se coroa um quadro de separações e aproximações de posições (SANTANA, 2001:p.195).

Até ali, o movimento sindical que sempre fora dirigido pelos comunistas, via-se, diante de uma nova situação que se apresentava com a expressão “sindicalistas autênticos”. Eram os chamados sindicalistas autênticos que propunham um partido

¹² ABC paulista convenção para designar as cidades industriais de Santo André, São Bernardo e São Caetano, que foram palco do chamado “novo sindicalismo”.

dos trabalhadores. Logo, passou-se a identificar, no movimento sindical paulista duas posições relativas à questão partidária. Uma que propunha o fortalecimento das oposições em torno do MDB e outra que propunha a organização de um PT. A primeira era defendida por Joaquinção, o Joaquim dos Santos Andrade, presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, representante do velho sindicalismo, chamado por todos de pelego. A segunda era defendida por Lula, Luiz Inácio da Silva, presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, representante do novo sindicalismo.

Por defender a proposta de transformação do MDB e posteriormente, do PMDB em uma frente popular, nacional e democrática, o MR8 alia-se, logicamente aos setores que visam o fortalecimento do MDB e posteriormente do PMDB. Passava assim, ironicamente, para o lado do Joaquinção.

Militantes do Movimento Revolucionário Oito de Outubro, em suas memórias relativas aos episódios das lutas sindicais daquele período, afirmam que mesmo quando formavam ao lado de Joaquinção, isso se dava por uma necessidade de fortalecer o MDB e posteriormente o PMDB. Afirmam que a militância do MR8, mesmo quando atuava ao lado de setores mais atrasados, fazia isso com o objetivo de trazer esses setores atrasados para o campo progressista, democrático e popular. Afirmam que nunca foi deixada de lado pela militância do MR8, uma postura incisiva nas lutas pelas reivindicações dos trabalhadores e que, para isso, enfrentaram, em vários momentos, a legislação e os organismos da repressão. A militância do MR8, na memória dos militantes que atuaram no movimento sindical é de constante defesa dos interesses dos trabalhadores e formação de uma frente nacional e democrática que derrubasse a ditadura. Defendiam essa proposta de forma firme e aguerrida e destemida diante da legislação ditatorial, como afirmam em suas entrevistas.

Interessa-nos, aqui, mais uma vez, analisar essa disputa de memórias relativa à combatividade ou não da militância do Movimento Revolucionário Oito de Outubro no movimento sindical. Consideramos que são disputas de projetos políticos, disputas por poder e hegemonia que ainda estão presentes nas memórias hoje construídas. As memórias apresentadas nos informam que as lutas travadas em São Paulo, na capital e em especial na região do ABC, se irradiaram para outras cidades

brasileiras. O movimento sindical tomou grande expressão, não somente nas questões específicas do movimento como na luta pelo retorno das liberdades democráticas ao país e fim da ditadura.

Nossa atuação teve repercussão no Rio de Janeiro, houve a eleição do Marcos Carvalho para vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Lembro que na segunda eleição dos metalúrgicos, atuei no bairro de Campo Grande. Estive nos estaleiros que haviam naquela região. Tivemos uma atuação grande no Movimento Sindical em Minas Gerais, no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. O partido atuou em sindicatos de Pernambuco e do Rio Grande do Sul. No Sindicato de Pernambuco havia uma mulher na liderança, a Dulcinéia do MR8. Tivemos no MR8 as lideranças do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil de Pernambuco (Entrevista Lindolfo Corrêa. 21.07.2011).

Em agosto de 1981, em Praia Grande, São Paulo, realizou-se a primeira Conferência das Classes Trabalhadoras - CONCLAT. Lá estiveram representadas as várias forças atuantes do sindicalismo. A conferência contou com representação de sindicatos urbanos e rurais, associações de funcionários, associações pré-sindicais, federações de sindicatos urbanos e confederações sindicais, totalizando 1.126 entidades e 5.247 delegados. Estiveram reunidos na Conferência e participando de forma unitária, setores da pequena burguesia e a classe trabalhadora e as discussões não se deram somente no plano econômico já que, o principal ponto aprovado foi o “Plano de Salvação Nacional” cuja elaboração teve uma marcante contribuição das lideranças do MR8 de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Sobre os trabalhos para elaboração do Plano de salvação Nacional e organização da primeira CONCLAT, o entrevistado apresenta suas memórias:

Fizemos uma primeira reunião com todas as correntes, foi uma tentativa de evitar a fragmentação do Movimento Sindical. Foi um processo bastante complexo, pois tinha o pessoal da direita, e tinha um pessoal meio esquerdista que queria algo separado. A primeira CONCLAT, Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, conseguiu ser unificada, mas um pouco depois cada corrente preferiu montar sua central, a primeira foi a CUT. Em seguida montamos a CGT, depois teve uma luta, pois queriam tomar a CGT. Por fim, nós Mantivemos a CGT até hoje (Entrevista Jorge Venâncio: 18.07.2011).

Já em meados dos anos 1980, as atuações do MR8 no movimento sindical irão sofrer revezes. Em São Paulo, lideranças importantes do movimento, discordando das propostas ligadas à construção da frente nacional, atuação no PMDB e formação de alianças com setores conservadores, afastam-se da organização. Lideranças dos sindicatos do Rio de Janeiro como Sindicato dos Petroleiros, Sindicato dos Bancários, deixam as fileiras do MR9. Muitos buscam o

PCB e alguns o PT. Vê-se então a franca diminuição das atuações do MR8 em mais essa frente dos movimentos sociais.

Essa redução das atuações do MR8 apresenta-se nas narrativas de hoje como verdadeiras disputas de memórias. São falas que denotam dúvidas e se expressam com perguntas, silenciamentos, sorrisos, reticências que mostram as preocupações dos entrevistados relacionadas à dúvida sobre que memória devem enquadrar sobre as atuações do MR8 nos movimentos sindicais. A memória de uma militância aguerrida que na campanha para as eleições da chapa 4 no sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro entoava o *jingle* “Vote Chapa Quatro, prá deixar o patrão de quatro” ou a memória de uma militância que algumas vezes se aliou e formou chapas com os setores mais atrasados e aliados aos patrões para derrotar o pessoal do PT? Que conflito! Que contradição! O Movimento Revolucionário Oito de Outubro atuou no movimento sindical com esses conflitos, com essas contradições que se atualizam nas narrativas apresentadas por sua antiga militância, tendo ela permanecido ou se tornado dissidente da organização. Memórias que disputam espaço na determinação daquilo que querem enquadrar.

Um aspecto importante da história dos movimentos populares é aquela que as pessoas comuns se lembram dos grandes acontecimentos, em contraste com aquilo que seus superiores acham que deveriam se lembrar, ou com o que os historiadores conseguem definir como tendo acontecido; e na medida em que convertem a memória em mito, como tais mitos são formados.

Eric Hobsbawn

O Movimento de Moradores

O sociólogo espanhol Manuel Castells, na introdução de seu livro *Cidade, Democracia e Socialismo – a experiência das associações de vizinhos de Madri*, explica que, talvez uma das transformações mais significativas e mais inovadoras que precederam a conquista da liberdade no Estado espanhol tenha sido o aparecimento e desenvolvimento, na última década do franquismo, de uma série de lutas reivindicativas, formas associativas e expressões culturais nos bairros de todas as grandes cidades do país. Esse movimento que Castells chama de movimento cidadão eram “formas de reunião, de atividades e de expressão, que iam negando, praticamente dia a dia, o silêncio imposto pela repressão policial e a passividade a que tendia uma sociedade baseada na ausência da democracia” (CASTELLS, 1980: p.13-4).

Este processo identificado por Castells, de intenso movimento dos moradores das cidades na sua luta por associar-se para reivindicar bens e serviços nas cidades, nos momentos que precedem o retorno à ordem democrática foram vivenciados também em nosso país, a partir de meados da década de 1970. Foram os movimentos de moradores exigindo principalmente habitação digna, bens e serviços nas cidades.

Para compreender melhor esse movimento dos moradores das cidades brasileiras é necessário que se observe as suas causas, as suas ações e as suas

contradições. De uma forma breve, verificamos como causas aspectos econômicos e políticos que compõem e acirram a crise urbana. Entendendo-se como crise urbana a crescente incapacidade do capitalismo para assegurar a produção e a distribuição e gestão dos meios necessários à vida da cidade como moradia, transporte, saúde, educação. A crise urbana advém da lógica capitalista que, em países periféricos como o nosso ainda necessita da concentração espacial dos trabalhadores nas cidades e em áreas metropolitanas de grandes dimensões. Essa concentração de trabalhadores acarreta a necessidade de moradias e serviços urbanos que o capital privado não atende já que os mesmos não produzem lucros. O capital privado somente oferece esses meios aos setores mais abastados, quando transforma o atendimento à essas necessidades em atividades rentáveis. É o caso do mercado imobiliário para classe média alta e classe alta, o mercado do ensino particular, o mercado dos planos de saúde e hospitais privados. O capital, no atendimento a esses setores, mesmo obtendo lucros exorbitantes, muitas vezes, em sua ganância e buscando redução de custos, também presta a esses setores serviços que deixam a desejar.

O Estado intervém na tentativa de resolver a crise oferecendo serviços aos moradores das cidades não atendidos pelo capital privado e procurando fiscalizar os serviços prestados pelo capital privado. No entanto, por seu caráter de classe, o Estado concentra seus investimentos nas funções necessárias ao bom funcionamento do capital e, minimamente, ao necessário para a reprodução da classe trabalhadora. Devido a essas causas, os serviços se tornam, cada vez mais, deficitários. Em conjunturas de repressão política, como a dos primeiros anos da ditadura instalada em 1964, os moradores das cidades, impedidos de reclamar bens e serviços, mantiveram-se calados diante da crise urbana

As ações dos moradores, no sentido de organizar-se coletivamente para reivindicar melhores condições de moradia, melhores serviços urbanos se deram em sintonia com outros movimentos sociais como a luta dos trabalhadores em seus sindicatos, as lutas do movimento estudantil, a luta do movimento de mulheres.

O terceiro ponto que observamos, além das causas e das ações do movimento de moradores são as contradições inerentes ao movimento. Especialmente, nas grandes cidades brasileiras, encontramos o movimento de

moradores dos anos 1970 e 1980, reunindo setores de várias classes sociais. Das associações de bairros, muitas vezes, participavam moradores de grandes condomínios, moradores de apartamentos de classe média e moradores de conjuntos habitacionais ou favelas. Por vezes, apresentam-se nessas relações alguns conflitos de interesses como moradores a favor de remoções de favelas ao lado dos que reivindicavam a transformação das favelas em bairros populares. Outra grande contradição está no fato de que o movimento de moradores, ter na sua essência o caráter coletivo e potencialmente anticapitalista já que reclama moradia, transporte, saúde, educação que não podem ser resolvidos a partir da perspectiva capitalista do lucro. Essas contradições, longe de invalidarem o movimento de moradores daquele período, pelo contrário, tornou-o uma das mais potentes frentes de luta contra a ditadura, já que reunia setores de diferentes classes sociais.

O movimento de moradores das cidades, ao lado de suas reivindicações, estavam colocando em prática algo que há quase quinze anos lhes impediram de exercer, que era o livre direito de reunir-se, de associar-se e expor seus anseios. E a militância do Movimento Revolucionário Oito de Outubro disputou e ocupou espaços na condução desse movimento dirigindo associações e federações de bairros e de favelas em várias cidades brasileiras e participando da direção da Confederação Nacional de Moradores, a CONAM,

Nas principais cidades e capitais do país, moradores procuravam se organizar em Associações de bairros, de mutuários de conjuntos habitacionais e de favelas. Reivindicavam, principalmente, a urbanização e melhores serviços públicos. Lutavam também contra os aumentos das prestações de imóveis adquiridos através do Sistema Financeiro de Habitação. As Associações de Moradores organizavam manifestações, caravanas e comissões que iam até os organismos de governo para terem seus direitos ouvidos e respeitados.

O MR8 orientava sua militância, em todos os locais onde tinha atuação, no sentido de organização dos movimentos de moradores nas grandes cidades e capitais. Militantes que saíam do movimento estudantil por terem terminado sua formação, além de atuarem nos diretórios do MDB e, posteriormente, PMDB, eram orientados para a atuação no movimento de moradores de bairros ou como

assessores no movimento de moradores de favelas. É o que relembra o entrevistado.

Eu era do movimento estudantil e ao entrar para o MR8, eu saí do movimento estudantil e fui transferido prá Belfor Roxo e fiz um trabalho no Curral das Éguas, uma favela. Era prá trabalhar pelo crescimento do movimento favelado. O MR8 fez mudar o meu tipo de atuação, passei a atuar no movimento de favelas (Entrevista Marco Antonio, 19.02.2014).

O movimento de moradores teve a questão de moradia como demonstrador das precariedades impostas à uma grande parcela da sociedade brasileira. Ele conseguiu articular as experiências populares de várias opressões vividas pelo conjunto da população, em espaços diferenciados, e deixar em evidência as condições vigentes no país. O direito à moradia, mais do que o direito aos serviços públicos ainda era, nas décadas de 1970 e 1980, a principal reivindicação do movimento de moradores das grandes cidades brasileiras e áreas metropolitanas. O padrão de ocupação dessas áreas sempre fora marcado por profundas desigualdades sociais.

Por falta de condições muitos trabalhadores, desde o final do século XIX, passaram a habitar as favelas, áreas precárias em urbanização e estiveram sempre sujeitos aos processos de remoção. Desde a década de 1950, os moradores de favelas das grandes cidades brasileiras iniciaram um processo associativo reivindicatório de seu direito à cidade. Obtiveram consideráveis vitórias relativas à sua permanência no lugar. No entanto, a ditadura, não somente interrompeu esse processo associativo como acirrou as péssimas condições de vida dessas populações com o arrocho salarial e a negativa em oferecer serviços urbanos à população favelada.

A militância do Movimento Revolucionário Oito de Outubro foi atenta a essas questões e se tornou, entre os militantes da esquerda revolucionária, os que mais atuaram, nas décadas de 1970 e 1980, na reorganização das comunidades faveladas em várias cidades brasileiras. Nessa tarefa, teve como aliado os setores da Igreja Católica que, a despeito de procurarem harmonizar as cidades, evitando conflitos entre as classes, esteve presente no trabalho de impedir remoções, impedir reintegrações de posse aos que se diziam proprietários de terrenos ocupados por favelas e também esteve presente nas ações de reivindicação dos serviços urbanos para as favelas. Era associativismo para fazer frente ao Estado opressor e violento.

Nas memórias da liderança do movimento de moradores de São Paulo, Lídia Corrêa esse foi um período rico de sua atuação política e procura ressaltar o papel, que considera muito importante, do MR8, neste processo.

Tive uma boa atuação no Movimento de Bairro e da Associação de Moradores. Realizamos congressos memoráveis, fizemos o CONAN, fizemos o Show Brasil que foi um marco na luta contra a ditadura. O movimento comunitário teve um papel importante. Acredito que tivemos um papel chave nesse movimento, pois fortalecemos as organizações populares, as associações de moradores. Buscávamos reivindicações, cobrávamos mais recursos para o povo (Entrevista Lídia Corrêa, 21.07.2011).

É neste contexto que encontramos o trabalho de uma grande liderança dos movimentos sociais e importante quadro do Movimento Revolucionário Oito de Outubro, Irineu Guimarães. Morador da favela do Jacarezinho, Irineu iniciou sua participação política, no movimento sindical, sob a influência do Partido Comunista Brasileiro, ainda na década de 1950.

Em meados da década de 1970, em meio a contendias que mantinha com os políticos que queriam dominar a favela do Jacarezinho, transformando seus moradores em seus eleitores cativos, Irineu Guimarães entra em contato com os militantes do MR8. Estes já freqüentavam a favela desde o início de 1971, primeiro com o objetivo, de formar militantes para a luta armada e posteriormente para organizar os movimentos sociais. Já nestes primeiros contatos, como nos informou em entrevista, Irineu Guimarães interessou-se pela forma de atuação dos militantes daquela organização. Começou a frequentar as reuniões e a organizar, junto com outros moradores a forma de atuar no movimento de favelas no Rio de Janeiro como um militante da organização Movimento Revolucionário Oito de Outubro. Participou do II Congresso da Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG) como delegado da favela do Jacarezinho e tornou-se presidente da Associação de Moradores da favela do Jacarezinho.

Sob a orientação do MR8, Irineu Guimarães se aproximou da entidade federativa dos favelados do estado, a FAFERJ, e observou, junto com outras lideranças dos favelados, que a mesma não estava mais representando, efetivamente, os favelados. Havia se tornado uma entidade cartorial que temendo a repressão imposta pelos organismos da ditadura, optara por calar-se e conciliar quando os conflitos se apresentavam. Uma tarefa se impunha naquele momento:

reorganizar a que passara a chamar-se, devido à fusão do estado da Guanabara ao Rio de Janeiro, de FAFERJ (Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro)

Em 1978, sob a orientação do MR8, Irineu lidera um movimento formado por presidentes de associações de moradores que com o apoio da Igreja Católica, que ofereceu suporte jurídico com os advogados da Pastoral de Favelas, Sobral Pinto e Bento Rubião, tornou-se vitorioso. A vitória era a retomada do caráter da FAFERJ como organização defensora dos interesses dos favelados.

A FAFERJ ganha grande visibilidade juntando-se a outras organizações dos movimentos sociais que tinham o objetivo comum de romper com os esquemas populistas do passado criando formas comunitárias de participação que colaborassem para o fim da ditadura militar e do grande arrocho salarial da política econômica em vigor (SANTOS, 2009:29).

Referindo-se a esse momento o professor Burgos afirma que

A partir de 1979, ocorre uma retomada do dinamismo da vida associativa no país, e nesse momento as associações de moradores adquirem especial relevância. No caso das favelas do Rio de Janeiro, é de se notar o surgimento de uma dissidência da FAFERJ, sendo os termos do debate estabelecido com a FAFERJ oficial, bastante elucidativos da tensão que começa a se estabelecer entre a lógica clientelista conformada nos anos 70 e as alternativas que começam a ser vislumbradas (BURGOS, 1998:40).

Nilton Gomes Pereira, o Diquinho, liderança do MR8 que participou ativamente da reorganização da FAFERJ, apresenta as seguintes memórias sobre o processo de reorganização da entidade.

Logo assim que entrei (na Associação de Moradores da Favela Joaquim de Queirós) fui ser diretor de patrimônio, e me destaquei bastante lá dentro. Aí conheci o Irineu Guimarães, e já conhecia o pessoal do MR8 que estava assessorando a luta da retomada da FAFERJ, uma vez que houve uma decadência da Federação após o golpe militar, já que prenderam grande parte das pessoas que eram das lideranças, e algumas recuaram, pois a ditadura estava prendendo e torturando. A FAFERJ foi criada em 1963, e no ano seguinte foi perseguida pela ditadura. Um grupo da Federação foi dominado pelo Chagas Freitas do ano de 1964 a 1977, o Chagas pertencia ao grupo de direita da política do Rio de Janeiro. Nós criamos um grupo para retomar as lutas da FAFERJ, tínhamos o objetivo de conquistar o direito de moradia, e de urbanização das favelas, até porque a Fundação Leão XIII tinha a lei 6.313 que dizia que era proibido construir casa de alvenaria nas favelas. A gente começou a lutar contra essa lei, pois uma lei que proibia construir casas com tijolos é uma lei indigna. Não adiantava ter uma Federação cujos dirigentes eram dominados pela política do governador, que por sinal não queria nem saber das áreas ocupadas pelos favelados e, naquele ano, 1979, já havia cerca de quinhentas favelas. Participamos dessa luta juntamente com a Pastoral de Favelas, as reuniões aconteciam na Igreja de Salete lá no Catumbi (Entrevista Nilton Gomes Diquinho: 3.09.2007).

Arnaldo José dos Santos, outra liderança do MR8, relembra dos companheiros que iniciaram o processo de reorganização da FAFERJ.

Começamos a conversar, trocar idéias, e o Jacarezinho tinha uma Associação de Moradores atuante, que era presidida pelo Irineu. Tínhamos como aliado o Diquinho da favela Joaquim de Queiroz em Ramos, e começamos a contatar outras lideranças, conhecemos o pessoal da Igreja, principalmente da Igreja da Salete que fica no Catumbi. A partir daí começamos a desenvolver reuniões que não eram clandestinas, mas fazíamos com um certo cuidado. Elas aconteciam basicamente na Igreja da Salete e inúmeras lideranças participavam como, por exemplo, o Duque que era do Vidigal, o Lúcio de Paula Bispo lá do Chapéu Mangueira, o Etevaldo que era do Catumbi, o Irineu, o Diquinho, José Arimatéia, o Lira e o Ivanzinho que eram do Borel, e eu que era da Vila Proletária. E foi disseminada a informação de que havia um grupo de favelados se reunindo para fazer alguma coisa em prol das favelas, para melhorar principalmente as condições de moradia dos habitantes. Com isso, formou-se um núcleo muito forte que foi se adensando, e crescendo cada vez mais, e a partir daí foi criado o movimento de recuperação da FAFERJ (Entrevista Arnaldo José dos Santos, 02.05.2008).

Paralelamente ao processo de reorganização da FAFERJ, ocorria também, em 1979, o II Congresso do Movimento Revolucionário Oito de Outubro que reafirmava os antigos objetivos da organização, analisava a conjuntura nacional e internacional e traçava nova tática para o movimento operário e popular no país. Com relação a essa tática, determinava o MR8 que, por ser preciso estimular o campo popular na luta contra a ditadura, era preciso realizar composições políticas e ações conjuntas com órgãos do governo e com setores da burguesia nacional que possuíam contradições claras com os interesses do capitalismo internacional e desejavam o fim da ditadura.

É preciso, pois, estimular vigorosamente um crescimento impetuoso do campo popular na luta contra a ditadura. Sabemos que hoje setores da burguesia ainda participam, com vacilações e inconseqüências, do campo da luta democrática. Isso deve ser levado em conta em nossa política e, ao mesmo tempo em que denunciemos as ambigüidades da oposição burguesa, devemos estar prontos a concluir com estes setores, no momento atual, todos os acordos que se fizerem necessários e úteis ao crescimento da luta pela derrubada revolucionária da ditadura. (MR-8 1980:p.49).

Como o processo de reorganização da FAFERJ foi liderado por setores da esquerda revolucionária e parte da Igreja Católica progressista, as atividades da organização passaram a ser alvo dos organismos da repressão. Estes passaram a exercer “uma vigilância constante às atividades da FAFERJ” (SANTOS, 2009: 123).

O entrevistado Arnaldo José dos Santos, diretor da FAFERJ entre 1979 e 1983 nos forneceu cópia da certidão de dados existentes nos fundos SNI baseados

nos dossiês organizados sobre suas atuações políticas. Esse documento apresenta um relatório elaborado pelo III COMAR (Terceiro Comando da Aeronáutica), com sede no Rio de Janeiro O assunto: as ligações do investigado com o que consideravam “processo subversivo”. Do texto consta a seguinte informações sobre o pertencimento das lideranças da FAFERJ às organizações da esquerda revolucionária (SANTOS, 2009: :

A liderança na FAFERJ vem sendo dividida entre as organizações MR8 e PCB. Sua atual direção é composta por: presidente IG, MR8; vice presidente, LPB, PCB; secretário geral, AJS, MR8; primeiro diretor de divulgação, NGP, MR8; segundo diretor de divulgação, RMP, PCB; segundo tesoureiro, JAC; MR8, presidente da mesa, AS, ACO; e, presidente do conselho fiscal JL, PCB ¹³ (SNI/CGI/CSN 07.07.2008: p,2).

O entrevistado, Irineu Guimarães, informou-nos também que ao impetrar um *habeas data*¹⁴ tivera conhecimento da extensa lista de situações de sua vida pessoal e política que foram observadas e fiscalizadas pelos serviços de inteligência da ditadura militar, tudo por conta de suas atividades como presidente da FAFERJ e militância no Movimento revolucionário Oito de Outubro..

Após o processo de reorganização da FAFERJ em 1979, a militância do MR8, no movimento de favelas deu início a uma intensa campanha que tinha como principal palavra de ordem “Pela Transformação das Favelas em Bairros Populares”. Esse foi o lema que norteou o trabalho que se desenvolvia em torno da entidade federativa dos favelados.

As redes construídas, as campanhas desenvolvidas, os encontros de favelados e o IV Congresso de Favelas de 1984, todos tinham como objetivo a extensão do direito à cidade aos moradores das favelas através da obtenção de políticas públicas relacionadas à urbanização. O movimento de moradores de favelas rejeitava veementemente qualquer prática remocionista.

¹³As siglas constantes dos documentos referem-se aos nomes e sobrenomes dos diretores da FAFERJ e das organizações políticas as quais eles pertenciam: IG – Irineu Guimarães, LPB – Lucio de Paula Bispo, AJS – Arnaldo José dos Santos, NGP – Nilton Gomes Pereira, JÁ – José de Arimatéa Campos AS – Altamiro Silva da ACO – Ação Católica Operária, JL, José Lira.

¹⁴*Habeas data*: Ação constitucional que pode ser impetrada por uma pessoa física para tomar conhecimento ou retificar as informações a seu respeito, constantes nos registros e bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público (Art. 5º, LXXII, "a", Constituição Federal do Brasil de 1988).

Das redes criadas pela FAFERJ, durante o processo de reorganização de 1979, os contatos feitos com os alunos recém-formados das faculdades de Direito e de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, grande parte deles, militantes do MR8, resultaram os Departamentos Jurídico e Médico da entidade federativa. Os jovens advogados e médicos, saídos do Movimento Estudantil, no qual militavam como quadros ligados ao MR8, desejosos de contribuir com seu conhecimento profissional para a realização de transformações na sociedade, assessoravam a diretoria da FAFERJ e os presidentes das Associações de Moradores num misto de profissionalismo e trabalho político. Esses profissionais constituíam-se em nós importantes no enredamento que se formara com objetivos comuns, relacionados às transformações sociais e, mais imediatamente, ao fim da ditadura militar. Somavam-se à luta contra o remocionismo e pela transformação das favelas em bairros populares.

O fim das remoções e a realização de obras de urbanização das favelas sempre foram as principais palavras de ordem da FAFERJ. A entidade organizativa lutava pelas alternativas aspiradas por todos os habitantes das favelas que desejavam ver resolvidas as questões da propriedade da terra e o oferecimento de bens e serviços como ocorria nas demais áreas urbanizadas da cidade. Esteve claro, para o conjunto de favelados da cidade e para a entidade federativa dos favelados, principalmente após o trabalho político desenvolvido nas favelas do Rio de Janeiro, a partir de 1979, que a urbanização não acontecia pela falta de vontade política dos governantes e incompetência dos que não estavam comprometidos com a questão da habitação das classes populares. Sabiam que sanadas essas dificuldades, a urbanização aconteceria. Algumas comunidades até mesmo antecipavam-se aos arquitetos e procuravam traçar o desenho de suas ruas e becos, construir caixas d'água, ligar suas redes de esgoto às redes da área urbanizada etc.

A FAFERJ reorganizada após 1979, sob a orientação da militância do MR8, trouxe um novo vigor para o movimento dos favelados da cidade. As ações FAFERJ levaram ao crescimento do associativismo nas favelas da cidade. “O salto verificar-se-ia no ano de 1979, ano em que se observa a mais alta proporção de Associações criadas, em relação a todos os períodos em que se pode subdividir a história destas organizações”. (DINIZ, 1982:p.140). As Associações de favela e a FAFERJ

explicitavam em todas as suas ações que estavam dispostas a lutar pelo direito de “transformar as favelas em bairros populares”, ou seja, pela urbanização das favelas.

Nessa relação de poder, o nível de organização dos setores favelados certamente influenciou os governantes e como resultado, teve lugar uma reorientação da política governamental para a questão favela. Os anos 1980 inauguram-se com o predomínio de políticas favoráveis à urbanização de favelas. O primeiro plano apresentado partiu do governo federal, foi o Promorar. “Organizado em 1979 pelo BNH, tinha por objetivo recuperar as faixas alagadas habitadas, pretendendo, com a valorização das áreas assim conquistadas, recuperar os investimentos feitos com a venda dos terrenos remanescentes” (BURGOS,1998:p.56). O primeiro programa executado pelo Promorar foi o Projeto Rio que realizou o aterro das áreas ocupadas pelas palafitas, ao longo da Avenida Brasil, no bairro de Bonsucesso. As favelas que passaram pela urbanização foram Parque União, Rubens Vaz, Nova Holanda, Baixa do Sapateiro, Timbau e Maré. Foram construídos conjuntos de casas e de apartamentos que alocaram os antigos moradores das palafitas.

Podemos observar que, a partir de 1979, quando teve lugar o processo de reorganização da FAFERJ, liderado pela militância do MR8, verificou-se o retorno dos objetivos iniciais da entidade federativa. Os entrevistados que participaram do movimento de reorganização afirmam que o que se procurava, naqueles momentos, era a conscientização dos seus direitos por parte dos moradores de favela. Ressaltaram, inclusive, que procuravam, em seus trabalhos comunitários, levar à construção de uma sociedade socialista.

Em 1980, a FAFERJ, assessorada pela militância do MR8, realizou o Encontro Estadual de Favelas. Ele ocorreu na sede do sindicato dos metalúrgicos na Rua Ana Neri, palco e eventos da luta dos trabalhadores como o comício dos marinheiros que antecedeu o golpe de 1964. Esteve presente no encontro a liderança camponesa do nordeste, Gregório Bezerra. A partir do Encontro de Favelas o MR8, com a liderança de Irineu Guimarães, estendeu a organização do movimento de favelas para várias partes do país.

E a partir desse Encontro eu tive a grande idéia de começarmos a organizar o movimento comunitário a nível nacional, e todos concordaram. Com isso eu convidei através do partido, pessoas do Ceará, Recife, São Paulo, Rio Grande do Sul, Belém, Belo Horizonte para virem no encontro para que pudéssemos lançar a pedra fundamental de uma entidade nacional das associações de moradores. Reunimos dentro do Jacarezinho. e fizemos um churrasco (Entrevista Irineu Guimarães:15/05/2008).

Além das atuações no movimento de moradores de favelas, as lideranças do MR8 participaram, no Rio de Janeiro, em São Paulo, Pernambuco e Pará em algumas capitais do sul do país, do movimento de moradores dos bairros.

O coroamento das atuações da militância do Movimento Revolucionário Oito de Outubro se deu quando, em janeiro de 1982, foi fundada a CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores – entidade que tinha como papel principal organizar as federações estaduais, uniões municipais, associações de moradores e comunitárias e entidades de bairros. O evento de fundação reuniu, em Praia Grande, São Paulo, mais de mil e quinhentas associações e federações de bairros, representando indiretamente oito mil entidades. O MR8 mobilizou mais de quarenta por cento dos participantes e passou a participar da diretoria da entidade, tendo a liderança de favelas do Rio de Janeiro Irineu Guimarães como vice-presidente da CONAM.

Antigos militantes do MR8, que permaneceram na organização, quando se reportam à reconhecida atuação dos militantes da organização nos movimentos de moradores, fazem derivar essa boa atuação das certas orientações da organização MR8. No entanto, militantes dissidentes, a exemplo do depoimento abaixo, procuram apresentar os acertos das ações do MR8, no movimento de moradores, como caudatárias não do acerto programático ou das orientações do partido, mas aos talentos individuais.

Depois de 1882, o MR8 teve muitos erros. O que continuou depois disso dando certo, nas frentes de massas, foi muito por causa dos talentos individuais. Eram pessoas com muita capacidade de liderança e iam conduzindo o processo. O que dava certo não era por causa de uma linha política, porque ela não existia. E mesmo com os talentos individuais, é claro que alguma coisa não dava certo. Não dava certo porque não existia mais uma orientação (Entrevista Lígia Bahia: 28.01.2014).

Esta é mais uma das várias disputas de memória em que estão envolvidas as ações do Movimento Revolucionário Oito de Outubro.

Mariana se pergunta sobre o que deve fazer para ser digna companheira desses homens heróis do Partido, para ser digna mulher de João, que a espera (...) um sentimento de incomensurável grandeza a possui quando ela, a pequena operária de São Paulo, pensa no seu Partido

Jorge Amado

Memória do movimento de mulheres

Em todo o mundo, o movimento feminino vinha, desde a década de 1960, sendo inovador em termos de reivindicações e propostas políticas. As mulheres buscavam unir o público e o privado trazendo para o âmbito do político as emoções, os sentimentos e as relações familiares que antes eram entendidas somente como questões pessoais. As primeiras mulheres militantes do movimento feminista presumiam a existência de uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres que deflagrava interesses específicos. Elas almejavam também uma representação do feminino no campo da política geral. Buscavam a visibilidade e legitimidade como sujeitos políticos em uma sociedade em que eram culturalmente oprimidas e mal representadas. Demandavam, através da ação coletiva, por procedimentos políticos e reconhecimento da diferença na esfera pública.

A autora americana Judith Butler, observa que o feminismo, no campo teórico partia do pressuposto da existência de uma região do “especificamente feminino” reconhecível em uma universalidade presumida das mulheres. Verifica que o reconhecimento do feminino dava-se em

uma visão descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a identidade como tornam equivocada a noção singular de identidade (BURTLER, 2003 p.17).

No campo do movimento de mulheres dos anos 1980, embora já se atentando para a complexidade da questão identitária, ainda se instauravam algumas tensões advindas desse pressuposto. Havia várias interpretações para o feminismo, mas já

se tinha clara a questão de que a condição de ser mulher não essencializava a questão de gênero como categoria identitária. “Abandonava-se a crença inicial de uma possível identidade única entre as mulheres e passava-se compreender no feminino a existência de múltiplas identidades” (SCOTT. 1992: p.82).

O cientista Social Sérgio Silva em *Sociedade da Diferença* observa que

A dinâmica da presença de outras variáveis adicionadas à condição ontológica “mulher”, como a condição de ser negra, de ser da classe média ou de não ter classe e estar abaixo da linha da miséria, ser mãe de família ou mãe solteira, religiosa, celibatária, prostituta, etc., conduz à politização da construção dessa formação identitária de gênero. Não há uma essência *a priori*, ou seja, uma substância que constitua a natureza mulher, pois a própria noção de gênero já identifica o caráter político dessa construção simbólico-discursiva no que toca ao reconhecimento das constituições das diferenças (SILVA, 2009: p.32).

Em nosso país, a questão identitária suscitou uma série de debates e conflitos quando sob uma forte influência do feminismo francês, exiladas políticas, mulheres de classe média, retornaram ao país após a anistia, em 1979. Para cá trouxeram a linguagem e as ideias da proposta política do movimento feminista francês. Linguagem e ideias ligadas à busca de legitimação de interesses específicos das mulheres. Neste aspecto têm lugar as chamadas “políticas do corpo” com reivindicações em favor dos direitos de reprodução com questões relacionadas ao aborto, ao prazer e à contracepção. Essas mulheres passaram a militar no movimento feminista e não aceitando uma visão tradicional de política, procuravam introduzir em seus discursos, em artigos para jornais e em panfletos de entidades, toda a subjetividade de suas lutas.

Esse foi o grande motivo das divergências e disputas travadas entre o movimento feminista e os partidos da esquerda revolucionária, no Brasil dos anos 1980. Manter as lutas no campo dos fatores específicos das mulheres ou mostrar que a situação de opressão da mulher estava intimamente ligada à opressão da burguesia sobre a sociedade capitalista. Isso acarretava situações em que, de um lado ficavam as que se consideravam verdadeiras feministas por entenderem as questões da dominação e discriminação da mulher como objeto de luta específica com vistas à valorização da categoria da feminilidade como uma condição que unia naturalmente todas as mulheres. De outro lado, ficavam mulheres, a maior parte das mulheres pertencentes aos partidos da esquerda que consideravam a situação das mulheres como resultantes da estrutura da sociedade capitalista exploradora e

opressora da mulher trabalhadora e, portanto, presa de fatores historicamente construídos. No entendimento dessas mulheres de partido, a superação da inferiorização da mulher só seria possível na luta geral da classe trabalhadora por uma sociedade socialista.

No bojo dessas divergências o movimento das mulheres atingia um grande desenvolvimento a partir da metade da década de 1970. As dificuldades surgidas diante da abordagem política das questões não impediam o crescimento do número de mulheres dispostas a lutarem por seus direitos. E entre elas, estavam as militantes do Movimento Revolucionário Oito de Outubro. Eram mulheres de partido que, muitas delas, já haviam militado em outras frentes dos movimentos sociais, como o movimento estudantil, o movimento sindical ou o movimento de moradores. Viam-se, então, no início dos anos 1980, sendo chamadas a afirmar a especificidade da luta feminista e articular a mesma com a luta mais geral da sociedade brasileira contra o regime.

Em 1981, a organização MR8 publicou o documento Resoluções do ativo sobre o trabalho entre as mulheres - *A Mulher e a Revolução Brasileira*, no qual procurava teorizar, sistematizar e dar direção ao trabalho de sua militância no movimento de mulheres num momento em que o movimento das mulheres a exemplo dos demais movimentos sociais, vivia um vigoroso ascenso.

[...] achamos um dever democrático trazer ao público este documento do principal partido marxista-leninista, ainda na clandestinidade, de nosso país – o MR8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro). O documento estabelece as posições deste Partido sobre o papel da mulher na luta pela democracia, pela paz e pelo socialismo, definindo o caminho para estas lutas ganharem um caráter de movimento de massas incorporando assim, definitivamente, a mulher como sujeito da sua própria libertação do jugo e da exploração secular a que tem sido submetida (MR8, 1981: p.3).

O objetivo era orientar os debates e estabelecer as posições do partido sobre o papel da mulher na luta pela democracia e pelo socialismo. Definia, de antemão a visão da organização quanto ao que seria o verdadeiro feminismo.

O verdadeiro feminismo não consiste em isolar a mulher da luta geral. Consiste em colocar as mulheres em movimento na luta por seus direitos e em ganhar para sua defesa o conjunto do movimento popular. As mulheres não defenderão melhor suas bandeiras específicas refugiando-se em guetos à margem das lutas de seu tempo, mas unindo-se aos combates do nosso povo. O “autonomismo” representa um esmagamento da perspectiva da luta das amplas massas de mulheres, pois implica que o feminismo

necessita isolar-se – e não fundir-se – com o movimento social para existir MR8. (MR8, 1981: p.25).

Algumas mulheres do grupo das feministas, no entanto, tinham algum vínculo com algumas organizações da esquerda. Por isso, também procuravam articular a luta feminista com a luta mais geral pelas liberdades democráticas que se desenvolvia no país. Este fato gerava uma série de contradições e disputas. Buscavam construir uma posição política que atentasse para as especificidades da condição feminina calcada na subjetividade, na transformação das relações pessoais, afetivas, sexuais e que também estivesse articulada à luta contra a ditadura e pela instauração do socialismo. Reuniam-se em torno do Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ), criado em 1975 e em torno de jornais como *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* que haviam sido lançados respectivamente em 1975, 1976 e 1980.

As militantes do MR8, mantendo uma lógica, que afirmavam ter o caráter marxista-leninista, procuravam articular a luta específica do movimento das mulheres com a luta geral e de todos os trabalhadores contra o regime militar e por uma sociedade socialista. A organização observava as potencialidades do movimento feminino como mais uma frente da luta geral da mulher trabalhadora. A partir da constatação de que o movimento feminista, até o início dos anos 1980, ainda era patrimônio de pequenos grupos de mulheres intelectuais da classe média, canalizou, então, suas forças para a organização das mulheres das classes populares.

As mulheres que pertenciam ao MR8, em sua militância e na construção de suas identidades políticas, classificavam as suas atividades como pertencentes ao “Movimento de Mulheres” e não ao “Movimento Feminino”. Encaravam sua luta, sobretudo, como força auxiliar da luta geral contra o regime e definiam o feminismo como sendo uma forma específica da mulher lutar dentro da luta conjunta.

A organização MR8 propunha-se a organizar o que chamava de “amplo e vigoroso movimento de massas de mulheres centrado na trabalhadora e nos seus interesses”, organizado através de entidades de massas com o objetivo de “defender os direitos e fazer avançar a consciência do proletariado feminino” (MR8, 1981: p.5).

O MR8 dirigia sua militância feminina no sentido de que o feminino deveria ser contextualizado e relacionado, sobretudo, à questão de classe. Considerava

importante atender-se, prioritariamente, para a dupla opressão da mulher trabalhadora que ocorre na sociedade capitalista. Por isso passou a contestar as associações e grupos femininos que se formaram com o objetivo de debater teoricamente a questão da mulher. Para o MR8 essas instâncias não cumpriam o papel necessário para a verdadeira emancipação das mulheres. Tinham um caráter estreito, uma composição social isolada das massas trabalhadoras e, portanto, eram incapazes de canalizar os anseios das amplas massas femininas. Limitavam-se a denunciar e propagandear, mas não tinham capacidade para mobilizar amplamente as mulheres trabalhadoras.

Diante dessas constatações, o MR8 dirigiu suas atenções para as entidades que se reorganizavam nos movimentos sociais – os sindicatos, as associações de moradores, os clubes de mães, associações de donas de casas e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Segundo a organização, essas entidades possuíam laços estreitos com a massa de mulheres trabalhadoras que a elas recorriam por sofrerem, em comum com os homens, a opressão e dominação capitalista. Por isso, o MR8 considerava que os principais instrumentos de organização das mulheres deviam ser as entidades que vinham impulsionando a luta comum. Passou então a orientar suas militantes e quadros de base no sentido da criação de departamentos femininos dessas entidades para organizar a luta e as reivindicações específicas das mulheres.

As mulheres do MR8 iniciaram um vigoroso processo de chamadas das mulheres das classes populares para a participação política em várias frentes dos movimentos sociais. Foram organizadas campanhas de sindicalização das mulheres, estimulando-as à luta sindical, nos bairros, nas associações de moradores e de favelas do Rio de Janeiro, São Paulo, cidades do nordeste e do sul do país. A organização estimulava a mobilização das mulheres tanto para a defesa dos seus interesses mais imediatos nos seus locais de moradia como na consciência da opressão a que estava duplamente submetida a mulher. em função do seu sexo.

O objetivo da organização MR8 era obter, com o avanço da luta da massa de mulheres, o fortalecimento de suas organizações e a abertura de um caminho para a

reconstrução da Federação de Mulheres do Brasil ¹⁵. Uma entidade que, naquele contexto de 1980, se somaria à ampla Frente Popular, nacional e democrática proposta pelo MR8 para a superação da ditadura militar, para a conquista de liberdades democráticas e para acumular forças para construção de uma sociedade socialista.

O Movimento Revolucionário Oito de Outubro tinha como objetivo organizar o movimento de mulheres dos anos 1980, em moldes semelhantes ao trilhado pela Federação de Mulheres do Brasil. Nesse sentido através da eleição de delegadas nas entidades dos movimentos sociais conseguiu organizar do III Congresso de Mulheres Paulistas, em 1981 e no ano seguinte reabrir a Federação de Mulheres Paulistas. Após a realização de uma intensa luta interna e conflitos com feministas reunidas no Centro da Mulher Brasileira do Rio de Janeiro as militantes do MR8 obtendo maioria de delegadas no 3º Encontro de Mulheres Fluminenses de 1983, criaram a Federação de Mulheres Fluminenses. Dando continuidade a esse processo, ao longo de toda a década de 1980, as militantes do MR8 trabalharam ativamente para a criação de Federação de Mulheres na maioria dos estados brasileiros. Foram criadas Federações de Mulheres, a partir de uma intensa atuação política das militantes do MR8 nos estados Minas Gerais, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná, Pará, Mato Grosso, Santa Catarina, Maranhão, Goiás, Rondônia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e na cidade de Brasília.

A Confederação de Mulheres do Brasil foi criada em 1988, como sucedânea da Federação de Mulheres do Brasil que, antes do encerramento de suas atividades em 1965, possuía cunho nacional. Como as mulheres dos vários estados brasileiros reuniam-se, nos anos 1980, em federações, a entidade que passava a reunir essas federações passou a designar-se uma confederação.

¹⁵ A Federação de Mulheres do Brasil foi uma entidade criada em 1949 que paralisou suas atividades em 1965, após suas lideranças sofrerem perseguições por parte dos organismos da ditadura. Sua criação vinha sendo cogitada desde 1947, quando após o término da Segunda Guerra, dirigentes de várias associações femininas brasileiras e mulheres não filiadas a nenhuma associação decidiram organizar uma mesa-redonda, cujos debates se desenvolveram por três dias. Deles participaram mulheres pertencentes às camadas médias da sociedade e também mulheres moradoras das favelas. Essas últimas trouxeram para as discussões suas sofridas experiências de vida. A necessidade de equiparação social dos sexos e da quebra dos preconceitos com relação à mulher constituía apenas um dos numerosos problemas de que se ocupou a mesa-redonda. A FMB teve uma vida bastante ativa. Fundou filiais em todos os estados do Brasil e vinculava-se com os departamentos femininos de muitos sindicatos e colaborava com as organizações congêneres de outros países.

A narrativa de Rosanita Campos, dirigente do MR8 que se tornou a primeira presidente da Confederação das Mulheres do Brasil e que, atualmente, preside a Federação de Mulheres Paulistas sintetiza a proposta política e as táticas do MR8 para a questão das mulheres.

O MR8 percebeu que era importante para aumentar o leque da luta antiditatorial trazer a questão das mulheres trabalhadoras para o centro do movimento. Era necessário acabar com o academicismo. O MR8 resolveu organizar a luta das mulheres. Organizar o movimento de massas de mulheres. Reconstruir a Federação de Mulheres Paulistas, organizar departamentos femininos das entidades, tirar delegadas entre as mulheres trabalhadoras, nos sindicatos. As feministas, na época, tinham uma outra proposta de organização. Nós víamos as mesmas questões que as feministas viam. Só que nós víamos no concreto. As discussões afluavam e eram acaloradas, mas nós do MR8 tivemos o pioneirismo neste aspecto de trabalhar o movimento de mulheres das classes populares (Entrevista Rosanita Campos: 19.07.2011).

A partir das memórias construídas relativas à participação das militantes do MR8 no movimento de mulheres podemos observar que a organização dirigiu sua militância no sentido de buscar soluções práticas para a especificidade do movimento feminista brasileiro. Movimento que se dava num cenário de luta antiditatorial diferentemente do contexto europeu ou norte americano nos quais existiam as liberdades democráticas e onde as mulheres podiam lutar exclusivamente pelas questões de mulher.

Eu me lembro da terra-ê!

Dessa terra cheirosa

Quando chega o inverno

É que tudo enche

Ó que terra boa!

Dalcídio Jurandir, poeta e
romancista paraense

Ativistas no norte do país

É também essa mesma terra boa e cheirosa, terra de floresta que está na memória do poeta e romancista paraense que viveu e vive conflitos que disputam espaços na memória construída sobre a região. Memória de lutas pela permanência no lugar, memória de disputas de projetos políticos para o lugar, memória de ativistas que denunciam a morte da floresta, memória de assassinatos pela cobiça.

A região que já havia sido palco de guerrilha, na década de 1960 e início da década 1970, via nela nascer, nos anos 1980, duas novas categorias sociais em posições antagônicas, que são o posseiro e o grileiro¹⁶. Posseiros e grileiros enfrentando-se pelo controle da terra acarretará uma reconfiguração daquele espaço como um espaço de violência, espaço sem lei. E isso acontecia, em especial, com a região de Marabá, situada no sudeste do Pará.

Em 1969, a cidade de Marabá havia sido ligada à rodovia Belém-Brasília com a abertura da PA-70. Esta ação fazia parte da estratégia do governo militar de integrar a região ao resto do país. Além disso, deu início ao incentivo à migração maciça de trabalhadores rurais nordestinos vindos da Bahia, Ceará e Paraíba em um plano de colonização agrícola oficial.

¹⁶ Grileiro é um termo que designa, no Brasil, quem falsifica documentos para de forma ilegal tornar-se dono por direito de terras devolutas ou de terceiros ou ainda quem está na posse ilegal de terras, por meio de documentos falsificados. O termo provém da técnica usada para o efeito, que consiste em colocar escrituras falsas dentro de uma caixa com grilos, de modo a deixar os documentos amarelados (devido os excrementos) e roídos, dando-lhes uma aparência antiga e, por consequência, mais verossímil.

Na região foram implantados canteiros de obras para construção da Hidroelétrica de Tucuruí¹⁷ e implantação do projeto Grande Carajás¹⁸. A descoberta da mina de ouro da Serra Pelada, próximo àquela área irá intensificar ainda mais o processo migratório para Marabá. Esses trabalhadores migrantes chegam à região e não encontram diferença alguma entre as relações com o Estado que mantinham nos seus locais de origem e as que encontram nos locais para onde vieram tão cheios de esperanças, no sentido de encontrar uma vida melhor. Muitos encontraram na região um campo de mais misérias do que as vividas no nordeste. Continuaram sendo homens excluídos, desprovidos de cidadania, com todos os agravantes contidos na situação de terem sido forçados a abandonar seu espaço e sua cultura para aventurar-se diante do desconhecido. São homens cujo Estado brasileiro não fora capaz de incluir, que eram descartados do nordeste para servirem de braços na colonização e integração do norte aos objetivos do capitalismo brasileiro ligado ao imperialismo.

Em 1970, o governo militar declarou o município como Área de Segurança Nacional, não só porque esta se constituía, no entender do regime, uma região estratégica para a integração do norte ao restante do país, mas, sobretudo, porque a região fora palco do movimento de guerrilha rural organizado pelo PCdoB, às margens do rio Araguaia¹⁹. Neste mesmo ano, foi criado o Programa de Integração Nacional que apresentava o projeto de construção da rodovia Transamazônica. Em 1971, foi inaugurado o primeiro trecho da rodovia e criado um posto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na cidade de Marabá.

Na confluência desses fatores, Marabá, rapidamente, se torna uma das regiões mais violentas do país. Lá ocorreram massacres como os de São Bonifácio e o de El Dourado de Carajás; mortes durante a existência do garimpo em Serra Pelada; espancamentos e mortes perpetrados pela Polícia Militar e pelo Exército, com a justificativa de garantir a ordem e grileiros encomendando assassinatos em emboscadas de todos que se colocavam contra seus interesses.

¹⁷ A Usina Hidrelétrica de Tucuruí é uma central hidroelétrica no Rio Tocantins, no município de Tucuruí, a cerca de 300 km ao sul de Belém, no estado do Pará,

¹⁸ O Programa Grande Carajás (PGC), que tinha como objetivo realizar a exploração integrada dos recursos dessa área.

¹⁹ O PCdoB, dissidência do Partido Comunista Brasileiro que tinha, nos anos 1960 e 1970, como estratégia a guerra revolucionária e a luta armada organizou a Guerrilha do Araguaia. Seu objetivo era fomentar uma revolução socialista, a ser iniciada no campo, baseada nas experiências vitoriosas da Revolução Cubana e da Revolução Chinesa.

Os conflitos existentes na região de Marabá colocavam de um lado, um modelo de organização social que tinha como proposta a harmonia com os recursos naturais e, de outro lado, um modelo que dava atenção, sobretudo ao econômico, trazendo os impactos da ciência e da tecnologia e desprezando as suas implicações sociais. Conflitos entre um saber local que vinha demonstrando efetividade ao longo de dezenas de anos e um novo saber que chegava, munido de experiências testadas em laboratórios de genética que comprovam a eficiência na obtenção da maior produtividade e, conseqüentemente, maior lucro para alguns. Conflitos entre os pequenos trabalhadores e os grandes proprietários; entre os homens que cultivavam a terra para obter produtos essenciais para sua subsistência e aqueles que viam a floresta como fonte de lucros imensos; entre aqueles que da floresta somente desejavam extrair de forma sustentável e aqueles que desejavam extrair a qualquer custo e que, por isso, viam nos primeiros, estorvos para o desenvolvimento da região.

Por surgir, constantemente, na imprensa, nos anos 1970 e 1980, como área de intensos conflitos, a região passou a ser foco de interesses de instituições como a Igreja Católica que procurava harmonizar os contendores e de outros grupos políticos, além do PCdoB, interessados na organização dos posseiros, o elo mais fraco nas disputas. Procuravam criar entidades organizativas da população da região e travavam disputas com representantes da ARENA ²⁰, agremiação que reunia os grandes proprietários de Marabá e adjacências. É justamente, neste período em que a organização Movimento Revolucionário Oito de Outubro passa a organizar sua atuação na região.

No seu I Congresso, ocorrido em 1976, a organização já havia feito formulações referentes à questão da terra em um Programa Socialista da Revolução Brasileira. Neste documento estabelecia a necessidade de sua militância lutar para a execução de cinco aspectos.

- a. nacionalização do solo;
- b. transformação das grandes empresas agrícolas em fazendas do Estado, controladas pelos trabalhadores;
- c. transformação do latifúndio capitalista atrasado, onde prevalecem a produção parcelaria e relações de produção capitalista pouco

²⁰ ARENA – Aliança Renovadora Nacional. Partido dos Governos Militares, instituído a partir do Ato Institucional nº 2

desenvolvidas, em cooperativas de trabalhadores, assistidas técnica e financeiramente pelo Estado;

d. garantia de usufruto da terra para os pequenos camponeses, em extensão adequada às modalidades do cultivo, com a assistência técnica e financeira do Estado e estímulo à sua livre cooperativização;

e. garantia de créditos estatais e preços mínimos justos para os produtos agrícolas, desenvolvimento acelerado da infraestrutura de transportes, comunicações, energia e irrigação do campo (Resoluções do I Congresso do Movimento Revolucionário Oito de Outubro, in Brasil Socialista, nº 9, ano III, abril de 1977: 47).

Porém, foi somente a partir de 1979, ano em que o MR8, recém-saído de seu II Congresso vivia uma fase de crescimento orgânico considerável, que a organização iniciou esforços para organizar o trabalho revolucionário nos meios rurais. Tratava-se de colocar em prática o programa socialista da Revolução Brasileira à essa altura, já com uma proposta de ampliação da Frente Popular que derrubaria a ditadura militar. Ampliando-a com a entrada de setores pequena burguesia ou da burguesia que apresentavam contradições com o grande capital.

Nas Resoluções do II Congresso encontramos orientações no sentido de implemento de uma reforma agrária obtida através de um trabalho que se daria

(...) mobilizando os assalariados agrícolas e camponeses para a realização das seguintes tarefas: a). Nacionalização do solo; b). transformação das grandes empresas agrícolas em fazendas estatais, controladas pelos trabalhadores; c). transformação do latifúndio atrasado, onde prevalecem a produção precária e relações de produção capitalistas pouco desenvolvidas, em cooperativas de trabalhadores, assistidas técnica e financeiramente pelo Estado; d). garantia da propriedade da terra aos pequenos camponeses, em extensão adequada às modalidades de cultivo, com assistência técnica e financeira do Estado e estímulo à livre cooperativização; e). garantia de créditos estatais e preços mínimos justos para os produtos agrícolas; f). desenvolvimento acelerado da infraestrutura de transportes, comunicações e energia e irrigação no campo (MR8. 1980: p.41).

O Movimento Revolucionário Oito de Outubro desde o início de suas atividades, até a década de 1980, se ressentia da falta de um efetivo trabalho organizativo no campo e em áreas rurais. Além disso, nunca tivera qualquer atividade política no norte do país, nas áreas camponesas. Esse fato era objeto de ressalvas por parte, inclusive, de dirigentes da organização.

Foram essas as razões que levaram a direção do Movimento Revolucionário Oito de Outubro a iniciar um processo organizativo na região do Pará. Dessa forma, o MR8 estaria corrigindo uma debilidade no importante espaço das lutas do campo, ao mesmo tempo em que fazia crescer sua influência em outras áreas dos movimentos sociais do norte do país. Para iniciar esse trabalho, foi designado o

dirigente da organização Marco Antonio, que passara a residir em Brasília e de lá iniciou e construiu um satisfatório trabalho organizativo em Brasília, Pará e Mato Grosso e em Goiás.

Em 79, eu fui transferido para Brasília. Fui por uma condição até especial porque meu pai era deputado federal e foi para Brasília e eu fui junto. Passei a atuar em Brasília. O MR8 não tinha, na época, nenhum trabalho em Brasília e eu com outros companheiros começamos a fazer um trabalho de arregimentação política e de denúncia. Isso em Brasília era uma novidade. Lugar do poder, de muita repressão. Mesmo o MR8 atuando como MDB, isso era novo. A gente trabalhou muito com denúncias, com o jornal Hora do Povo e o trabalho teve repercussões grandes. Eu fazia um trabalho de assistência. Fiquei responsável pela tarefa de construir o partido em Brasília. Alguns contatos antigos foram retomados e o MR8, que nesse período cresceu muito, se organizou também em Brasília. Foi o período também em que várias organizações revolucionárias se integraram ao MR8, como a fração Operária Comunista, a Organização Revolucionária do Sul, a POLOP, o pessoal do Zaratini. Nesse período que vai de 79 a 81 houve um crescimento muito grande do MR8 como organização que tinha influência no movimento de massas. A minha experiência se deu nesse momento de crescimento. Eu ajudei a construir o partido MR8 no Pará, em Mato Grosso e em Goiás. Eu era o responsável, mas tinha uma comissão de assistência que atuava de forma rigorosa e disciplinada na assistência que levava as posições do MR8 em todas as áreas: a política geral, a área sindical, a área de moradores etc... Esse era o trabalho que eu fazia (Entrevista Marco Antonio, 19.02.2014).

O entrevistado, em suas memórias, nos conta que, especialmente no Pará o trabalho do MR8 teve num crescimento muito grande.

A gente tinha uma influência muito grande no Pará. Atuávamos no movimento de bairros, no movimento sindical, no movimento estudantil. Trabalhávamos com o jornal e, praticamente, o MR8 teve atuação em todas as áreas dos movimentos sociais do Pará. Na área da juventude, o movimento estudantil, na área de bairro, no movimento operário e na área do campesinato. A região já tinha uma tradição de luta pela terra (Entrevista Marco Antonio, 19.02.2014).

Esse crescimento do MR8 no Pará deveu-se muito ao fato de que para lá foram enviados pela organização jovens estudantes do Rio de Janeiro e São Paulo a fim de reforçar o trabalho da organização. Essa era uma situação muito comum para os quadros dirigentes da organização e até para setores de instâncias intermediárias ou de base. Tratava-se de um deslocamento para uma região em que a organização considerava necessitar do trabalho daquele militante.

Essas eram decisões do MR8 que foram motivo de conflitos pessoais vários, mas que durante muito tempo foram seguidas à risca pela militância. São decisões que trazem aquilo que Ayres Camurça apresentou no seu estudo antropológico como “as razões do partido” (LIMA, 1994: p. 282). Depois que o partido

determinasse uma linha política, todas as realidades deveriam se adequar à essa linha política traçada.

Traçada uma “linha política” que se revestia de um caráter geral, dentro do esquema unilateral, todas as realidades localizadas e específicas tinham de adequar-se, sem exceção, à sua determinação maior. Os senões e problemas concretos que surgiam na realidade local eram desprezados pela principalidade da diretriz geral (LIMA, 1994:282).

Os militantes designados para realizarem o reforço do trabalho do MR8 no norte do país, diante do plano elaborado pela organização, eram meros encaminhadores da linha partidária.

Foram munidos das orientações do partido que chegaram ao Pará e especificamente na região de Marabá, os primeiros estudantes que partindo de São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais e como Gabriel Pimenta, de Brasília, para atuarem na região e aplicarem a linha da organização.

Há de se observar que a ida desses militantes para aquela região, conforme afirma, em suas memórias, o advogado Tércio Pedrazoli, eram entendidas como o deslocamento de “quadros” para mais uma frente de luta, na qual existiam as contradições entre capital e trabalho e, portanto, seus militantes ali deveriam se fazer presentes. Não eram e nem desejavam ser confundidos com os ambientalistas ou ecologistas. Estavam na região para lutar contra a ditadura militar e, acima de tudo, organizar a revolução socialista no campo.

Na época, havia uma disputa por uma posse de terra, onde estavam envolvidos um grande grileiro da região e o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Marabá. Essa disputa era emblemática, pois simbolizava a luta por mudanças na região, onde quem mandava eram os grandes fazendeiros, na sua maioria grileiros de terras públicas, a Arena por intermédio do Cel Curió, que atuou clandestinamente e oficialmente na luta da guerrilha do Araguaia e Cel. Jarbas Passarinho, se não me engano, Governador do Estado do Pará, naquela época. Então, essa luta simbolizava tudo isso; não era apenas a disputa por um pedaço de terra, mas a luta por mudanças radicais inserida na luta pela derrubada da Ditadura expressa na luta pela Anistia e eleições livres e democráticas, como as "Diretas Já" (Entrevista Tércio Pedrazoli, 07.04.2012)

Um dos fatos que ficou na memória da atuação do Movimento Oito de Outubro na região de Marabá, foi, assassinato do militante da organização Gabriel Pimenta. O crime ocorreu em julho de 1982, em Marabá. Gabriel que era natural de Minas Gerais, da cidade de Juiz de Fora, foi morto com a idade de 27 anos, a mando de grileiros da região. Gabriel era um dos quadros dirigentes do Comitê

Regional do Pará do Movimento Revolucionário Oito de Outubro. Fora deslocado de Brasília para organizar o trabalho da organização na região de Marabá.

Ao relatar o episódio, que até hoje carrega conflitos, divergências e sobretudo, emoções, o entrevistado Marco narrativa. Ele nos informa que Gabriel Pimenta trabalhava no campo, como advogado. Marco Antônio, por várias vezes se cala, lacrimeja e de forma emocionada prossegue sua narrativa

A região que já tinha uma tradição de luta pela terra e lá, inclusive, um companheiro nosso do MR8 foi assassinado, o Gabriel Pimenta. (o entrevistado se cala por vários segundos e lacrimeja emocionado). Ele trabalhava no campo, como advogado. E isso é uma história. Ele foi assassinado pelos latifundiários do Pará... (pausa de alguns segundos). Ele morava em Brasília e eu fiz o recrutamento dele para o MR8. Era uma pessoa calma, que estudava muito e participa muito da organização do MR8. Tinha uma capacidade de assimilar muito grande e uma prática grande como advogado. Era uma pessoa muito combativa e por isso era constantemente ameaçado. Eu me lembro desse episódio porque quando assassinaram ele, ligaram do Pará e eu que tive que avisar à família que estava em Vitória. Era a família Pimenta que tinha quatro militantes do MR8. Eu comuniquei isso ao irmão mais novo, pedindo cuidado quando avisasse à família. Então ele foi executado e até hoje rola isso aí. Os mandantes estão aí. O companheiro mostrava muito desprendimento. Antes, foi para o campo, em lugar afastado mesmo, em Goiás para um trabalho da Igreja. Depois entrou em contato depois com o MR8 e como militante, foi transferido para a região de Marabá, uma região não tão afastada mas, muito conflituosa. (Entrevista Marco Antonio, 19.02.2014).

No período em que estivera na Pará, Gabriel Pimenta se destacara, na organização da luta pela redemocratização do país, pelos direitos dos trabalhadores e em particular pela garantia da terra aos camponeses, sendo reconhecido pela gente humilde da região de Marabá por sua coragem e dedicação. Ajudou a fundar o sindicato Rural e dos Trabalhadores da Construção Civil e era advogado da União Municipal dos Estudantes e da Associação de Mulheres de Marabá.

O que acarretou seu assassinato foi o fato de ter lutado bravamente junto a 158 famílias de camponeses da Vila de Pau Seco, a 18 km de Marabá, cujas terras eram visadas por Nelito. O advogado, inclusive, chegou a obter uma liminar que dava aos camponeses garantia de posse daquelas terras. No desenrolar da luta, Gabriel impetrou Mandado de Segurança que garantiu a posse das terras às 158 famílias e exigiu que a Polícia Militar, que antes as haviam despejado, as reconduzisse a Pau Seco. Gabriel, dessa forma, tornou-se o primeiro advogado a conseguir na esfera da Justiça a posse da terra para camponeses daquela região, por isso o mandante do assassinato considerou que ele deveria morrer.

As memórias do episódio também suscitaram disputas na qual esteve presente também a imprensa burguesa. Marcelo Ayres Camurça de Lima ao analisar a permanência dos irmãos Pimenta na organização e que “animados com o espírito da linha” da organização MR8, mesmo após o assassinato de seu irmão “estiveram na linha de frente da campanha de Newton Cardoso do PMDB”, e posteriormente assumiram cargos no governo peemedebista (1994:p.283).

A imprensa fazia ilações entre o fato de a família Pimenta possuir cargos de confiança no governo com o assassinato do seu irmão pelo irmão do governador, algo como um “cala boca”, uma “compra de silêncio” da família Pimenta, que também envolvia o MR8 *VEJA n. 34. 24/8/88). Apesar das afirmações injuriosas, a família Pimenta continuou apoiando Newton Cardoso, repudiando as insinuações (LIMA, 1994:p.283)

Nas memórias apresentadas pelo advogado Tersio Pedrazoli,

Gabriel Pimenta era uma pessoa excepcional, carismática, era uma grande liderança política, era respeitado por todos. Tinha influência no movimento sindical rural e urbano da cidade e da região e no PMDB local (Entrevista Tersio Pedrazoli: 07.04.2012).

Logo após a morte de Gabriel Pimenta, o MR8 designará um novo quadro para substituí-lo na organização do trabalho partidário em Marabá. Isso demonstra o pragmatismo tão próprio da organização. O trabalho não poderia parar diante das adversidades que se apresentassem Para Marabá é enviado o jovem advogado paulista Tércio Pedrazoli. Leny May Campelo, Ruth Helena Vieira Furtado, Josevaldo Albuquerque Baia foram alguns outros jovens militantes do MR8 deslocados para Marabá.

Enviados da mesma forma como fora Gabriel Pimenta, isto é depois de uma determinação, de uma “razão do partido”. Em entrevista que nos deu, Pedrazoli afirma que não o conheceu pessoalmente mas muito soube sobre seu trabalho

Minha ida para Marabá se deveu à sua morte, ao seu assassinato. Depois de seu assassinato, o Partido se reuniu e decidiu que aquela luta não poderia acabar com a vitória dos assassinos do Gabriel e resolveu mandar um outro militante para segurar aquela bandeira. O Gabriel era advogado do sindicato dos trabalhadores rurais de Marabá, então devíamos mandar um militante advogado, no caso, a discussão foi comigo e com minha primeira esposa Berenice Balsalobre, também formada em Direito, que acabava de me formar - me formei em 1981. O partido mostrou a necessidade de continuar aquela luta. Então, topei a empreitada e fui para Marabá. Minha ida para Marabá foi para dar continuidade a essa luta. E, ao final, nós ganhamos essa luta, com a eleição do Governador Jader Barbalho do PMDB e a prisão do grileiro que mandou matar o Gabriel Entrevista Tersio Pedrazoli: 07.04.2012).

Embora as atuações do MR8 no Pará, na maioria, se tenham dado na área urbana, foram intensas também no interior do Estado, em Marabá. Essas atuações orientaram os trabalhadores no sentido de criação de sindicatos rurais e da construção civil. Também havia a orientação no sentido de seus militantes se relacionarem com representantes da elite local, tendo-os, inclusive, como aliados dentro do PMDB. Eram setores da burguesia local que desejavam o fim da ditadura militar e o fim do domínio da ARENA na região.

Tersio Pedrazoli é enfático ao afirmar como eram vistas pelo MR8 as questões de terra na região de Marabá

As questões dos trabalhadores rurais era vista sob o ponto de vista de sua organização, ou seja, fortalecer, ampliar e unir o movimento sindical, em torno dos sindicatos, federação e Confederação (CONTAG)²¹, da luta pela terra, na legalização da posse dos trabalhadores em terras públicas e ou desocupadas; da efetivação e ampliação da reforma agrária. Para nós, a questão ecológica era vista mais como uma luta geral em defesa da soberania da Amazônia (Entrevista Tersio Pedrazoli: 07.04.2012).

Outra questão abordada pelo advogado Tersio Pedrazoli é a exploração ilegal da madeira, na qual, segundo ele, grandes proprietários estão envolvidos. O entrevistado procura mostrar a importância da luta sindical na região, na qual o MR8 teve um papel muito importante, como uma das mais eficazes formas de combate às madeiras e a exploração indiscriminada e ilegal da madeira.

Eles se aproveitam da situação de penúria e desesperança de muitos trabalhadores da região e utilizam esses homens como braços para essa atividade ilegal. A questão da exploração ilegal da madeira estava inserida na luta sindical porque os grandes proprietários expulsavam os trabalhadores rurais não somente por terra, mas para a exploração ilegal da madeira que gerava grande lucro. Lembro da morte de um outro advogado de Sindicato de Trabalhadores Rurais, o João Batista que era do PC do B, e também foi assassinado, mais ou menos em 1988. Foi assassinado porque incomodava grandes proprietários que exploravam ilegalmente a madeira (Entrevista Tersio Pedrazoli: 07.04.2012).

Quanto à violência presente na região de Marabá, ainda mais uma vez o advogado Tersio assim a classifica:

A violência era gerada em razão da disputa pela terra e da região de mineração em Serra Pelada. A violência era sempre iminente. Assim, era necessário estar sempre atento, na prática e no planejamento. A violência também se dava porque a atuação do Estado ainda era muito pequena naquela região (Entrevista Tersio Pedrazoli: 07.04.2012).

²¹ Confederação dos Trabalhadores da Agricultura.

Ao analisarmos as memórias construídas relativas às atuações do MR8 na região de Marabá verificamos que sua militância não se colocava como integrante da luta ambientalista porque entendia sua atuação ao lado dos trabalhadores rurais da região como mais uma frente de luta pela derrubada da ditadura militar. Porém, essa atuação incomodou imensamente os setores comprometidos com o grande capital e com a exploração desenfreada da região.

Gabriel Pimenta do MR8 e tantos outros que continuam sendo assassinados em Marabá, como João Batista do PC do B, José Cláudio e Maria, esses dois últimos mortos em 25 de maio de 2011, quando estava sendo votado, no Congresso Nacional, o Código Florestal, todos foram considerados estorvos para a ordem, ainda é dominante, na região.

Reportando-nos ao professor Boaventura de Sousa Santos afirmamos em conjunto com o sociólogo que há necessidade de construção de uma nova cultura política (SANTOS, 2008:p.14). Uma cultura política que valorize as experiências sociais, políticas e culturais de espaços diferentes do Norte hegemônico. Uma cultura política que reconheça a existência da economia solidária, da interculturalidade, dos conhecimentos populares e que dessa forma possamos aspirar uma sociedade mais justa, mais solidária e resistente à opressão e dominação. Santos propõe a valorização dos até aqui considerados “sistemas alternativos de produção que a racionalidade capitalista ocultou (Santos, 2008:14)..

O MR8, por compreender que a participação de sua militância na região de Marabá tratava-se apenas mais uma frente da luta geral pelo derrube da ditadura e construção da Revolução no campo, após o fim da ditadura em 1985, canalizou todas as suas energias para a participação no PMDB. Fez isso, muitas vezes, em detrimento da organização política das populações locais e da construção de uma economia mais solidária na região.

Quando perguntado sobre as relações do MR8 com o PMDB do Pará, o advogado Tércio Pedrazoli afirma que elas eram muito fortes

Digo que o Jader Barbalho (PMDB) ganhou as eleições para governador em 1982 graças a atuação do MR8 dentro do PMDB. Se não me engano, a diferença entre os votos do PMDB e da Arena foi de mais ou menos 10 mil votos e essa diferença nós obtivemos na região de Marabá. Naquela época a Arena era comandada pelo Cel Jarbas Passarinho e seu candidato era o Carneiro. Nós distribuíamos milhares de exemplares do Jornal Hora do

Povo e lembro que numa dessas edições a manchete era: "Jader tosquia o Carneiro e depena o Passarinho", você imagina que, naquela região, ser do PMDB já era uma ofensa a elite, então estávamos lá nós e Jornal Hora do Povo (Entrevista Tércio Pedrazoli, 07.04.2012).

No mesmo PMDB que o MR8 acreditava ser a Frente que comandaria a fase nacional e democrática vivida pelo país, passaram a se alojar também os grandes proprietários de terra da região. Os poucos militantes que ainda permaneceram no Pará desde esse período, já não mais eram reconhecidos como importante liderança que fora Gabriel Pimenta. Paulatinamente, o trabalho político do MR8 desorganizava-se na região de Marabá.

Em suma, moradores e lideranças mais antigas da região que ainda hoje atuam no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá têm uma memória das atuações de Gabriel Pimenta como algo muito importante e emancipador para as populações rurais e para os assentados de Marabá. No entanto, essa memória convive e disputa com uma outra memória. Uma outra memória apresentada por militantes de outras organizações políticas, que apresenta o MR8 como aliado de setores poderosos de Marabá.

Em suas memórias se destacam as posições tomadas pelos militantes do MR8 a partir de 1985, quando a organização passa a ter como seus principais aliados, setores da burguesia local que estavam dentro do PMDB. Ocorre que, no sentido de fortalecer o PMDB como a frente popular, nacional e democrática que comandaria a etapa burguesa da revolução nacional que acreditava estar em curso, aliou-se aos setores que sempre oprimiram e desprezaram as populações super exploradas de Marabá.

São duas memórias, que mais uma vez se apresentam em disputa, no que se relaciona às atuações do Movimento Revolucionário Oito de Outubro. Memórias de atuações combativas e emancipatórias nos sindicatos rurais, memórias de alianças com políticos como o ex-governador do Pará Jader Barbalho, eleito em 1982, filiado ao PMDB.

CAPÍTULO IV

Estudo de caso - MR8 no Brasil, UDP em Portugal

Quando já são passadas cerca de quatro décadas dos anos 1970 e 1980, propomos um olhar sobre dois casos daquele período. Um olhar em que a perspectiva tem um papel essencial ²² porque está afastado da agitação dos processos então vividos mas, não tão afastado, na medida em que se encontra ao lado da memória hoje construída pelos que atuaram nos processos de uma História recente.

Nosso olhar direciona-se para as atuações e às formulações estratégicas e táticas de duas organizações da esquerda revolucionária em países periféricos ao capitalismo dominante. Formulações e práticas que objetivavam a organização da luta contra a ordem estabelecida que, nessas regiões, em momentos de plena Guerra Fria, se configurava no Brasil em uma ditadura e em Portugal num governo que desejava conter um processo revolucionário em curso. Esse breve distanciamento temporal dá-nos a oportunidade de observarmos ocorrências e desfechos inesperados naqueles momentos, mas que hoje, com o recurso à memória, e de posse de uma teoria crítica que nos serve de ferramenta, temos a oportunidade de melhor compreender a razão daquelas formulações e das práticas políticas delas advindas.

Neste estudo nos ativemos às formulações e práticas relacionadas às propostas de criação de frentes. Ou seja, à união de grupos sociais diversos, com o propósito de somar esforços nas disputas pelo poder e ao acúmulo de forças para a construção de uma nova sociedade. Para isso, observamos dois casos específicos: o caso brasileiro do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8), e o caso português da União Democrática Popular (UDP).

O enfoque não será comparativo, pois não se preocupa com as semelhanças e as diferenças dos casos pesquisados. Pretendemos estabelecer conexões parciais entre os processos nos quais estão inseridos os objetos de estudo, sem a

²² José Manuel Mendes de Oliveira em *“Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas”* de setembro de 2003. Oficina do CES nº 194, cita Boaventura de Sousa Santos na sua busca de um novo senso comum em *Toward a New Common Sense. Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition. New York: Routledge. 1995.* “Escrever sobre algo significa escrever do lado desse algo e nunca do centro. É por isso que a perspectiva é a essência da escrita”.

preocupação com o estabelecimento de analogias. Assim o fazemos tendo em vista três principais objetivos.

O primeiro objetivo relaciona-se, ainda que de forma inicial e modesta, à intenção de colaborar com as discussões sobre as características da luta política desenvolvida pelas organizações comunistas dos anos 1970 e 1980 em países que viviam e ainda vivem em posições de subalternidade no sistema mundial capitalista.

O segundo objetivo trata-se de propor uma reflexão acerca das propostas políticas, acordos, alianças e manobras que, no campo político, são capazes de subverter as divisões de classe. Para isso atentamos para algumas observações e conclusões de Pierre Bourdieu. Ao propor elementos para uma teoria do campo político e analisar a questão da representação política, o sociólogo francês sugere que pensemos as propostas políticas, acordos, alianças e manobras como posições num espaço de relações que geram correlações de forças constantemente inventariadas pelos profissionais do partido. (BOURDIEU, 2007, p.183-5).

E o terceiro objetivo está intimamente ligado ao anterior, e liga-se à intenção de observar a atuação das organizações da chamada esquerda no jogo político como detentoras da ambição de participar do poder.

Nossa análise, além de, em especial, debruçar-se sobre o conteúdo de entrevistas com antigos militantes obtidas com a metodologia da História Oral, faz-se também sobre documentos publicados pelas organizações MR8 e UDP e sobre o resultado de estudos anteriores do campo da Memória e da História.

A análise das entrevistas nos tem levado a perceber aquilo que Alessandro Portelli costuma dizer sobre essa metodologia: ela lida com a experiência individual daquele que lembra porque “recordar e contar já é interpretar” (PORTELLI, 1996:p.60). Portanto, quando analisamos entrevistas com a metodologia da História Oral, lidamos com interpretações do passado e sob o ponto de vista privilegiado, com a perspectiva do indivíduo que viveu as experiências.

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma dessas pessoas (PORTELLI, 1997: p.15).

Nessas perspectivas encontramos representações hoje construídas por antigos militantes acerca das tensões, disputas e conflitos que estiveram presentes na formação identitária das organizações observadas. Principalmente as memórias relacionadas à proposta de construção de uma frente política.

A história e a memória das atuações tanto do Movimento Revolucionário Oito de Outubro, quanto da União Democrática Popular, nas décadas observadas, têm intrínseca relação com o tipo de frente que a organização formulou. As duas organizações pertenceram, no início de suas atuações, ao bloco ideológico da chamada esquerda radical. Na década de 1970, divergiram das táticas que estavam sendo apresentadas pelos partidos comunistas de seus países por considerá-las conciliatórias, reformistas e que atrasavam o processo revolucionário. A militância tanto do MR8, quanto da UDP, ao longo da existência das organizações, conheceram o cenário de cisões e dispersões do campo do marxismo-leninismo.

Analisar e procurar compreender o caráter e a composição das frentes propostas pelo MR8, no Brasil, e pela UDP, em Portugal, nos possibilita entender as relações e as tensões presentes no bloco de poder desses países. Era a partir da análise dessas relações e tensões que, tanto o MR8 quanto a UDP, elaboravam seus programas políticos. Desses programas constavam o tipo de alianças ou frentes a serem construídas para somar esforços nas disputas pelo poder. Porém o caráter e a composição da frente que cada uma dessas organizações propôs para seus países foi bastante diferente como veremos a seguir.

A questão da formação de frentes, unidades ou alianças em torno de interesses comuns como estratégia de luta e resistência no campo político tem sido objeto de muitas divergências entre partidos e lideranças políticas. Muitos são os autores que procuram não só analisar o processo de construção das frentes políticas como também observar o resultado efetivo dessas frentes diante dos objetivos traçados pelos agentes políticos. A maioria das análises constata que as frentes podem acarretar vitórias revolucionárias ou eleitorais porque a unidade dos que estão dispersos e vulneráveis acarreta soma de esforços que, conseqüentemente, gera poder para transformar a realidade. E, como tal, essa estratégia jamais foi inteiramente desprezada pelos agentes no campo político.

O italiano Antonio Gramsci (1891-1937), ao considerar que *O Príncipe* de Maquiavel não se trata de uma sistematização de propostas políticas e sim o livro "vivo", que pretende conduzir e levar à ação, identificou a questão da unidade do povo italiano entre as preocupações do autor renascentista (1968:3).. *O Príncipe*, afirma Gramsci "poderia ser estudado como uma ideologia política que atua sobre um povo disperso, pulverizado, e desorganizado diante dos interesses dos grandes e poderosos Estados Nacionais da Modernidade. O papel dessa ideologia para Gramsci é fazer despertar e organizar a vontade coletiva do povo" (1968: p.4). O autor italiano interpretou o *condottiero* ideal apresentado na obra de Maquiavel como aquele uniria e organizaria o povo italiano, independente da grupo social a que pertencesse em uma frente política e econômica, com vistas à criação de um Estado Nacional capaz de reagir à ingerência estrangeira. Gramsci observa as pretensões de Maquiavel, em *O Príncipe*, acerca das reformas políticas que acarretariam a unidade das grandes massas, grupos sociais urbanos e camponeses. Explica-nos o quanto esta estratégia de unidade política para a formação de uma vontade coletiva nacional-popular não é desejável pelos que detêm o poder.

Maquiavel pretendia isto através da reforma da milícia, como os jacobinos o fizeram na Revolução Francesa. Deve-se identificar nesta compreensão um jacobinismo precoce de Maquiavel, o germe (mais ou menos fecundo) da sua concepção de revolução nacional. Toda a História, a partir de 1815, mostra o esforço das forças tradicionais para impedir a formação de uma vontade coletiva deste gênero, para manter o poder "econômico corporativo" num sistema internacional de equilíbrio passivo (GRAMSCI,1968:p.8).

Gramsci afirma que o príncipe apresentado por Maquiavel não pode ser um indivíduo, um *condottiero* que antropomorficamente, ou seja na forma de um homem, simbolize a vontade coletiva. Para ele, este papel é cumprido por um organismo determinado pelo desenvolvimento histórico, no caso o partido político (1968:6), que é um instrumento de luta que possibilitará a construção de um novo bloco histórico, de novas relações de poder. Partido que conduzirá, estabelecerá alianças e frentes políticas, forjará a unidade capaz de construir uma nova realidade. Gramsci, porém, teme os governos de coalisção pelo fato de entender que os mesmos podem se tornar também ditatoriais. Via isso no fascismo italiano e criticava os pactos ou alianças que podiam confundir muito mais que colaborar para a obtenção da liberdade. Isto porque os pactos com a burguesia exigiam a moderação da classe trabalhadora contra o Estado burguês.

Como exigir que as forças políticas em luta “moderem” esta luta dentro de certos limites (os limites da conservação do Estado liberal), sem com isso cair no arbitrário ou no desígnio do pré-concebido? Na luta, os golpes não são dados segundo pactos, e toda antítese deve, necessariamente, colocar-se como antagonista radical da tese, inclusive propondo-se destruí-la e substituí-la completamente (GRAMSCI, 1978a.253).

As várias organizações e partidos políticos revolucionários, principalmente os que surgiram após a experiência do governo frente-populista de Kerensky na Rússia, após a Revolução de março de 1917, tendem a entender a formação de uma frente popular como um acúmulo de forças para a realização da Revolução. A frente possibilitaria uma unidade para impor derrotas à burguesia em uma situação pré-revolucionária.

O ensaísta e historiador brasileiro Jacob Gorender em artigo publicado em 2005 na obra coletiva *História e Perspectivas da Esquerda* afirma que a tática da constituição de frentes populares e participação dos comunistas nos parlamentos burgueses era uma orientação aos comunistas que datava das discussões e decisões saídas da VII Internacional de 1935, em Moscou. Gorender discorre sobre o fato de a Internacional Comunista, a partir da ascensão do nazismo em 1933, deixar de estimular os movimentos insurrecionais e passar a propor a tática de construção de frentes e participação no parlamento burguês. Afirma que o Congresso da Internacional, depois da aprovação da tática da Frente Popular apresentada por George Dimitrov teve uma poderosa influência na elaboração tática e estratégia de todo movimento comunista posterior a 1935 (GORENDER, 2005: p.165). A proposta era alargar a frente de luta contra o fascismo. Trabalhar pela união de diversas forças ou coligações eleitorais de partidos de esquerda, socialistas e comunistas com partidos burgueses liberais ou de centro-esquerda. “Os comunistas deveriam se empenhar em construir Frentes Populares e articular a luta antifascista com a luta pelo socialismo (GORENDER, 2005:p.165) .

Naquele momento, avaliando o avanço do fascismo e do nazismo com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, o Congresso da Internacional, na realidade, detectava as graves contradições existentes entre o desejo de liberdades democráticas de setores da burguesia e os métodos totalitários do nazifascismo. Esses setores insatisfeitos poderiam somar esforços contra o fascismo. Daí, passou-se a entender, naquela conjuntura, que a estratégia proposta no Congresso anterior

da Internacional Comunista, que determinava a luta acirrada de classe contra classe, e a tática de estímulo aos movimentos insurrecionais, deveriam ser abandonadas.

Como nos mostra a História, tais orientações foram colocadas em prática, em países como França, país central do bloco capitalista. Os comunistas tiveram papel de destaque na criação da Frente Popular que saiu vitoriosa nas eleições parlamentares de Maio de 1936. Na Espanha, país semi periférico ao capitalismo, em 1935, os comunistas, seguiram a mesma orientação da VII Internacional. Colaboraram na Constituição e participaram ativamente da Frente Popular que saiu vencedora nas eleições gerais espanholas de 1936. Vimos o mesmo no Chile, desta vez um país periférico ao capitalismo central. Os comunistas seguiram a mesma orientação e, em 1937, e trabalharam pela formação da Frente Popular, uma coligação de partidos comunistas, socialistas, radicais e a Confederação de Trabalhadores do Chile. Essa frente ganhou as eleições de 1938.

Nos momentos próximos ao fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota do nazifascismo, verificamos que a estratégia da formação de frentes continuou para os comunistas seguidores do marxismo-leninismo como forma importante de viabilizar a participação no parlamento burguês.

No entanto, com as alternativas ao capitalismo surgidas pela via insurrecional como foram a Revolução Chinesa de 1949, a Revolução Cubana de 1959 e alguns movimentos de descolonização afro-asiáticos, começaram a surgir dúvidas entre os comunistas. Muitos começam a se perguntar se seria ainda necessária a formação de frentes. E a resposta a essa questão, a partir dos anos iniciais da década de 1960, irá gerar muitas fragmentações e cisões no seio dos Partidos Comunistas seguidores da Internacional. Os fatores da divergência eram a tática e estratégica. Que via seguir? Como seguir? A insurreição armada ou luta por liberdades democráticas? Formação de frentes e participação no parlamento burguês ou manter-se exclusivamente na luta de classes e negar o parlamento burguês?

O historiador inglês Eric J. Hobsbawm em artigo intitulado En torno a los Frentes Populares discorre sobre a estratégia das frentes populares formadas em vários países, entre os anos 1930 e anos 1970. Observa, inicialmente, que os primeiros governos de frentes populares, isto é, formados a partir da coalizão de comunistas, socialdemocratas e classe média eram condenados pela esquerda

revolucionária que os entendia como governos dominados pela burguesia e que, por isso desviavam os comunistas de seu objetivo principal que era fazer a revolução. A exceção era, no entanto, aceita para países coloniais ou semicoloniais que necessitavam do cumprimento de uma etapa liberal burguesa.

En 1936 se constituyeron en Francia y en España los primeros gobiernos de frente popular; esto es, coaliciones de comunistas con socialdemócratas y determinados partidos de la clase media que no eran vistos como la antesala de la revolución y del poder obrero. Tal es gobiernos han recibido siempre la condena de la izquierda revolucionaria. Fueron valorados por ella como típicamente socialdemócratas, sólo para ser dominados, directa o indirectamente, por la burguesía, destinados por tanto a desviar al movimiento de su cometido específico: hacer la revolución. La única excepción significativa podía tener lugar en los países coloniales y semicoloniales, en los cuales, según el problema de la Internacional Comunista (1928), la dictadura del proletariado no constituía allí el objetivo inmediato de los comunistas, debiendo contemplarse una transición mas o menos rápida de la fase democrático-burguesa a la revolución socialista (HOBSBAWN,2002:p. 193).

Neste mesmo texto Hobsbawn nos lembra que esses governos frentistas dos anos 1930 acarretaram imensas discussões no interior do movimento comunista. Isto porque não superaram as contradições internas e, como aconteceu na França e na Espanha, fracassaram antes mesmo da eclosão da segunda Guerra Mundial. Hobsbawn chama, no entanto, atenção para o retorno, nos anos 70, da prática de formação de governos de frente populares fora das áreas de luta por libertação nacional

Por espacio de algunos años, a partir de 1947, los gobiernos de frente popular – fuera de las áreas de liberación colonial – no resultaron practicable, pero en los años 60 y 70 tal perspectiva vuelto a figurar en el orden del día, especialmente en Italia. En este momento la eventual entrada del partido comunista italiano en el gobierno constituye el principal problema de la política italiana. En consecuencia las cuestiones suscitadas por el tema de los gobiernos de frente popular pertenecen no sólo a la historia, sino también a la política práctica (HOBSBWAN: 2002. p.199).

Mas a região na qual o debate sobre a construção de frentes acirrou-se, de forma intensa, entre as organizações políticas em finais da década de 1970 foi especialmente nas áreas periféricas e semi periféricas do capitalismo. Isso ocorria, principalmente, depois do caso de Allende no Chile. Lá, o governo, formado por uma coligação da burguesia nacionalista com os operários, era entendido por muitos como um fator que colaborou para a desmobilização da classe trabalhadora que arrefeceu sua luta contra o fascismo. O resultado foi a derrota da frente e restabelecimento do fascismo no poder. Esse tema, as divergências relacionadas à composição das frentes políticas, dividirá a esquerda revolucionária.

Organizações mais radicais, que condenam o reformismo, consideram-nas meramente eleitorais, quando dela fazem parte setores da burguesia. Propõem frentes populares dirigidas pelos trabalhadores do campo e das cidades e setores médios da sociedade que realizem grandes greves, ocupações de fábricas, e mobilizações de massas nas ruas. Alegam que, quando as frentes não são dirigidas pelos setores populares, tornam-se contra-revolucionárias por desmobilizarem a classe trabalhadora e garantirem a continuidade dos principais aparelhos do Estado burguês - a burocracia e as Forças Armadas.

Os anos 1960 e 1970 foram momentos em que, ao mesmo tempo em que se desenhavam no bloco capitalista alguns fatores que culminaram na atual fase do capitalismo globalizante, surgia, em áreas do capitalismo central, uma grande movimentação questionadora do sistema. Nos EUA dos anos sessenta, havia ocorrido a vitória da luta pelos direitos civis, mais tarde na década de 1970, foram fortes os protestos contra a Guerra do Vietnã; na Europa, aconteceram as manifestações estudantis de 1968. Esses movimentos, ocorridos nas áreas centrais do sistema, incomodavam e contestavam a ordem capitalista, pois deixavam às claras a incapacidade do sistema em estender os valores liberais de liberdade e igualdade para todos os homens.

Nas regiões periféricas e semi-periféricas do capitalismo, ocorriam movimentos que, inspirados nas vitórias dos chineses, cubanos e de povos afro-asiáticos, buscavam alternativas contra a exclusão imposta pelo regime aos trabalhadores e ao povo. Nessas regiões, os comunistas inspiram-se nesses movimentos para traçar suas táticas e estratégias. E, é na década de 1960 e início dos anos 1970, que os Partidos Comunistas dos países localizados fora do capitalismo central desenvolveram em seus seios uma fervilhante luta interna que acarretou dissidências e pulverizações da militância. Eram lutas internas relacionadas à tática e à estratégia.

Em suas análises, os dissidentes dos Partidos Comunistas e das determinações da Internacional identificavam semelhanças entre a economia de seus países, no que diz respeito às relações vigentes no campo e ao peso do setor agrário, com as contradições vividas pelos revolucionários chineses e cubanos. Identificavam semelhanças com a espoliação imperialista sofrida por seus países.

Devido a essas semelhanças identificadas, alguns grupos de comunistas passaram a entender a tática insurrecional do movimento chinês, a guerra de guerrilhas, a luta classe contra classe como a ideal e necessária para seus países. Criaram organizações que se dedicaram à guerra revolucionária da luta armada nos anos 1960 e início dos anos 1970.

No entanto, a partir do final da década de 1970, em novas avaliações de conjuntura, e em novas observações sobre as condições objetivas então presentes, a maioria das organizações fez uma autocrítica de suas propostas e atuações guerrilheiras. Muitos membros dessas organizações guerrilheiras auto observaram-se e reconheceram suas organizações como grupos isolados do restante da sociedade. Grupos que cada vez mais estavam à mercê da repressão. Passaram, então, a atuar nos movimentos sociais e a entender a participação no parlamento burguês como importante e necessária para transformar as relações de poder existentes. Sobretudo, passaram novamente a considerar a formação de frentes como algo imprescindível para a consecução dos objetivos comunistas no sentido de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Configurava-se, desta forma, uma proposta de unir esforços no sentido de forjar um novo bloco histórico radicalmente diferente do bloco dominante.

Principalmente em momentos eleitorais, em que a burguesia procurava se legitimar no poder, os comunistas, as organizações da esquerda radical passaram a participar do processo, organizados em frentes, a despeito de reconhecer esse processo como uma farsa que se desenvolvia através de fraudes.

Foi nesses momentos que no Brasil o MR8 e em Portugal a UDP, apresentaram e melhor explicitaram as suas propostas de construção de um novo bloco governante.

O Movimento Revolucionário Oito de Outubro do caso brasileiro quando abandonou a luta armada como necessária para o estabelecimento de um programa socialista propôs uma nova plataforma de resistência e de ações e formulou como sua principal palavra de ordem a luta pelas liberdades democráticas e pela construção da Frente Popular. Em 1982, apresenta a proposta de ampliação da frente com a palavra de ordem “unir a nação e romper a dependência”. Há uma intensa radicalização nesta proposta. Ampliava-se, enormemente, a frente com uma

política de alianças com setores liberais e grandes empresários da burguesia nacional. O MR8 passa a investir todas as suas forças na construção de uma ampla e vigorosa Frente Popular Nacional e Democrática que derrubaria a ditadura militar e acumularia forças para o fim definitivo da exploração da classe trabalhadora.

A militância da organização, além da disputa pelo monopólio do capital político no interior do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) criado após a reorganização partidária de 1980, procurava participar ativamente do processo de organização de entidades locais e nacionais. Essa intervenção nas organizações dos movimentos sociais constará do programa e da plataforma de atuação da organização, tornando-se, no período por nós pesquisado, um dos traços mais característicos do MR8. Todas as formulações táticas e estratégicas do MR8 apostavam no que podemos entender como uma grave crise detectada pela organização, no bloco de poder.

Segundo o MR8, o Brasil vivia uma crise hegemônica das classes dirigentes, fator que deveria ser explorado ao máximo pelos que a organização chamava “verdadeiros revolucionários”, ou seja, a sua militância. No final dos anos 1970, assim analisava o MR8, os que detinham as posições dominadas no espaço social – setores populares - se unidos aos que detinham as posições dominadas na classe dominante – a burguesia nacional - juntos poderiam estabelecer novas relações de poder e derrubar a ditadura militar. A organização possuía, nessa altura, certo capital simbólico por ter atuado nos momentos mais duros da luta antiditatorial, inclusive recorrendo às armas. Resolveu, a partir de suas novas análises, emprestar seu capital simbólico para setores da classe dominante, agrupados no PMDB, com os quais se aliou. Assim, com as novas alianças, passaria também a disputar o capital político propriamente dito. Ou seja, disputar eleições e formar uma bancada de parlamentares do PMDB que encaminhassem as propostas do MR8. A proposta, então, era a luta pela construção de uma Frente Popular, Democrática e Nacional.

Nesta proposta estava contida uma das mais amplas Frentes, jamais apresentada por uma organização política pertencente à esquerda revolucionária brasileira. Ela significava o assumimento de um novo caráter central para a revolução brasileira: o caráter nacional. Tratava-se de proposta de uma frente antiimperialista e amplíssima.

Sérgio Rubens, antigo militante do MR8, desde a década de 1960, tornou-se secretário-geral da organização e nos apresenta suas memórias nas quais procura explicar as discussões travadas no interior da organização sobre a frente a ser construída e consubstanciada no MDB, Movimento Democrático Brasileiro, partido da oposição consentida criado pelos governos militares.

O que era preciso saber era qual a frente a ser construída. Qual era o programa para a etapa da revolução. Primeiro tem que definir se é revolução democrática ou socialista. Depois definir o programa e a frente. Se for mais ampla, a revolução é mais democrática, se é mais estreita, a revolução é diretamente socialista. A pergunta que se faz é o que transforma propriedade privada em propriedade pública? É isso que diferencia a revolução socialista da revolução nacional democrática. Na revolução nacional democrática se retém, fundamentalmente, a propriedade imperialista dentro do país. Nos países coloniais não há um capitalismo interno consolidado. Há uma dominação imperialista. Todos os setores da população, inclusive o setor empresarial são esfoliados pelo imperialismo. Essa é a primeira questão, A luta interna que aconteceu foi pequena. No 3ª Congresso quem não concordava com a questão da Revolução Nacional Democrática dizia que a derrubada da ditadura não seria revolucionária, que queríamos derrubar a ditadura através apenas dos movimentos sociais. Diziam que isso permitiria somente ter um governo um pouco melhor, mas que poderia atrasar a revolução socialista. Não aceitavam a ampliação da frente. Para nós estava claro que para a população que o MDB, com todos os setores que estavam dentro dele, inclusive a burguesia nacional, tinha se transformado no principal instrumento de oposição a ditadura. E dentro do MDB estava toda a burguesia inconformada com a ditadura e com o imperialismo. O MDB tinha que ser a nossa frente (Entrevista Sérgio Rubens, 20.07.2011).

Rosanita Campos, militante do MR8 e organizadora do Movimento de Mulheres apresenta também suas memórias sobre o processo de construção da frente da seguinte forma:

Esse foi um processo que aconteceu desde 1979, 1980, no qual houve a luta pelo fim da ditadura e a democratização do país. Isso tudo foi nos levando a perceber cada vez mais que dentro do Brasil havia setores que possuíam um vínculo com a nação, e que esses setores precisavam ser integrados a revolução nacional democrática e popular. Em 1982 realizamos nosso III. Congresso quando definimos de forma sistematizada nossa estratégia de revolução nacional democrática e popular colocando no centro a questão nacional como caminho essencial para chegarmos ao socialismo. [...] Nossa tarefa era nos apoiarmos no que havia de mais avançado no movimento organizado de massas que eram os sindicatos e associações de moradores dos bairros para fortalecer a participação feminina e organizar com base nessa participação as entidades de massa de mulheres, reorganizando primeiramente as que a ditadura havia fechado ou desarticulado Nunca nos propusemos a organizar pequenos grupos de mulheres intelectuais pra discutir a "teoria" feminista, em geral vindas dos EUA e Europa. Nossa visão era reorganizar as entidades representativas da maioria das mulheres, das que mais precisam estar unidas para lutarem por seus direitos e reivindicações sem abrir mão de sua condição de mãe, de mulher trabalhadora, de dona de casa ou a profissão que tivessem. Isso tudo sem discriminação partidária, política, ideológica ou condição social. A

questão nacional se tornou para nós a questão da ordem do dia para o país, era necessário afirmar o Brasil, a nação, o povo, e havia correntes dentro do partido que defendiam que a estratégia era socialista, direta, que tinha que derrubar a ditadura e construir o socialismo, mas nós avaliávamos que esse não era o caminho que seria possível o Brasil trilhar. E isso embutia uma incompreensão de quem era o inimigo principal do povo brasileiro que era o imperialismo americano, era e é até hoje (Entrevista Rosanita Campos 10.07.2011).

Da mesma forma, a antiga militante Lídia, ex-vereadora pelo PMDB, nos apresenta suas memórias sobre o projeto do MR8 de construção de uma frente Nacional e Democrática.

O foco era definir a visão de como deveria ocorrer o desenvolvimento do país, definir se era uma luta pelo socialismo ou se era como defendíamos na época e aprofundamos cada vez mais até hoje uma política mais desenvolvimentista, hoje isso está mais claro, na época ainda estávamos elaborando essa questão, criando uma política de aliança para romper a ditadura e romper com a política econômica dependente. Hoje para fazer esse rompimento precisaria unir as forças do Brasil que possuem interesse nessa questão, e é a grande maioria. Com isso defendíamos essa tese particularmente com os militares, para aproximá-los dessa política, pois os militares do Brasil tinham e têm uma formação mais nacionalista, tinham condições de compreender e viver esse campo. Havia um setor que era contra, que adotava uma política mais estreita, mais limitada, e que portanto colocava nossa luta em uma situação mais isolada, essa foi a grande diferença. Ao final eles perderam, uma boa parte se afastou do partido e foi procurar outros caminhos, e nós desde então estamos aprofundando essa questão, de que o Brasil precisa fazer para se tornar uma nação desenvolvida, soberana (Entrevista Lídia Corrêa: 21.07.2011).

A União Democrática Portuguesa do caso português, tem outros movimentos em sua trajetória. Somente surgiu como organização em 1974 e como herdeira da dissidência maoísta de Portugal. Na ocasião, já se apresentou como uma frente de esquerdas com objetivos eleitorais. Seus organizadores estavam entre os militantes das organizações marxistas-leninistas que pretendiam reconstruir um Partido Comunista em Portugal. Pertenciam inicialmente a três pequenas organizações, a CCRML, Comitês Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas, criado em 1970; a CARPML, Comitê de Apoio à Reconstrução do Partido, criado em 1973 e a URML, Unidade Revolucionária Marxista-Leninista, criada em 1970. Mais tarde a elas se juntaram outras duas organizações que foram O CMLP, Comitê Marxista-Leninista Português, criado em 1964 e o OCMLP, Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa, criada em 1973. Todos esses eram Comitês Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas (CCR-ml) e passaram a trabalhar em conjunto na luta antiditorial, entre os anos 1973 e 1974, quando, com a proximidade das eleições legislativas portuguesas de 1975 tiveram a iniciativa de criar a UDP.

Tratava-se, inicialmente, de uma frente de organizações marxistas-leninistas para intervir nos movimentos sociais e nas eleições. Ainda eram fortes na UDP os pressupostos do marxismo-leninismo.

Em 1976, por orientação do brasileiro Diógenes Arruda, dirigente do Partido Comunista do Brasil enviado em 1975 pela Albânia de Enver Hoxha para organizar os marxistas-leninistas portugueses, a UDP tem um importante participação na Assembléia Constituinte e a frente amplia-se. Dela, além dos comunistas, passam a participar amplas massas.

Neste mesmo ano, no seu II Congresso, a UDP apresenta a seguinte pergunta e resposta: em um panfleto distribuído pela militância: “Qual o papel da UDP na construção da Frente Democrática Anti-Imperialistas que o nosso povo tem de construir o quanto antes? Mobilizar largas camadas do povo na via da Democracia Popular”.

Em suas memórias sobre a formação da UDP o atual deputado do Parlamento Nacional Português, afirma que não foi militante dos grupos políticos iniciais organizadores da UDP. Aderiu posteriormente à organização, mas conhece a história da UDP.

A UDP formou-se em dezembro de 74. Eu participei já desta fundação, tendo exatamente como mote, passar à revolução popular, aprofundar as conquistas. [...] A UDP tinha outra história, que não era a minha história. Cruzamos aí eu e milhares de jovens, à essa altura, com a UDP. Mas a UDP tinha uma história anterior. A UDP resultava da fusão de vários grupos marxistas-leninistas, a UDP resultava da fusão de vários grupos marxistas-leninistas, que a si próprios, se devem a cisões do Partido Comunista Português. Não sei se interessa dizer, no caso a UDP era apoiada pela URML, União Revolucionária Marxista-Leninista; pelo CCRML, Comitê para o Congresso Revolucionário dos Marxistas-Leninistas e pelo CARPml, Comitê de Apoio a Reconstrução do Partido Marxista-Leninista. Uma boa parte desses dirigentes, talvez à exceção do CCRml, vinham todos dos cárceres do fascismo. Eram os intelectuais juvenis estudantis e mais uns poucos operários. Vinham de uma intensa luta contra a guerra colonial, uma luta que tomou todas as cidades portuguesas na década de 60 a meados dos anos 70, até a Revolução (Entrevista Luís Fazenda, 16.07.2012).

A UDP considerava que a unidade dos comunistas sob um novo partido a ser reconstruído era essencial para a realização da Revolução em Portugal, mas considerava igualmente importante as alianças eleitorais com partidos da esquerda para a defesa do Estado português contra o imperialismo. Foi exatamente no

período próximo às primeiras eleições pós-ditatoriais que a UDP se organizou, conforme nos informa Carlos Santos, antigo militante da UDP

Quando chegamos ao final do ano, em setembro de 74, alguém, acho que foi João Pulido, teve a ideia de que, já que todos esses grupos tinham pequenos jornais, era bom lançar um grande jornal que era a “Voz do Povo”. Este jornal vai marcar seguramente importantes momentos de todo esse grande processo. Uma coisa que se vai fazer é ver que não somos um partido comunista reconstruído porque aqui há muito mais do que antigos comunistas. E, outra coisa, com o aproximar-se as eleições, já que estamos a trabalhar juntos, por que é que não vamos concorrer? Foi quando por decisão desses grupos, com a aproximação objetiva que já existia das pessoas, vai nascer a UDP. Na verdade, em 74, algumas dessas organizações já vinham de um processo antigo de unidade e, no dia 16 de dezembro de 74, tem-se uma iniciativa. É lançada uma comissão provisória para construir a UDP. A UDP, na verdade, quando salta é entendida como uma organização diferente desses grupos que a formaram. Como era um partido político, precisávamos de buscar assinaturas e para isso, se começa a trabalhar seriamente em conjunto. Não havia tempo para ficarmos com algumas divergências. Não havia tempo para ficarmos com grandes discussões. Estávamos trabalhando. Mas do que as discussões, a ação era fundamental naquele momento. As eleições estavam há pouco (Entrevista Carlos Santos, 04.07.2012).

Em 1978, a Comissão de Propaganda do Conselho Nacional da UDP lançou um Manifesto à Nação portuguesa, no qual, conclama o povo à unidade contra a reação e o fascismo. Afirma que “estão sendo abertas as perspectivas de unidade”. Identifica como um sinal extremamente positivo a profunda consciência democrática e patriótica de várias organizações políticas e de personalidades antifascistas. Para a UDP, esse quadro permitiria a constituição de um bloco democrático capaz de dar corpo a toda a resistência popular e abrir uma alternativa de esquerda²³.

Por não identificar a existência, em Portugal de uma burguesia nacionalista e que não estivesse intimamente ligada ao imperialismo, a UDP descartava a possibilidade de formação de uma frente da qual participasse a burguesia. Por isso entendia que a luta a ser travada deveria levar diretamente a uma Revolução Socialista.

Carlos Santos, ao falar sobre a frente proposta pela UDP e da possibilidade de alianças com a burguesia, assim se expressa:

Não, não se admitia (aliança com a burguesia) e além do mais, aqui em Portugal, nós não tínhamos uma burguesia nacional. [...] Em Portugal não.

²³ Este é o teor do Manifesto *Pela unidade do povo contra a reação e o fascismo* de 1 de fevereiro de 1978, elaborado pela Comissão de Propaganda do Conselho Nacional da UDP. Pela unidade do povo contra a reação e o fascismo. 1 de fevereiro de 1978 e amplamente distribuído nas cidades portuguesas em atos que conclamavam à unidade.

No século XX, Portugal era um país absolutamente dependente desde o século XVII. Portugal começa a sua dependência no Tratado de Methuen, com os ingleses. Eles nos vendiam os lanifícios e nós vendíamos o vinho do Porto. E eles tinham benefícios sobre a venda do vinho do Porto. Portugal é um país pequeno, não tem um grande número de habitantes. Para formar grupos econômicos precisou do fascismo. O fascismo que não era só a repressão sobre as massas. O fascismo era o condicionamento industrial. [...] não tens, em Portugal, aquilo que se possa chamar de uma burguesia nacional. Há os armadores que têm um programa já acoplado ao exterior (Entrevista Carlos Santos: 04.07.2012).

De forma semelhante, Luiz Fazenda, apresenta a inexistência de uma burguesia nacional com a qual os setores populares pudessem criar alianças. Ao ser perguntado se a UDP cumprira em Portugal o papel de uma Frente Popular, responde da seguinte forma:

Completamente. A UDP era uma frente com milhares e milhares de ativistas numa luta cotidiana, onde havia algumas centenas que provinham de uma luta anticolonial do período da ditadura aos quais se juntam muitos outros. Muitos jovens, esmagadoramente, muitos jovens com 16, 17 anos, que todos os dias estavam na luta revolucionária. E, portanto não havia muito tempo, nem havia muita informação sobre divergências internacionais, sobre questões ideológicas sobre tudo isso, porque o que estava a contar era a revolução na rua. Portanto, todo o debate político ou teórico foi completamente secundarizado durante muitos anos e não tinha praticamente espaço na vivência da organização. Não havia um grupo que poderíamos chamar uma “burguesia nacional portuguesa” que tenha aderido a esse processo e se integrado à UDP. Os grupos eram todos eles de base pequeno-burguesa e operária. E porque não havia uma burguesia nacional em Portugal, nessa época. Isso era, aliás, uma das dificuldades das teses de Álvaro Cunhal. Não havia essa burguesia nacional para uma aliança. Mesmo aqueles resquícios de uma burguesia nacional estavam completamente afeudados com o regime. Aliás como hoje! Esse papel, a burguesia nacional já não tinha capacidade para se impor internacionalmente na questão da divisão do trabalho e dos mercados em nível mundial. Ainda hoje, nós temos uma burguesia composta por famílias burguesas tradicionais às quais se juntaram mais algumas que são aquilo que nós designamos por “Donos de Portugal”. Ainda no ano passado, eu e várias pessoas elaboramos um inventário dessa burguesia. Foi o livro mais vendido, no ano passado, em Portugal. Mas esses grupos estavam inteiramente comprometidos com o capital estrangeiro. E, portanto, assim se sucedeu (Entrevista Luís Fazenda:16.07.2012).

Em nossa análise sobre as propostas políticas de duas organizações que tiveram lugar em espaços subalternos do sistema mundial capitalista, o MR8, no Brasil e a UDP em Portugal, verificamos que ambas lutavam contra as ingerências em seus territórios, de um mesmo inimigo. Inimigo que lhes solapava as riquezas e que impunha na sua hegemonia, o sofrimento da classe trabalhadora e do povo. As diferenças relacionadas à composição da frente de luta contra esse inimigo davam-se devido à forma distinta como o imperialismo geria sua intervenção em cada um daqueles espaços.

O sociólogo português Boaventura Souza Santos no texto *Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade* afirma que

Portugal é desde o século XVII, um país semiperiférico no sistema mundial capitalista moderno. Esta condição, sendo a que melhor caracteriza a longa duração moderna da sociedade portuguesa, evoluiu, ao longo dos séculos mas manteve os seus traços fundamentais: um desenvolvimento econômico intermédio e uma intermediação entre o centro e a periferia da economia-mundo; um Estado que, por ser produto e produtor dessa posição intermédia e intermediária, nunca assumiu plenamente as características de estado moderno dos países centrais, sobretudo as que se cristalizaram no Estado liberal (SANTOS, 2008: p.227).

A hipótese é que devido à essa condição de semi-periferia do Estado português, naquele espaço, não foi capaz de surgir burguesia nacional distanciada dos interesses do imperialismo dos países centrais. A burguesia portuguesa, como nos informou, em suas narrativas, o entrevistado Luiz Fazenda, é formada pelo que chama de “os donos de Portugal”. Aqueles que sempre estiveram intimamente ligados aos interesses especulativos das nações imperialistas. Daí porque, como explica, em suas memórias, a UDP, jamais propôs nos anos 1970 e 1980, uma aliança com setores da burguesia portuguesa com vistas a obtenção da luta contra o fascismo.

A memória hoje construída sobre a formação da UDP, em Portugal, apresenta, como não poderia deixar de ocorrer, as disputas então vividas. sobre a proposta de formação de uma frente em Portugal, no período que antecedeu a criação da UDP. O entrevistado, major Mario Tomé, um dos capitães mais destacados do Movimento das Forças Armadas que colocou fim ao Estado Novo em Portugal, em 25 de Abril de 1974, nos contou que hoje estão ainda entre seus atuais interesses algo que se relaciona com o grande motivo das divergências entre grupos e partidos políticos desde a época da formação da UDP. Trata-se da questão da ideologia.

Preocupo-me hoje com a ideologia da esquerda e a ideologia dos comunistas. A ideologia foi sempre uma referência muito forte e determinante. Eu acho que a ideologia não deveria ser forte e determinante porque ela castra a capacidade de intervenção política e formação de uniões políticas. Prá não dizer que se constitui numa limitação total, ao contrário daquilo que muitas pessoas acham. (Entrevista Major Mario Tomé, 30.07.2012).

Ser uma frente política de esquerda congregando somente comunistas ou abrir a UDP para setores que não comungavam a mesma ideologia comunista era

questão de debates internos que, disputam espaço na construção da memória coletiva da UDP. O entrevistado Carlos Santos lembra que foi Diógenes Arruda, dirigente do Partido Comunista do Brasil que, ao constatar a dispersão dos comunistas e de outros setores da esquerda portuguesa contra o fascismo, usava, constantemente a expressão *"Vocês não sabem a importância e a força que têm quando estiverem unidos"*. Valente dizia, segundo as informações de Carlos Santos que era necessário criar uma organização de unidade para lutar contra o fascismo. Carlos Santos ainda afirma que a UDP era "um movimento à esquerda que assumia a pluralidade, a diferença, sem que isso seja visto como um elemento negativo, mas como um enriquecimento".

Neste aspecto, as propostas do MR8, relacionadas à construção da Frente Nacional e Democrática, diferenciavam-se inteiramente das apresentadas pela UDP. No jogo do capitalismo internacional o Brasil sempre ocupou uma posição periférica e colonizada. Iniciou um processo de industrialização muito tardiamente e nas décadas de 1970 e 1980, os donos do poder no Brasil, mesmo aqueles que ainda estavam ligados à terra, aos latifúndios tinham interesses relacionados à construção de um Brasil moderno e industrializado. Os governos da ditadura militar implantada no país em 1964, à custa da concentração de rendas e aumento da desigualdade, criaram empresas nacionais e fortaleceram setores burgueses nacionais, formando com os mesmos um bloco de poder. No entanto, era uma parte imensamente pequena dessa burguesia que, por se ter ligado aos interesses imperialistas, não só usufruía da maior parcela das riquezas nacionais como se tornara o setor que impunha seu poder ditatorial sobre a nação. Setores da Burguesia Nacional, mesmo participando do bloco de poder, não tinham seus interesses satisfeitos e cada vez mais se descolavam da grande burguesia ligada ao imperialismo. Por entender as insatisfações da burguesia nacional que desejava liberdades democráticas, o MR8 tinha a proposta de criação da Frente Popular, Nacional e Democrática.

Neste caso, são importantes para nossa melhor compreensão as reflexões de Gramsci sobre as crises hegemônicas das classes dirigentes. A crise da hegemonia para Gramsci se manifesta quando, ainda que se mantendo no poder, as classes sociais politicamente dominantes não conseguem mais ser dirigentes de todas as classes sociais, isto é não conseguem resolver os problemas de toda a coletividade.

Importante também será observarmos que a proposta de Frente Popular Nacional e Democrática apresentada pelo MR8 era rejeitada por outras organizações da esquerda revolucionária. Alegavam que a Frente proposta pelo MR8, a exemplo do ocorrido no Chile de Allende, imporá muitas derrotas à classe operária que participaria da frente em uma posição de subalternidade por não ter força suficiente para impor seu projeto político. Organizações de orientação principalmente trostkistas afirmavam que a frente proposta era resultante de uma concepção atrasada do MR8 e, portanto, se constituía em um grande desvio de direita prejudicial para o movimento operário e popular. Criticavam o fato de que a Frente se caracterizava pelos acordos de cúpula e que, depois, a base era obrigada a cumpri-los. Chamavam atenção para o fato de que a Frente não era anti-capitalista e limitava-se à luta pelas liberdades democráticas em substituição à luta pela instalação do socialismo. Para esses críticos, a proposta de construção de uma Frente Nacional e Democrática era entendida como um claro recuo do MR8, em face do inimigo. Um abandono da luta concreta pelo fim dos sacrifícios da classe trabalhadora.

Os desfechos das lutas desenvolvidas pelas duas organizações, em espaços diferenciados e contra um mesmo inimigo, com propostas táticas e estratégicas diferenciadas foram bastante inesperados. A UDP será nos anos 1980 um partido político bastante aberto à participação de amplos setores da sociedade, independente da classe social a que pertençam. Para alguns observadores e críticos da linha política da UDP, nomeadamente os militantes do Partido Comunista Português, a adoção de estratégias frentistas e a opção por táticas radicais, para através delas levar a cabo uma ambígua revolução popular ou democrático-popular irá se apresentar como um estranho paradoxo.

Em seu XVII Congresso, no ano de 2005, a União Democrática Portuguesa extingue-se como partido político e transformou-se numa organização que passou a compor, junto com duas outras organizações, o atual Partido Bloco de Esquerda, importante e massiva legenda do país. No Brasil, o MR8, continuará até os anos 1990 fortalecendo o PMDB por acreditá-lo possuidor de características de uma Frente Nacional e Democrática. O Movimento Revolucionário Oito de Outubro se extinguirá como organização política partidária em 2009, passando sua militância, a partir dali, a se dedicar à constituição do Partido Pátria Livre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, realizamos um estudo sobre as memórias construídas, relativas ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro, no período dos últimos dez anos de vigência da ditadura militar instalada no Brasil. Este era o período em que, o MR8, como organização da esquerda revolucionária esteve em grande evidência na condução do conjunto das lutas populares que então se colocavam contra o fim do regime ditatorial. Evidência que era percebida pelos participantes do movimento anti ditatorial, pelas demais organizações da esquerda revolucionária, pelos organismos da repressão e pela imprensa burguesa.

Moveu-nos para a escolha desse objeto dois principais motivos. O primeiro deles foi fato de ter participado de muitas das atuações do MR8, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, como militante da organização. O segundo foi o fato de, hoje, quando já são passados quase três décadas das principais atuações do MR8, perceber que ocorriam memórias divergentes entre si, quanto ao papel do MR8 e à atuação de sua militância nos movimentos sociais.

O primeiro motivo, a nossa situação de interioridade, que, à primeira vista, poderia denotar a possibilidade de certo privilégio na observação das fontes, ao longo da pesquisa se apresentou como ponto de grandes preocupações. Temíamos cometer o grave erro para o qual Gramsci chamou a atenção daqueles que escrevem a história de um partido político, que é o sectarismo: “o sectário exalta os pequenos fatos internos, que terão para ele um significado esotérico, impregnando-o de um entusiasmo místico” (1968: 25). Embora não objetivássemos escrever uma história do Movimento Revolucionário Oito de Outubro, e sim observar as memórias relativas à organização, procuramos seguir a proposição do mesmo Gramsci no sentido de “dar a cada coisa a importância que ela tem no quadro geral, acentuando a eficiência real, positiva ou negativa do partido” (1968:25).

O segundo motivo que nos levou ao objeto, que foram as memórias diferenciadas relativas ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro e à atuação de seus militantes, tornou-se ao longo da pesquisa, o nosso tema central. Inicialmente, pensávamos em apresentar uma memória coletiva do Movimento Revolucionário Oito de Outubro. Saímos ao campo da busca dessa memória e encontramos verdadeiras disputas de memórias.

Percebemos que tais disputas eram resultantes da polarização entre dois grupos de antigos militantes da organização. Em um pólo, encontramos militantes que jamais se afastaram no MR8, que viveram lutas internas, mas sempre concordaram com a linha partidária e a implementaram até a dissolução da organização, no ano de 2009. Em outro pólo, encontramos militantes que, em determinado momento da vida da organização, divergiram da linha e se tornaram dissidentes.

Os primeiros, hoje constroem uma memória favorável ao MR8 e procuram demonstrar os acertos, o heroísmo, o caráter aguerrido e desprendido da militância, a efetividade da linha política traçada pela organização durante toda a existência da mesma. Os do outro pólo, militantes que se tornaram dissidentes, procuram mostrar que em determinado momento da vida partidária, o MR8 perdeu as características apresentadas pelo grupo anterior. Esses militantes constroem uma memória que, por vezes, por parte de alguns, é eivada de mágoas ou ressentimentos, caracterizando a organização como voluntarista, aventureira, alienada e que deixou de ser revolucionária.

Pudemos analisar e concluir que nas memórias que hoje constroem, esses militantes reatualizam as disputas e os embates por eles vividos. Também, na maior parte das vezes, quando esses ainda mantêm, nos dias atuais, uma intensa atuação política, suas memórias alimentam-se das disputas atuais.

Como utilizamos, preferencialmente, a metodologia da História Oral, pudemos observar que, nas narrativas dos militantes sobre as atuações da década de 1970 e 1980, misturam-se depoimentos longos sobre os momentos atuais da luta política no país. São enfáticos na utilização de expressões como “isso hoje se comprova na prática”, “hoje está aí a prova de que estávamos certos” ou “hoje está aí a prova de que o partido estava errado”. Por vezes, misturada às suas memórias, discorrem durante muito tempo, sobre as novas propostas de atuação política que têm no presente.

No entanto, verificamos que os entrevistados, os que permaneceram e os que se tornaram dissidentes, todos, em suas memórias afirmam a existência de uma marca característica da organização. Uma marca que, percebemos, dava identidade à organização e foi formadora de uma cultura política. Uma cultura política que legou

aos militantes do MR8 marcas, traços na personalidade, experiências, disciplina que estes levaram para sua vida pessoal, para suas atividades profissionais e para outras atuações que tiveram ou têm no campo político.

O Movimento Revolucionário Oito de Outubro depois que abandonou a tática da luta armada e passou a priorizar a atuação nas massas para a organização dos movimentos sociais, teve um crescimento no número de seus militantes, até os primeiros anos da década 1980. Propôs-se, inicialmente, à organização de um Bloco Revolucionário e à participação no parlamento. Posteriormente, em cada um dos seus três Congressos, elaborou linhas políticas no sentido da formação de frentes políticas que derrubassem a ditadura e acumulassem forças para a construção de uma nova sociedade.

Ao apresentar, no III Congresso, em 1982, a proposta de construção de uma ampla frente nacional e democrática, desde aí, esteve em meio aos ataques desferidos por outras organizações e por parte de sua militância. Passou a ser criticado pela amplitude da frente e a sofrer denúncias de que passara a ignorar a contradição principal que era a existente entre a burguesia e o conjunto de trabalhadores. Acusavam o abandono do campo revolucionário por parte do MR8 que, ao aliar-se à burguesia para combater aquele que considerava o principal inimigo da nação, o imperialismo, passava a ignorar a luta de classes. A organização passou então a sofrer cisões. Aqueles que consideravam esses movimentos do MR8 como verdadeiras guinadas à direita abandonavam a organização.

Em suas memórias, os militantes que permaneceram no partido afirmam que aqueles que abandonaram as fileiras do MR8, o fizeram por “não terem sabido se adaptar às novas tarefas que a nova conjuntura exigia”, que esses “intimidavam-se com as novas relações de força” que exigiam maior compreensão e atuações mais intensas na condução e formação da frente.

Ao analisar essas e outras memórias que divergem sobre a classificação dos fatos vividos percebemos que é, precisamente, em meio a essas disputas de memórias que o Movimento Revolucionário Oito de Outubro deve ser entendido. São essas memórias em disputa que nos permitem perceber as contradições e as disputas vividas pela organização. Contradições e disputas que ocorreram no campo

político, portanto foram marcadas pela busca de poder e de hegemonia na imposição de um projeto político.

Foi em meio a essas disputas que a militância do Movimento revolucionário Oito de Outubro esteve, praticamente, em todas as frentes dos movimentos sociais. As memórias narradas, aqui apresentadas e analisadas dão conta de que no movimento estudantil, no movimento sindical, no movimento de moradores, no movimento de mulheres, nas lutas do campesinato e no PMDB, a militância do MR8 exerceu sua capacidade de atuação com disciplina enquanto sua militância esteve convencida do acerto da linha política. Quando eram mal compreendidos por setores externos, travavam discussões e envolviam-se até mesmo em confrontos físicos. Travavam embates para disputar poder nas entidades dos movimentos populares.

A partir das indecisões relacionadas à linha política de transformação do PMDB em uma ampla frente nacional e democrática, fato que acarretou cisões, a atuação do MR8 nos movimentos sociais decresce até chegar a fatores insignificantes. As disputas, nas quais, a organização ainda se envolvia, nas entidades dos movimentos sociais, fatalmente só lhe trouxeram derrotas.

As disputas de memórias, hoje construídas contam as experiências, a formação identitária, o caráter, as lutas, os embates e as disputas desta que podemos afirmar, foi uma das mais longevas organizações da esquerda revolucionária brasileira, que se iniciou no campo político em 1964, nele permanecendo por quatro décadas e meia.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Verena. *Ouvir Contar – Textos em História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2004.
- ALVAREZ, Sonia E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In Stepan, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- AMADO, Jorge. *Subterrâneos da Liberdade – ásperos Tempos*. Rio de Janeiro, Record, 1982.
- ANDRADE, Carlos Drummond de, *A Paixão Medida*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1981.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.
- ARENDT, Hannah. *O que é Política?*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1998.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.
- BERGSON, Henri-Lois. *Memória e Vida*. São Paulo, Martins Fontes. 2006.
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François *Por uma História Cultural*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998
- _____. Os partidos. In *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, Unesp, 1995.
- BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a Sociologia de Bourdieu*. Petrópolis, Vozes. 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva. 1987.
- _____. *A Miséria do Mundo*. (org.). Petrópolis, RJ: Vozes. 2003.
- _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2007.
- _____. *O Senso Prático*. Petrópolis, Vozes. 1980.

_____. *Trabalhar com Bourdieu sob a coordenação de Encrevé, Pierre & Lagrave, Rose-Marie*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005

BRINGEL, Breno & Espiñeira, Victória. Movimentos Sociais e Política. In: Cadernos CRH da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA Dossiê: Movimentos Sociais e Política. BRINGEL, Breno & ESPÍNEIRA, Victória. (Org.) Salvador, v. 21,n.54, set/dez.2008.

BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas, Unicamp, 2010.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos Parques Proletários ao Favela Bairro. In: ZALUAR & ALVITO (org.) *Um século de Favela*. Rio de Janeiro, FGV. 1998.

BURLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Cláudio. *Por um Brasil Brasileiro*. São Paulo, Global, 1985.

CASTELLS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo – a experiência das Associações de vizinhos de Madri*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1980.

CARDINA, Miguel. *Margem de Certa Maneira - o maoísmo em Portugal. 1964-1974*. Lisboa – PT, Edições Tinta-da-China, Ltda, 2011.

_____, *O Essencial sobre a Esquerda Radical*. Coimbra – PT, Angelus Novus Editora, 2010.

CECAC. www.cecac.org.br - Tônico – Trajetória Política –. Acesso 19.02.2014

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo, Ática, 1995.

COMITÊ PELA RECONSTRUÇÃO DO PARTIDO DOS COMUNISTAS REVOLUCIONÁRIOS, documento sem referências de cidade e editora, 1995.

CUNHAL, Alvaro. *O Partido com Paredes de Vidro*. Lisboa – PT, Editorial Avante. 1985.

DIMITROV, George. *A Luta pela Unidade da Classe Operária contra o Fascismo*. Rio de Janeiro, Aldeia Global. 1978.

DINIZ, Eli. *Voto e Máquina Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1982.

- DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: Cardoso, Ruth C. L. (org.). *A Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- ENGELS, Friedrich. Contribuição à História da Liga dos Comunistas. In: *Textos Karl Marx & Friedrich Engels*. São Paulo, editora Alfa-Omega. Ltda., 1976.
- EYAL, Gil. A criação e a ruptura do campo político da Tchecoslováquia. In: Wacquant, Loic. *O Mistério do Ministério – Pierre Bourdieu e a política democrática*. Rio de Janeiro, Revan, 2005.
- FENTRESS, James & Wickham, Chris. *Memória Social*. Lisboa – PT, Editora Teorema, 1992.
- FERRAZ, Joana d’Arc Fernandes, *Movimentos Sociais: dilemas e desafios das ações patrimoniais*. In: ABREU, Regina; DODEBEI, Vera. *E o patrimônio?* Rio de Janeiro, Editora Contracapa, 2005.
- FERREIRA Neto, Edgard Leite. *Os Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1989.
- FERREIRA, Marieta de Moraes & Amado, Janaína. (org.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2006.
- FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. (org.) *Movimento Sociais. Produção e reprodução do sentido*. Recife, Editora Universitária UFPE, 1999.
- GARCIA, Marco Aurélio (Org.). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1986.
- GOHN, Maria da Glória. Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina. In: *Cadernos CRH da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA Dossiê: Movimentos Sociais e Política*. Bringel, Breno & Espiñeira, Victória. (Org.) Salvador, v. 21, n.54, set/dez.2008. .
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Editora Ática, 1987.

- _____ “O Ciclo do PCB: 1922-1980” in FORTES, Alexandre (org.). *História e Perspectivas da Esquerda*. São Paulo, Ed. Perseu Abramo/Argos, 2005..
- GRAMSCI Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978a.
- _____ *Escritos Políticos*. Volume I. Lisboa - PT, seara Nova, 1976
- _____ *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- _____ *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978b.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Editora Centauro, 2006.
- HOBSBAWN, Eric. *En torno a los Frentes Populares*.
in <http://pt.scribd.com/doc/23817029/Eric-Hobsbawm-en-Torno-a-Los-Frentes-Populares>. acesso em 23.07.2012.
- _____, *Os Trabalhadores – Estudos sobre a história do operariado*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- _____, *Revolucionários – Ensaio contemporâneos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.
- _____ *Sobre a História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- HORA DO POVO. <http://www.horadopovo.com.br/2006/abril/07-04-06/pag2c.htm>.
Página visitada em 28 de março de 2012
- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro, Editora Aeroplano. 2000.
- JORNAL DO BRASIL. *Saturnino isola MR8 mas corrente continua no PMDB*.
31.05.1981:p.7.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Trabalho do Partido entre as Massas*. São Paulo, LECH, 1979.
- _____, *Partido Proletário de Novo Tipo*. Lisboa – PT, Edições Avante, 1975.
- LESSA, Ricardo. *A que hora vem o povo?*. Rio de Janeiro, Editora CODECRI., 1983.

LIMA, Marcelo Ayres Camurça de. *Os “Melhores Filhos do Povo”. Um Estudo do ritual e do Simbólico Numa Organização Comunista. O Caso do MR-8.* Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994.

_____ & Reis, Daniel Aarão. O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. In *As Esquerdas no Brasil. 3º volume. Revolução e democracia. 1964...* Ferreira, Jorge & Reis, Daniel Aarão. (orgs.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade, no final do século XX a nível mundial. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 34, 1991: 197-221.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa – Os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989.* Rio de Janeiro, Revan, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá, Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia, in Motta, Rodrigo Patto Sá (org.) *Culturas Políticas na História - Novos Estudos*, Belo Horizonte, Argvmenvm, 2009.

MR8, Movimento Revolucionário Oito de Outubro. I Congresso do Movimento Revolucionário 8 de Outubro. In: *Brasil Socialista.* ano II. N. 9. Nouvelles Editions Populaires. Renens. Suíça, abril de 1977.

_____. *Nota do Comitê Central do Movimento Revolucionário Oito de Outubro.* 1995.

_____. Resoluções do Ativo Estudantil MR8. . In: *Brasil Socialista.* ano II. N. 7. Nouvelles Editions Populaires. Lausanne. Suíça, Janeiro de 1976.

_____. *Resoluções do ativo sobre o trabalho entre as mulheres - A Mulher e a Revolução Brasileira.* São Paulo, Editora Quilombo, 1981

_____. *Resoluções Políticas do II Congresso do MR-8.* São Paulo, Editora Quilombo, 1980.

_____. Resoluções Sobre o Trabalho nos Sindicatos – Ativo Operário do MR-8. In: *Brasil Socialista*. ano II. N. 5.. Nouvelles Editions Populaires. Lausanne. Suíça, Janeiro de 1976a. .

_____. *Unir a Nação e Romper com a Dependência. Informe do Comitê central ao III Congresso*. São Paulo. Edições MR8. 1985.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. In *Arquivos de Memória. Antropologia, Escala e Memória*. Nº 2. Lisboa - PT, 2007

NUNES, Benedito; PEREIRA, Ruy; REREIRA, Soraia Reolon (orgs.). *Dalcídio Jurandir – Romancista da Amazônia*. Belém: SECULT. 2006.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. vol. 2, n.3, Rio de Janeiro, 1989

_____. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n.1, 1992

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História* 15. São Paulo, 1997.

_____. *A Filosofia e os Fatos - Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. *Tempo*, Rio de Janeiro , vol. 1, nº. 2, 1996, p. 60.

REIS, Daniel Aarão *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

_____ et . al . *As Esquerdas e a Democracia*. Garcia, Marco Aurélio (org.). rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

RÉMOND, René, As eleições In: *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, FGV. 2003.

REVISTA MANCHETE. *Rebelião Universal dos Jovens*. nº. 834. Rio de Janeiro, 13.04.1968. p. 21.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo, Editora UNESP. 2010.

- RODRIGUES, Aurora. *Gente Comum – uma história na PIDE*. Alentejo – PT, Editora 100LUZ, 2011.
- SAFFIOT, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 1ª. edição. Petrópolis, Editora Vozes, 1976.
- SALES, Jean Rodrigues. *A Luta Armada contra a Ditadura Militar à esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos – comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial. 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo, Cortez, 2008.
- SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos Santos *E por falar em FAFERJ... Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (1963 – 1993) – memória e história oral*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Rio de Janeiro, UNIRIO, 2009.
- SARAMAGO, José. *As Pequenas Memórias*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. In Burke, Peter (org.). *A escrita da História – Novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992.
- SILVA, Sérgio Luiz Pereira da. *Sociedade da diferença – formações identitárias, esfera pública e democracia na sociedade global*. Rio de Janeiro, Mauad Editora/FAPERJ, 2009.
- SNI/CGI/CSN (fundos) Certidão de dados existentes. Brasília DF, Arquivo Nacional. 07.07.2008.
- SOIHET, Rachel; Esteves, Flávia Cóprio. O Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ) e suas experiências nos anos 1970 e 1980. In Ferreira, Jorge; Aarão Reis, Daniel.(org). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- SOUZA, Nilson Araújo de. *Sim! Reconstrução Nacional*. São Paulo, Global, 1984.

TERRA, Daniel. *Contra o Doutrinarismo e o Economicismo - Por uma Tática Proletária de Combate à Ditadura*. Mimeografado. 1975.

_____, *Socialismo e Liberdades Democráticas*. Mimeografado. 1975.

VINCENT, Gérard. Ser Comunista? Uma maneira de ser?. In: *História da Vida Privada – da I Guerra aos nossos dias*. V. 5. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

WACQUANT, Loic. *Pierre Bourdieu e a política democrática*. Rio de Janeiro, Revan, 2005.

ZOLA, Emile. *Germinal*. São Paulo: Editora Abril, 1972.

APÊNDICE

Quadro de entrevistados

Entrevistado	Profissão	Categoria	Data	Entrevistador/ metodologia	Observações
1. Nilton Gomes Pereira (Diquinho)	Gráfico	Militante de base MR8	13.09.07	Eladir/HO	Base Leopoldina Dissidente/1982
2. Arnaldo José dos Santos	Advogado	Dirigente MR8	02.05.08	Eladir/HO	Comitê Regional RJ
3. Irineu Guimarães	Funcionário Público	Dirigente MR8	15.05.08	Eladir/HO	Comitê Central
4. Lindolfo Corrêa	Técnico Químico	Dirigente MR8	21.07.11	Eladir/HO	Comitê Regional SP
5. Rosanita Campos	Jornalista	Dirigente MR8	19.07.11	Eladir/HO	Comitê Regional SP
6. Tércio Pedrazoli	Advogado	Militante de base MR8	07.04.12	Eladir/net	Comitê Regional SP Entrevista escrita
Sérgio Rubens	Jornalista	Dirigente MR8	20.07.11	Eladir/HO	Comitê Central
Jorge Venâncio	Médico	Dirigente MR8	18.07.11	Eladir/HO	Comitê Central
Lígia Bahia	Médica	Dirigente MR8	28.01.14	Eladir/HO	Comitê Regional RJ Dissidente /1982
Marco Antonio	Economista	Dirigente MR8	19.02.14	Eladir/HO	Comitê Central Dissidente/1995
Lídia Corrêa	-	Dirigente MR8	21.07.11	Eladir/HO	Comitê Regional SP
Victor Grabois	Médico	Dirigente MR8	30.01.14	Eladir/HO	Comitê Regional Dissidente/1995
Carlos Santos	Técnico Informática	Dirigente UDP	04.07.12	Eladir/HO	-
Luís Fazenda	Deputado	Dirigente UDP	16.07.12	Eladir/HO	-
Mario Tomé	Major do Exército	Dirigente UDP	30.07.12	Eladir/HO	-

HO: História Oral

Depoimentos não gravados obtidos em conversa informal

Nome	Categoria	Data
Irapuã Santos	Dirigente	Agosto de 2009
Paulo Eduardo	Dirigente	Setembro de 2009
Conceição Cassano	Dirigente	21.04.10

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SOBRE O MR8

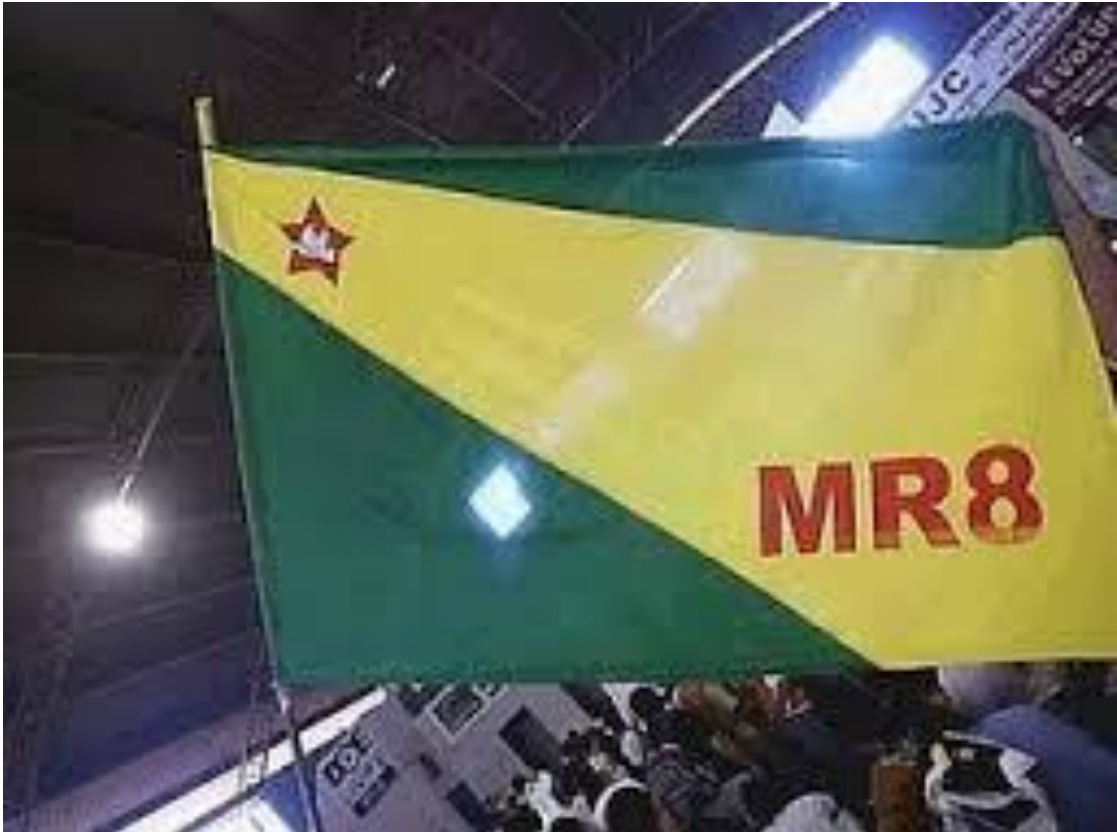
1. Qual o seu primeiro contato com o Movimento Revolucionário Oito de Outubro?
2. Que memórias tem das suas primeiras atuações como militante do MR8?
3. Que memórias tem dos três Congressos do MR8? Sobre a linha política traçada em cada um deles?
4. Que lembranças possui de disputas internas do MR8?
5. Como eram as relações do MR8 com outras organizações de esquerda?
6. Como se dava sua atuação nos movimentos sociais como militante do MR8?
7. Quais lembranças possui sobre as disputas travadas pela militância do MR8 nos movimentos sociais? Existia um jeito específico da militância do MR8 de fazer política?
8. Que papel teve o MR8 na luta antiditatorial?
9. Que importância teve o MR8 para sua formação pessoal?
10. Faça um breve balanço sobre o que há na sua memória sobre a organização política Movimento Revolucionário Oito de Outubro.

QUADRO CRONOLÓGICO

ano	evento
1964	Criação no interior do PCB da Dissidência Universitária da Guanabara DI-GB
1966	Separação da DI-GB do PCB
1967	Em fevereiro, realiza-se a I Conferência da DI-GB que define a tática da luta armada
1967	Em dezembro realiza-se a II Conferência da DI-GB, na qual, é reafirmava a estratégia da luta armada
1968	A DI-GB cria o Grupo de Trabalhos Especiais, a GTE, uma estrutura para ações de guerrilha
1968	A DI-GB se destaca nas manifestações estudantis
1969	Em abril de 1969, a DI-GB realizou a III Conferência, reafirmando-se como uma organização comunista adepta da guerra revolucionária
1969	Práticas de guerrilha urbana (assaltos às agências bancárias.
1969	Em setembro, organizou e realizou o sequestro do embaixador americano Burke Ellbrick em ação conjunta com a ALN
1969	No manifesto do sequestro, a DI-GB passa a assumir a sigla MR-8
1970	Repressão intensa sobre a organização que levam a muitas baixas
1971	Em janeiro, o MR8 publica o documento Orientações para a prática contendo a proposta de retorno ao trabalho entre as massas
1971	Carlos Lamarca transfere-se para o MR-8
1972	O MR8 se reorganiza a partir de sua militância exilada no Chile
1972	Publicação do Pleno de 72 com a proposta de retorno das ações nos movimentos populares
1975	Publicação dos textos de Daniel Terra <i>Doutrinarismo e o Economicismo e Socialismo e Liberdades Democráticas</i>
1976	Realização do I Congresso do MR8
1979	Realização do II Congresso do MR8
1980	O MR8 passa a publicar o Jornal Hora do Povo
1982	Realização do III Congresso do MR8
2009	Fim das atuações do MR8

ANEXOS

BANDEIRA DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO OITO DE OUTUBRO



CAPA DO EXEMPLAR DO JORNAL UNIDADE PROLETÁRIA - UP

UNIDADE PROLETÁRIA

ANO VI . Nº 40

orgão de união e luta dos trabalhadores • junho 1980 • 10,00

Vencer a Ditadura
na Batalha
pelas Eleições Municipais



**mobilização
nacional
contra
o terrorismo**

COMBATER SEM TREGUAS
OS INIMIGOS DA
UNIDADE
SINDICAL



*dirigente do MR-8 analisa o avanço
das posições revolucionárias no PCB*

PANFLETO DE CAMPANHA DE CLAUDIO CAMPOS

CLAUDIO CAMPOS

Deputado Federal
Constituinte

Nº 1565

SUPERAR DISCRIMINAÇÃO PARA UNIR A SOCIEDADE

A rapinagem dos agiotas e dos cartéis internacionais é responsável pela miséria e a fome do nosso povo. As mulheres são as que mais tem sofrido com isso: desemprego, dupla jornada de trabalho, abandono da infância, discriminação e preconceitos. Romper com tudo isso é libertar o Brasil



PMDB

P/Governador Orestes Quercia

PANFLETO COMEMORATIVO DOS 18 ANOS DO MR8

MR8

18 anos

PÁTRIA E HUMANIDADE

No próximo dia 8 de outubro o MR8 estará comemorando, no Anhembi, seus primeiros 18 anos de existência.

Estaremos, portanto, comemorando 18 anos da mais firme e determinada luta pela democracia, pela soberania nacional e pelo progresso social.

Quando mais extremada e violenta era a ação do fascismo contra a Nação, o MR8 não se furtou à responsabilidade de empreender a resistência armada e de deixar claro que o povo e a juventude brasileira jamais se submeterão à arrogância e à prepotência. Depois, inclusive em função dessa resistência, novos tempos se abriram. Tornou-se possível um desenvolvimento pacífico da luta pela democracia. E, durante mais de dez anos, enfrentando ainda assim, toda a sorte de violência e provocação, o MR8 se constituiu no mais sólido e determinado instrumento do povo e da Nação brasileira na luta pela viabilização desse caminho pacífico, na luta pela construção da mais ampla e avassaladora unidade nacional jamais vista em torno da conquista da liberdade e do fim da submissão do nosso país aos interesses anacrônicos do atual sistema financeiro internacional.

Tudo foi tentado, mas nada, absolutamente coisa alguma, foi capaz de afastar o MR8 desse caminho. Interpretando os mais profundos sentimentos e anseios do povo brasileiro, ele foi capaz de apontá-lo e afirmá-lo em todas as circunstâncias.

E foi um caminho, e foi uma luta fértil. Como nunca antes em nossa História, e pou-

quíssimas vezes na História de toda a Humanidade, milhões de brasileiros foram às ruas e conquistaram a liberdade, a democracia, e estão conquistando a soberania nacional.

Muito há por fazer. As forças do atraso e do obscurantismo tentam se reaglutinar, já agora em torno de figuras caricatas, encoimadas e ensandecidas. No governo e na grande frente patriótica e democrática — O PMDB — é preciso reforçar a participação do povo e de todos os setores efetivamente comprometidos com a democracia e com a soberania nacional, e neutralizar os que, pela direita ou supostamente pela "esquerda", resistem à mudança e à necessária unidade. E, sobretudo, é urgente, é necessário pôr fim à escandalosa sangria dos nossos recursos, dizer NÃO, com a altivez, a coragem e a serenidade compatíveis com as dimensões políticas, culturais e econômicas de que o Brasil deu mostras, à voracidade carcomida e falimentar dos "credores" externos. O Brasil não pode e não tem como pagar CEM TRILHOES de cruzeiros, todo ano, de juros extorsiva e unilateralmente fixados por credores que, na verdade, são DEVEDORES de uma secular e insaciável espoliação dos povos do "Terceiro Mundo". É preciso estancar essa sangria, verdadeira e óbvia origem do déficit e da inflação, e colocar tais recursos a serviço do progresso econômico e social do país.

Não só o Brasil, mas, sim, todo o mundo, precisa mudar e vai mudar. Não é mais possível que as somas astronômicas avidamente extraídas de povos famintos e miseráveis, bem como os recursos mais importantes e os

setores mais avançados das economias dos países desenvolvidos, sejam dilapidados pela indústria improdutivo da morte, da destruição, da GUERRA. Trilhões de dólares são anualmente enterrados na construção de armas nucleares, que sequer podem ser utilizadas. O impetuoso progresso das forças produtivas sociais tornou obsoleto e anacrônico o recurso da guerra. Se antes a capacidade, o conhecimento tecnológico e científico do Homem não tinha ainda condições de produzir armas capazes de acabar com toda forma de vida na terra, hoje, sim, essa capacidade existe. E por isso mesmo não há como seguir canalizando essa capacidade e esses recursos para o caminho da destruição. Chegou enfim a hora em que é possível, é preciso, e não há mais como deixar de canalizar o potencial humano para a cooperação, a construção, e a solidariedade internacional. Sonhador e visionário, e no mau sentido, será hoje qualquer outro caminho!

É por isso que, em todo o mundo, milhões e milhões de homens e mulheres, das mais di-

ferentes tendências políticas e ideológicas, e das mais variadas formas, vêm engrossando a luta pela paz, pela convivência democrática, e por um novo relacionamento político e econômico internacional, solução para os problemas de hoje e transição para a sociedade solidária do futuro.

Essa é a nossa luta, e, temos certeza, é também o que você quer. Juntos, construiremos um Brasil democrático e soberano, e daremos uma muito importante contribuição à afirmação de um Mundo novo de paz, progresso e fraternidade.

É dessa forma que comemoraremos nossos 18 anos de luta. Afirmando com mais força o mesmo caminho, construindo a vitória do povo, do Brasil e da Humanidade.

No dia 8 de outubro, no Anhembi, não estarão apenas os militantes do nosso Partido. Estarão todos os que assumem e reconhecem a importância da unidade e da democracia.

Nós contamos com você. Venha reforçar a sua luta!

PELA VIDA, PELO BRASIL E PELA HUMANIDADE!

Claudio Campos

Secretário Geral do MR8

Movimento Revolucionário 8 de Outubro



PARTICIPE

**Palácio das Convenções
ANHEMBI - SP**

DIA 8 de outubro - 19:30hs

MR8 - R. Pedroso, nº 617, 2º andar

MUDAR É PRECISO

No dia 8 de outubro a Humanidade registra a perda de um de seus mais dignos filhos, a mais elevada figura humana e revolucionária de toda História da América Latina: Ernesto Che Guevara. Ao mesmo tempo, o Oito de Outubro expressa a convicção de que o amor à vida, ao Homem, à liberdade, à justiça e ao progresso, pelos quais o ChE se imolou, são valores imortais, universais e indestrutíveis. O movimento Revolucionário Oito de Outubro, que comemora neste dia a sua data máxima, rende sua homenagem ao heróico combatente das lutas de libertação de três continentes, testemunhando a arrancada de nossa Pátria rumo à Democracia e à Soberania Nacional.

Um incontível anseio de mudanças percorre as fibras, o coração e a alma da gente brasileira. Há pouco dias, estávamos todos nós, brasileiros, em Goiânia, representados por aquele meio milhão de patriotas que, serena e entusiasmadamente, engrossavam a grande manifestação cívica da frente nacional, democrática e popular. A vontade nacional se agiganta e sente que o seu futuro é agora.

O Brasil quer mudar, e vai mudar, porque já não há mais lugar para o autoritarismo obscurantista que por tanto tempo infelicitou a Nação. A essência do autoritarismo consistiu em sufocar as potencialidades nacionais e em tornar-se presa fácil dos interesses mais espúrios, particularistas e anti-nacionais que a nossa História jamais conheceu.

O Brasil quer mudar, e vai mudar, porque já não aceita mais ser escravo desse odioso e corrupto regime colonial dos tempos modernos, que nos é imposto por uma oligarquia financeira internacional cujos interesses anacrônicos teimam em conter nosso acesso ao pleno desenvolvimento material e espiritual.

Somos um país consciente das reservas materiais e humanas que hoje fecundam o nosso solo. Mesmo sob as condições mais adversas, o povo brasileiro tem dado demonstrações de irrefutável valor, criatividade e destemor. Trabalhadores e empresários, técnicos e cientistas, artistas e intelectuais, todos têm demonstrado, nas empresas, nas universidades, no teatro, no cinema, nas artes uma capacidade criativa e de luta incomum, características dos povos capazes de concretizar um grande destino.

A Nação exige a imediata retomada do crescimento econômico como forma de por fim ao desemprego, a miséria e a fome que hoje golpeiam intoleravelmente milhões de lares brasileiros. Não admitimos mais os acordos internacionais que estiolam nossas forças produtivas. Podemos e queremos ser uma Pátria economicamente auto-centrada e auto-sustentada, liberar o desenvolvimento de nossas imensas potencialidades materiais, técnicas e científicas.

O estágio de amadurecimento da civilização brasileira requer a existência de instituições republicanas que possam ser um instrumento imprescindível da participação democrática do nosso povo. Uma verdadeira Carta Magna, aprovada através de uma Assembleia Nacional Constituinte, o restabelecimento pleno das eleições diretas, a autonomia dos poderes, um Estado efetivamente nacional e democrático. Tal é o sentido das mudanças que a Pátria exige!

E, portanto, de se lamentar as manifestações que, sob os pretextos mais estapafúrdios e descabelados, não conseguem esconder o seu inconformismo e contrariedade com a maré mudancista da sociedade. Atacam com epítetos de "covardes" e "traidores" personalidades da República, para depois tacharem de "desrespeitosas", "demagógicas" e "subversivas" as respostas que essas ofensas - estas sim, ofensas - legitimamente merecem. Já diz o ditado: "Quem fala o que não deve, ouve o que não quer". Insistem na pretensão de mutilar a sociedade, amputando o seu braço esquerdo. Trata-se de uma atitude criminoso, que, como não poderia deixar de ser, não encontra guarida na nossa opinião pública.

O que se move hoje no Brasil não é a vontade de algumas pessoas. É a História.

Não é um movimento superficial. É algo que vem das entranhas da sociedade. Assim como está por existir força humana capaz de conter a enchente amazônica, é clara manifestação de insensatez postar-se à frente da maré montante da sociedade brasileira.

Nunca é demais repetir: as portas da frente nacional, democrática e popular, que hoje constância os anseios nacionais de mudança, estão abertas a todos aqueles que souberem se identificar com o nosso povo e com a nossa Pátria. A generosidade e a altivez do povo brasileiro presente em Goiânia não se ocupa com revanchismos de qualquer espécie. Ficarão de fora somente aqueles que se auto-excluírem, talvez esclerosados pelo obscurantismo, pela corrupção e pelo entreguismo, e só capazes de viver à sombra do autoritarismo e da subserviência aos interesses forâneos.

Pátria livre! Venceremos!

São Paulo, 8 de Outubro de 1984

MR8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro

ELE ESTÁ ENTRE NÓS!

O Presidente Tancredo Neves não morreu em vão. Ele não nos deixou sem antes cumprir sua missão. O grande desiderato que perseguiu durante toda sua vida ele o viu realizado: o Brasil está unido. Estamos todos unidos pela democracia e soberania da Pátria. Jamais os sagrados direitos e a vontade do povo poderão ser desrespeitados impunemente. Nunca foram tão profundos o sentimento, a consciência, a mobilização e a unidade nacional. A Pátria, ele, ao lado do povo, a colocou de pé, íntegra e ativa, e nada, jamais, a poderá dobrar.

E, na verdade, ele não nos deixou, sua vida, ele a dedicou a todos nós. Ele a ofereceu a todos os brasileiros. Sua vida, portanto, não se foi, ela ficou e ficará entre nós, mais viva como nunca esteve no coração e na mente de cada brasileiro de todas as gerações. Foi o caminho que o destino lhe reservou para afirmar perenemente os ideais pelos quais se imolou.

Ele nos legou absolutamente todas as condições, agora, unidos, transformemos seu sonho em realidade: uma democracia cada vez mais completa, profunda e identificada com o povo; uma sociedade justa para todos os brasileiros; um Brasil soberano, livre de todas as amarras que entravam seu desenvolvimento; uma economia pujante como é de nossa vocação, comprometida, antes de tudo, com a realização e o bem estar dos brasileiros; uma presença internacional solidária, mas, a qualquer preço, ativa e independente.

Ele faz parte daqueles homens excepcionais que a história gravará em suas páginas eternamente; homens que marcam sua vida por um profundo amor

aos seus semelhantes, e, por isso, perseguem incansavelmente durante toda sua vida a conquista de um mundo melhor. São aqueles que não se conformam com as injustiças e vivem em rebelião permanente contra elas. São homens em cujo peito está sempre presente o grito de liberdade. São aqueles, também, que encarnam os ideais do seu povo e transformam-se em símbolos da própria nacionalidade, confundindo-se com ela, como seus hinos e a sua bandeira. Feliz a Nação que pode contar em suas fileiras com homens desta estirpe. Gloriosa a Nação que afirma seu amor à Pátria com a fibra e o exemplo destes seus filhos.

O povo brasileiro, com sua sabedoria, consciência e maturidade, soube e foi capaz de ungir à mais alta magistratura da Nação um homem deste porte e com estas qualidades incomuns. Certamente, e com mais razão ainda, fortalecido pelo seu legado, saberemos e seremos capazes também de construir o Brasil que ele sonhou.

O Dr. Tancredo nos legou também um comandante, o seu companheiro, o Vice-presidente José Sarney. Estaremos todos unidos e mobilizados para ajudá-lo a materializar essa obra.

A grande brasileira D. Risoleta Neves, e a todos os familiares do Presidente, transmitimos a certeza que estamos todos irmanados neste momento, e o nosso compromisso solene: Ele não morreu em vão!

Pátria Livre! Venceremos!

São Paulo, 21 de abril de 1985.

**MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO
8 DE OUTUBRO — MR8**

MR8

Informe
do Comitê Central
ao III Congresso

UNIR A NAÇÃO E ROMPER A DEPENDÊNCIA



MR 8: RESOLUÇÕES SOBRE O TRABALHO
ENTRE AS MULHERES

**A MULHER
E A REVOLUÇÃO
BRASILEIRA**



artista quillombo

FOTOGRAFIAS



Figura 1 Tônico (Antonio Carlos de Carvalho) e Raimundo de Oliveira, lideranças do MR8, parlamentares do PMDB, à frente da passeata em repúdio ao terrorismo que em 28 de agosto de 1980, reuniu 20 mil pessoas que foram às ruas acompanhar o enterro de D. Lyda, assassinada pela explosão de uma bomba na sede da OAB RJ. A partir da esquerda, atrás da bandeira: Apolônio de Carvalho, José Eudes, Márcio Moreira Alves, Modesto da Silveira, Raimundo de Oliveira, Tônico e Sebastião Athaide



Figura 2 Gabinete do vereador Antônio Carlos na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, destruído pelo impacto da explosão de uma bomba em 27/08/1980



Figura 3 Vereador Antônio Carlos de Carvalho, Tônico do MR8, ensanguentado, denunciando a truculência da PM contra os manifestantes durante a tentativa de demolição do prédio da UNE na praia do Flamengo



Figura 4. Comício na favela do Jacarezinho em 1976, pela urbanização e pela posse da terra. Da direita para a esquerda: Arnaldo José dos Santos, Antonio Carlos (Tonico) e e Santinho, três lideranças do MR8.



Figura 5. I Congresso das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) — que se realizou em 21 de agosto de 1981 com a denominação de Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, com a participação de lideranças do MR8.



Figura 6. O 4º Congresso de Favelas ocorreu em 1984, na sede da ABI, sob a liderança de Irineu Guimarães, liderança e dirigente do MR8.



Figura 7 José Ribamar Freitas, assessor e tio de Tônico, mutilado na explosão



Figura 8 Foto da Agência Estado publicada na revista Época de 05/10/1998, mostra Tônico, ao centro, quando cerca de 1000 participantes do congresso são presos pela polícia



Figura 9 Tônico em passeata pela anistia ampla, geral e irrestrita, em 1979, com Iramaya Benjamin, do Comitê Brasileiro pela Anistia - CBA/RJ.